

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA –
PPGEO**

Diego Pinto de Mendonça

**CAMINHO DE CORA CORALINA EM GOIÁS: SIGNIFICADOS, USOS E
RELAÇÕES SOCIAIS**

Goiás, GO
2021

DIEGO PINTO DE MENDONÇA

**CAMINHO DE CORA CORALINA EM GOIÁS: SIGNIFICADOS, USOS E
RELAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG), como pré-requisito para o título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmica Territorial do Cerrado

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Goiás, GO
2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina
Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

M539c	<p>Mendonça, Diego Pinto de. Caminho de Cora Coralina em Goiás : significados, usos e relações sociais [manuscrito] / Diego Pinto de Mendonça. – Goiás, GO, 2021. 166f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.</p> <p>1. Turismo. 1.1. Trilhas de longo curso. 1.2. Caminho de Cora Coralina. 2. Território - análise. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 504.75(817.3)</p>
-------	---

FOLHA DE JULGAMENTO

Título: CAMINHO DE CORA CORALINA EM GOIÁS:
SIGNIFICADOS, USOS E RELAÇÕES SOCIAIS.

Mestrando: Diego Pinto de Mendonça.

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGEO-UEG)
Mestrado em Geografia

Data da defesa: 29/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos (Orientador / PPGEO-UEG)



Dr. Vandervilson Alves Carneiro (Membro Interno / PPGEO-UEG)



Dr. Anderson Pereira Portuguez (Membro externo - UFU).

CIDADE DE GOIÁS, 2021.

Dedico este trabalho a minha mãe, meu pai, minha irmã, minha esposa e meus três filhos, sem eles eu nada seria.

E aos amantes e protetores do nosso cerrado.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Luci e meu pai Luzette, por me criarem e proverem a vida que tive, por todos ensinamentos, por todo amor recebido e por amar e cuidar dos meus filhos. A minha irmã Renata, por ser exemplo e inspiração na caminhada árdua dos estudos.

A minha amada esposa Yasmin, por todo apoio, suporte e amor durante a pesquisa, sem ela nada disso seria possível. Aos meus filhos Flora, Caetano e Noah, por toda alegria e ensinamentos diários, (re)significando minha vida e meu viver. A minha sogra Rosângela Ferreira, por todo apoio, incentivo e pelas ardentes conversas políticas.

Ao meu orientador, prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos, por mostrar caminhos que possibilitassem a realização desta pesquisa, pelos ensinamentos acerca da Geografia e do Turismo, por toda partilha acadêmica e pela compreensão ao longo do processo.

Ao meu querido amigo André Roriz, por participar do processo de reconstrução do (re)significado de viver, fato que me trouxe até aqui.

Aos meus amigos de convivência diária, Jade, amiga sincera querida que partilhou tantas agonias deste trabalho, que é parte de minha família e muito contribuiu para minha sanidade mental em tempos de pesquisa e de pandemia; Jhonatan, parceiro diário das mais variadas missões e de várias “latadas” pelo Caminho de Cora Coralina; Amanda, por toda troca de conhecimento e por estarmos juntos na caminhada acadêmica além de outras.

As professoras Derotina Helecir de Brito Alvarenga e Keley Cristina Carneiro, por todo apoio, parceria e por serem inspiração e espelho na caminhada da pesquisa e da docência. A professora Christianne Viana Ferreira Paiva Gonzaga, pela parceria, pelo incentivo e pelo apoio. A professora Joana Darc Paiva da Silva (*in memoriam*), por todas alegrias e conversas sobre o estudo científico do turismo.

Ao professor Murilo Mendonça Oliveira de Souza, pelas pedaladas que possibilitaram descobrir, dentre tantas coisas, o conhecimento geográfico. A professora Vera Lúcia Salazar Pessoa, por mostrar disposição e muito vigor na pesquisa e no estudo, além de todo seu conhecimento. Ao professor Carlos de Melo e Silva Neto, por possibilitar a compreensão do cerrado, em especial de sua flora. A professora Auristela Afonso da Costa, por me presentear com os estudos do território.

A todos professores que de alguma forma contribuíram para esta pesquisa, em especial os do PPGEO.

A Michely Gomes Avelar, por compartilhar todo conhecimento, além das angústias e conquistas da pós-graduação. Aos amigos técnico-administrativos da UEG Campus Cora Coralina, parceiros da luta diária, Flávyo, Ingrid, Karlene, Letícia, Michely, Marília, Murilo, Patrícia e Teruo.

Aos amigos Gabriela Oliveira, Gabrielle Carvalho, Teruo Kuramoto, Heitor Rezende, Uelinton Barbosa, Rodrigo Vilela, Alessandro (Baiano), entre vários outros, que estiveram no Caminho de Cora Coralina comigo.

Ao João Lino, Alexandrina, Tiago, Elissa, Bruno, Francielly, Francisco, pelas conversas realizadas. Ao Bismarque, Shirlene, José Assis, Nilo, Alessandro e Jhonatan, pelos desafios enfrentados na Associação do Caminho de Cora Coralina.

Aos amigos do PPGEO, Jorge, Camila, Cleiton, Luiz, Carol, Joannes, Dedel, Fernanda, Filipe, Maíra, Juliano, Natália, Isaías e Letícia.

As pessoas que buscam difundir o conhecimento e toda importância do cerrado. Aos povos do cerrado. Aos que amam o cerrado.

Meu muito obrigado a todos e todas!!! VIVA O CERRADO!!!

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria, com o corriqueiro, com a vida e com os humildes.”

(Cora Coralina)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a relação entre o turismo e o território da Trilha de Longo Curso (TLC) Caminho de Cora Coralina (CCC), com recorte espacial no município de Goiás. Com quase 300 km, o CCC interliga as cidades de Corumbá de Goiás à cidade de Goiás. A presente pesquisa utiliza como documentação indireta a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, e recorre à pesquisa de campo exploratória como documentação direta. A bicicleta foi utilizada como transporte no trabalho de campo. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com sujeitos que, de algum modo, se envolveram com o caminho. Para compreender esse processo por uma abordagem geográfica, utiliza-se o território como categoria de análise. Para isto, buscou-se refletir sobre: (i) Como uma estrada utilizada na época da exploração do ouro e da expansão do povoamento do Brasil, torna-se um produto turístico? (ii) Qual a relação entre turismo e território influenciada pela implantação do CCC? As TLC conectam a paisagem no intuito de fomentar corredores ecológicos, possibilitando a geração de emprego e renda, especialmente, para os municípios presentes no caminho. Nesta perspectiva, buscou-se compreender como o CCC influencia o território onde é implantado. Percebeu-se o potencial turístico e de geração de oportunidades que possui as TLC, em especial o CCC, por outro lado a atividade turística causa impactos nos aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais onde é implantada, podendo ser benéfica aos residentes se houver um planejamento turístico envolvendo principalmente os moradores locais, os empresários e o poder público das várias esferas. Os resultados da dissertação mostram ainda que as TLC se colocam como uma opção para diversificar a oferta turística, de forma descentralizada, partindo em muitos casos da própria comunidade. No CCC, o papel do poder público foi fundamental para seu planejamento e implantação, assim como foi essencial a participação de moradores, voluntários, empresários e simpatizantes das trilhas.

Palavras-chave: trilhas de longo curso; cidade de Goiás; território; turismo; Caminho de Cora Coralina.

ABSTRACT

This research aims to understand the relationship between tourism and the territory of the Long-distance trail (LDT) Caminho de Cora Coralina (CCC), with spatial cutout in the municipality of Goiás. With almost 300 km, the CCC interconnects the cities of Corumbá de Goiás to the city of Goiás. This research will use documentary research and bibliographic research as indirect documentation, as direct documentation, exploratory field research is used. The bicycle will be used as transportation in the fieldwork. Semi-structured interviews were conducted with subjects who somehow got involved with the trail. To understand this process through a geographical approach, the territory is used as a category of analysis. How does a trail used at the time of gold exploration and the expansion of the population of Brazil, become a tourism product? What is the relationship between tourism and territory influenced by the implementation of the CCC? The LDTs connect the landscape in order to promote ecological corridors, enabling the generation of jobs and income, especially for the municipalities present along the way. It seeks to understand how the CCC influences the territory where it is implemented. The potential for tourism and the generation of opportunities that the LDTs have been perceived, especially the CCC, on the other hand, the tourist activity causes impacts on the political, economic, cultural and natural aspects where it is implemented, and can be beneficial to residents if there is a tourism planning involving mainly local residents, businessmen and the public authorities of the various spheres. The results of the dissertation also show that the Long-distance trails are an option to diversify the tourist offer, in a decentralized way, starting in many cases from the community itself. At the CCC, the role of the government was essential for its planning and implementation, as well as the participation of residents, volunteers, businessmen and supporters of the trails.

Keywords: long-distance trails; city of Goiás; territory; tourism; Caminho de Cora Coralina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Crescimento da visitação em Unidades de Conservação Federais	31
Figura 2: Elaboração do traçado Caminho de Cora Coralina	66
Figura 3: Relatos de Auguste de Saint Hilaire e Johan Emanuel Pohl	66
Figura 4: Sobreposição dos pontos	67
Figura 5: Caminho dos Goyazes	68
Figura 6: Imagem de satélite do trecho entre São Benedito (a direita) e Calcilândia (a esquerda)	81
Figura 7: Largo e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em dia de comemoração religiosa	102
Figura 8: Pegadas da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso. A pegada do CCC está em destaque	119

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Serra de Caxambu	69
Foto 2: Vista de cima da Serra de Caxambu	70
Foto 3: Diego Mendonça no Mirante do Salto de Corumbá	75
Foto 4: Vista de cima do Pico dos Pirineus, a 1385 metros de altitude	75
Foto 5: Dobra em quartzito, do tipo bainha, com plano axial vertical	77
Foto 6: Cachoeira do Sonrisal – Parque Estadual dos Pirineus	77
Foto 7: Serra de Jaraguá	79
Foto 8: Serra de Jaraguá no período chuvoso	79
Foto 9: Entre São Benedito e Calcilândia	80
Foto 10: Cachoeira do Praia, próximo ao Arraial do Ouro Fino	82
Foto 11: Cora Coralina	84
Foto 12: Placa do poema Mascarados de Cora Coralina, no início da trilha para o Pico dos Pirineus	85
Foto 13: Placa de poesia com o Salto de Corumbá ao fundo. “A escola passa o saber e a vida nos da sabedoria”	85
Foto 14: Placa de poesia no Arraial de Ouro Fino, ao fundo as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Pilar	86
Foto 15: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França	86
Foto 16: Capela da Santíssima Trindade dos Pirineus	87
Foto 17: Mascarados em Pirenópolis	88
Foto 18: Museu Histórico das Cavalhadas de São Francisco – GO	89
Foto 19: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Jaraguá	90

Foto 20: Cidade de Goiás e a Serra Dourada ao fundo	101
Foto 21: Igreja do Rosário atual em estilo neogótico	102
Foto 22: Procissão do Fogaréu	104
Foto 23: Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Pilar, no Arraial de Ouro Fino	105
Foto 24: Cruz do Chico Mineiro	105
Foto 25: Totem do CCC no Ouro Fino	105
Foto 26: Igreja São João Batista do Ferreiro	106
Foto 27: Mapa onde foi traçado o Caminho de Cora Coralina	109
Foto 28: Primeira sinalização do CCC	110
Foto 29: Placa indicando o limite sul do Geoparque dos Pirineus	111
Foto 30: Placa danificada	111
Foto 31: Placa danificada	111
Foto 32: Camping selvagem no pé da Serra de Caxambu	112
Foto 33: Ponte do Rio Uru	113
Foto 34: A bicicleta preparada para viagem	116
Foto 35: Totem maior, localizado nas ruínas do Arraial do Ouro Fino	117
Foto 36: Totem menor, localizado no distrito de Calcilândia	118
Foto 37: Sinalização rústica CCC	120
Foto 38: Sinalização rústica CCC	120
Foto 39: Sinalização rústica CCC	120
Foto 40: Sinalização rústica CCC	120
Foto 41: O CCC margeando o Rio das Almas em Pirenópolis	123
Foto 42: Morro do Cabeludo no Parque Estadual dos Pirineus	123
Foto 43: Cajuzinho-do-cerrado	124
Foto 44: Mangaba	124
Foto 45: Cagaita	124
Foto 46: Murici	124
Foto 47: Araticum-cagão	124
Foto 48: Mama-cadela	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, 2006-2018

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Caminho de Cora Coralina	48
Mapa 2: Mapa Turístico de Goiás (2019-2021)	62
Mapa 3: As três UCs estaduais no Caminho de Cora Coralina	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estimativa da população dos municípios do Caminho de Cora Coralina em 2020	30
Quadro 2: Histórico do conceito de Turismo	44
Quadro 3: Regiões Turísticas e municípios de Goiás no Mapa do Turismo Brasileiro	60
Quadro 4: Trechos do Caminho de Cora Coralina	71
Quadro 5: Lista de bens tombados pelo IPHAN na cidade de Goiás	100
Quadro 6: Matriz SWOT do CCC	114
Quadro 7: Localização e denominação dos entrevistados	128
Quadro 8: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 1	129
Quadro 9: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 2	129
Quadro 10: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 3	130
Quadro 11: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 4	131
Quadro 12: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 5	132
Quadro 13: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 6	133
Quadro 14: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 7	133
Quadro 15: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 8	134
Quadro 16: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 1	135
Quadro 17: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 2	136
Quadro 18: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a	

questão 3	136
Quadro 19: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 4	137
Quadro 20: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 5	137
Quadro 21: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 6	138
Quadro 22: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 7	138
Quadro 23: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 8	139
Quadro 24: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 1	140
Quadro 25: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 2	140
Quadro 26: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 3	141
Quadro 27: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 4	141
Quadro 28: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 5	142
Quadro 29: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 6	143
Quadro 30: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 7	143
Quadro 31: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 8	144
Quadro 32: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 9	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de cada município presente no Caminho de Cora Coralina	29
Tabela 2: Motivação da Demanda Turística Internacional no Estado de Goiás	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACCC	Associação do Caminho de Cora Coralina
AGDR	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
AGETUR	Agência Goiana de Turismo
AT	<i>Appalachian Trail</i>
ATC	<i>Appalachian Trail Conservancy</i>
CCC	Caminho de Cora Coralina
CONECTA	Programa Nacional de Conectividade de Paisagens
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
NPS	<i>National Park Service</i>
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNT	Plano Nacional do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDI	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação
SEMAD	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SISTUR	Sistema de Turismo
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
TLC	Trilha de Longo Curso
UC	Unidades de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 ESPAÇO E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS REFLEXÕES ACERCA DOS ESTUDOS DAS TRILHAS DE LONGO CURSO.....	22
1.1 A Categoria Espaço: uma reflexão nos entremeios da geografia e turismo	23
1.2 Território, turismo e suas relações	34
1.3. Uma breve história do conceito de turismo	40
2 O CAMINHO DE CORA CORALINA: UM PROJETO OFICIAL DO TURISMO EM GOIÁS	47
2.1 Trilhas Turísticas de Longo Curso: um produto da atividade turística?	49
2.2 Políticas Públicas de Turismo em Goiás e o Surgimento de um Novo Elemento no Espaço: o Caminho de Cora Coralina	56
2.3 Os Elementos Espaciais do Caminho de Cora: atrativos fundamentais para o processo de turistificação	69
3 CAMINHO DE CORA CORALINA, UMA COMPONENTE TURÍSTICA DA CIDADE DE GOIÁS?	91
3.1 Cidade de Goiás	92
3.2 A Envolvência com o Caminho de Cora Coralina: pedalando de Corumbá de Goiás a cidade de Goiás	107
3.3 Proposições para o Caminho de Cora: desafios e perspectivas	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	152
APÊNCICES	163

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a relação entre o turismo e o território da Trilha de Longo Curso (TLC), Caminho de Cora Coralina (CCC), no município de Goiás. Implantada pela Agência Estadual de Turismo, a Goiás Turismo, o CCC é um percurso de cerca de 300 km que interliga Corumbá de Goiás à cidade de Goiás, passando por cidades históricas como Pirenópolis, São Francisco de Goiás e Jaraguá, além dos municípios de Cocalzinho de Goiás, Itaguari e Itaberaí. Seu propósito é diversificar a oferta turística no estado, gerando emprego e renda, especialmente para as comunidades ao longo do caminho, valorizando o patrimônio cultural e natural do Estado de Goiás.

Convém salientar que Cora Coralina é o pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, poetisa, contista e doceira, natural da cidade de Goiás. Publicou seu primeiro livro aos 75 anos, Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais, contando em versos o cotidiano e as particularidades de sua cidade natal. Sua antiga residência é hoje o Museu Casa de Cora Coralina, lugar onde passou seus primeiros anos de vida.

Como o turismo consome, produz e modifica o espaço geográfico no qual é inserido? Nesse sentido, esta pesquisa destaca o CCC e suas influências no espaço artificial já alterado pelo homem e suas relações sociais, bem como o espaço natural, bastante procurado, atualmente, por ser considerado uma “quebra” no cotidiano da sociedade capitalista industrial. Ressalta-se que a simples visita em um espaço natural poderá, por meio da atividade turística, transformá-lo em espaço artificial. A partir dos processos de turistificação, entendido como a apropriação e reconfiguração do espaço pelo turismo, surge então os territórios turísticos.

Os objetivos específicos desta pesquisa de mestrado são: refletir sobre os conceitos de espaço e território, entendendo como se dá a relação destes com o turismo; analisar as políticas públicas que influenciaram a implantação do CCC em Goiás; apresentar os elementos culturais e naturais presentes no CCC; perceber como é a relação no município de Goiás com o CCC.

Para compreender esses processos por uma abordagem geográfica, analisa-se inicialmente o espaço como categoria de análise geográfica, principalmente os

estudos de Milton Santos (1985, 1988, 2006, 2012, 2014) e Rodrigues (2001) que contribui para compreensão de como o fenômeno do turismo pode ser entendido utilizando-se das teorias miltonianas acerca do espaço. Para entender o conceito de território, utiliza-se os estudos de Raffestin (1993), Souza (2000), Haesbaert (2009, 2020); e, para assimilar a relação entre território e turismo, Cruz (2001), Fratucci (2008, 2014) e Knafou (2001).

Para este trabalho parece quase impossível compreender o fenômeno turístico sem considerar aspectos geográficos, principalmente diante dos resultados apresentados. Nesse contexto, algumas perguntas foram feitas buscando respondê-las ao longo do texto. São elas: (i) Como analisar as relações influenciadas pelo turismo sem compreender os conceitos, por exemplo, de espaço e território? (ii) A característica do turismo de produzir e consumir o espaço, modificar áreas, apropriar dos saberes e fazeres daquele local, interfere, influencia e territorializa o espaço? (iii) No caso do Caminho de Cora Coralina, o turismo configura novas paisagens, produz e ressignifica lugares?

Assim, será demonstrado ao longo do trabalho que a Geografia, ciência responsável por uma análise mais profunda do espaço e do território, deve considerar o Turismo em suas pesquisas onde este estiver presente. Sendo mais importante o turismo compreender os estudos do espaço e do território, a fim de conhecer os elementos que o compõe além de toda sua dinâmica; bem como entender como os territórios são modificados a partir do fenômeno turístico. Para compreender essas mudanças, este estudo fará uma análise nos elementos do espaço que fazem relação com a atividade turística, representada aqui pelas TLC, além de compreender as territorialidades presentes na relação.

A atividade turística possibilita o espaço ser consumido por diferentes pessoas, em muitos momentos, podendo gerar renda para quem modela esse espaço e para àqueles próximos a esse espaço. Essa renda nem sempre é gerada de forma justa, como de *praxe* no capitalismo, mas há possibilidade para que pessoas com poucas oportunidades de emprego ou com baixa renda consigam em alguns casos e, dependendo da forma de como o turismo é desenvolvido, se beneficiar dessa atividade.

A motivação para esta pesquisa se deu por termos hoje um aumento crescente na quantidade de TLC pelo Brasil e pelo mundo, bem como o aumento no número de visitantes e turistas que se propõem a percorrer tais caminhos. A implantação de uma TLC necessita de uma série de serviços, infraestrutura, envolvimento dos municípios, ações públicas e privadas, entre outras questões. É necessário compreender como as relações do turismo influenciam o território dos municípios e, principalmente, dos moradores ao longo do caminho. Muitos desses locais estão sendo explorados turisticamente pela primeira vez, possibilitando entender como ocorre inicialmente essa apropriação, propiciando estudos que contribuam com a organização das TLC de um modo geral e com benefícios para turistas e moradores.

A pesquisa em questão se torna pertinente também pelo fato de investigar uma realidade turística que abrangem os espaços urbano e rural. No entanto, no trabalho, apresentaremos apenas uma síntese teórica sobre essa reflexão, um contexto investigativo muito fértil na ciência geográfica, mas que não se coloca como prioridade desta pesquisa.

Uma TLC não é natural, tem como proposta estar inserida em grande parte no ambiente natural, porém sofre intervenção no momento de sua criação. A abertura e manutenção das trilhas possibilita o acesso ao atrativo, mas é uma alteração naquele ambiente. Além disso, há, nas trilhas, ações para possibilitar o turista de realizá-la. Sinalização, pontos de descanso, pontes, centros de atendimento, são alguns exemplos de interferências criadas para atender os turistas que irão percorrer o caminho.

As TLC estão presentes em diversos países como Estados Unidos da América, Inglaterra, Portugal, França, Espanha, Costa Rica, Equador, Austrália, entre outros, sendo implantadas no Brasil a partir dos anos 2000. Impulsionadas pelo aumento da visitação em áreas naturais, bem como a prática de esportes ao ar livre, as TLC estão desempenhando importante papel na diversificação da oferta turística no país. Devido ao seu baixo custo inicial de implantação, muitas trilhas estão sendo abertas em diversos estados da federação. Além do turismo, as TLC contribuem para a formação de corredores ecológicos e conectividade entre as paisagens naturais, interligando Unidades de Conservação (UC) das esferas municipais, estaduais e federal.

A presente pesquisa, de natureza básica, utilizou como documentação indireta a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental, ou de fontes primárias, são os documentos, escritos ou não, como documentos de arquivos públicos, fontes estatísticas, fotografias, etc. Outras fontes primárias são as feitas pelo autor, como as fotografias, mapas, gráficos, etc. A “presença do pesquisador nos territórios permitiu a obtenção das imagens fotográficas” (SANTOS, 2021, p. 80).

As fontes secundárias escritas são as fontes primárias transcritas pelo autor, como relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo, estudo histórico recorrendo aos documentos originais, etc. Outras fontes secundárias são feitas por outros, como material cartográfico, filmes comerciais, etc. “É evidente que dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.159).

Esta investigação fez uso de documentos do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2018), Ministério do Turismo (MTur, 2006, 2008), Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR, 1994), Goiás Turismo (2018) e Organização Mundial do Turismo (OMT, 2016). Para a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, este projeto buscou autores que contribuem para a análise do Turismo, do Espaço, do Território e da Geografia do Turismo, procurando dialogar com as referências já apresentadas neste projeto, como: Barreto (2010), Rejowski (1999); Lohmann e Panosso Netto (2012), Santos (1985, 1988, 2006, 2012, 2014), Rodrigues (2001), Raffestin (1993), Souza (2000), Haesbaert (2009, 2020), Cruz (2001), Fratucci (2008, 2014) e Knafo (2001).

Como documentação direta, recorre-se a pesquisa de campo exploratória. A qual objetiva formular questões ou um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, modificar e elucidar conceitos ou, como utilizada nesta pesquisa, proporcionar familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realizar uma pesquisa mais precisa (LAKATOS; MARCONI, 2010). Prodanov (2013) complementa afirmando que:

A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. (PRODANOV, 2013, p. 52).

Neste estudo, a pesquisa de campo serviu para verificar quais modificações a implantação do Caminho de Cora Coralina promoveu, em especial no município de Goiás. A bicicleta foi utilizada como transporte na pesquisa de campo, considerando uma viagem realizada em outubro de 2020. Ademais, foram realizadas diversas incursões pelo caminho por variados motivos, como lazer, guiar turistas, sinalizar o caminho, fazer manutenção nas trilhas, entre outros. O Caminho de Cora Coralina possui 300 km no total, podendo ser feito a pé, de bicicleta ou a cavalo. Veículos automotores não conseguem percorrer o caminho devido a passagem por trilhas estreitas e cercas de arame espalhadas por todo o trajeto.

Durante o trabalho de campo foram utilizados dois dispositivos GPS para acompanhar e delimitar o traçado do caminho. Um GPS do aparelho celular e outro na bicicleta, com informações sobre a distância, velocidade, temperatura, altitude e tempo de percurso. Uma prancheta foi acoplada a bicicleta para possibilitar as anotações do pesquisador durante as paradas, informações relevantes do trabalho de campo e o olhar empírico desta investigação.

Pela experiência vivida durante o trabalho de campo, pode-se dizer que a bicicleta foi um veículo propício para percorrer trilhas de longo curso, uma vez que não tem a rapidez de um automóvel e não é lento como o caminhar, propiciando ao viajante um ritmo adequado para se locomover e apreciar o trajeto. Esse vivido investigativo nos fez pensar que o veículo automotor não conseguiria integrar o condutor (no nosso caso, o pesquisador) ao ambiente, pois a paisagem se move rápido e os sons em volta não são ouvidos.

No entanto, foi possível compreender durante o trabalho empírico que o ato de Caminhar é favorável para quem busca apreciar o caminho, ouvir os pássaros e contemplar a natureza. O tempo lento, porém, não permite o caminhante progredir mais de 30 ou 40 quilômetros em um dia, distância bastante exigente mesmo para pessoas acostumadas a caminhar. Assim, percebeu-se durante a pesquisa que com a bicicleta é possível percorrer 70 quilômetros em 5 horas, por exemplo, mesmo sem ter o preparo de um atleta profissional ou de um sujeito que faz uso cotidiano desse meio de transporte.

Nesta pesquisa as duas viagens foram realizadas em 5 dias cada uma, pedalando em média 60 km por dia. Possibilitando conhecer, apreciar e desfrutar o

caminho e seus atrativos. Assim, pode-se sublinhar que a agilidade da bicicleta permite que o ciclista chegue a tempo de conhecer os locais por onde passa e interagir com a população local em diversos momentos, seja no meio do caminho para uma rápida conversa ou em alguma cidade ou distrito onde a conversa se delonga, possibilitando ao pesquisador compreender melhor a realidade do local a ser pesquisado.

Quanto aos diálogos com os pesquisados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos que participaram diretamente do processo de turistificação do caminho. Entre os entrevistados, está o diretor de Desenvolvimento, Pesquisa Turística e Eventos da Goiás Turismo que atuou durante a implantação do caminho; a coordenadora do Caminho de Cora Coralina na Goiás Turismo; o presidente da Associação do Caminho de Cora Coralina e pesquisador responsável pela elaboração do traçado do caminho; três moradores que se tornaram empresários envolvidos com o Caminho de Cora Coralina; e três turistas que percorreram o caminho, dois de bicicleta e um a pé.

É importante sublinhar que esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida, em boa parte, durante a pandemia da COVID-19, a qual afetou muitas atividades, em especial o turismo. Nos trabalhos de campo foi necessário tomar algumas medidas, como uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento social. A pandemia influenciou no funcionamento dos estabelecimentos das cidades turísticas e dos Parques Estaduais, sendo possível realizar o trabalho de campo quando o número de casos da pandemia possibilitasse a abertura dos locais citados. Apesar de ter havido contato com algumas pessoas durante os trabalhos de campo, buscou-se o máximo de cuidados com a saúde dos moradores e participantes da pesquisa. As entrevistas ocorreram de forma *on-line*, utilizando como ferramenta a plataforma de videoconferência *Google Meet*.

Realizar a pesquisa durante a pandemia da COVID-19 influenciou a dissertação como um todo, especialmente o trabalho de campo e as entrevistas. Algumas cidades do CCC, através de decretos municipais, não permitiam a entrada de não residentes, assim como os hotéis não recebiam hóspedes, os atrativos naturais e culturais foram fechados, assim como diversos serviços relacionados ao turismo.

Vale ressaltar que os dados apresentados nesta dissertação são anteriores a pandemia, o qual foram substancialmente alterados após março de 2020.

Este estudo utiliza a abordagem qualitativa. Desse modo, o encaminhamento metodológico desta investigação privilegia a análise dos processos de organização da atividade turística no espaço, propiciando uma leitura densa dos usos dos territórios após a criação do Caminho de Cora Coralina e, nesse contexto, problematiza-se como é possível a convivência entre turistas e residentes. Assim, propõe-se um processo de investigação, que venha a se estabelecer por meio da realização de incursões do pesquisador no Caminho Cora Coralina, para que assim, se estabeleça um maior contato com a realidade estudada.

Este trabalho está dividido em quatro partes, esta introdução e mais três seções. A primeira busca refletir sobre a relação entre espaço, território e turismo, especialmente no que se refere às TLC, apresentando dados sobre os municípios do caminho, visitas em UCs, motivação da demanda turística de Goiás. Ressalta-se a necessidade de entender e apresentar os conceitos de espaço e território, categorias geográficas de análise desta pesquisa. Destaca-se também na seção, a apropriação do espaço pelo turismo e a criação de territórios turísticos. Expõe-se um histórico sobre a literatura de turismo, além da discussão sobre o conceito de turismo.

A segunda seção discorre sobre o CCC e as TLC, a origem das TLC e um panorama nacional e internacional sobre as trilhas. São apresentadas as políticas públicas relacionadas às TLC no Brasil, em especial na implantação do CCC, visto que, no caso do caminho de Goiás, a trilha foi implantada pelo órgão estadual de turismo. Todo o processo de criação e execução do CCC é descrito nessa seção, além de seus elementos espaciais, fundamentais para o processo de turistificação.

A terceira seção apresenta a cidade de Goiás, recorte espacial principal desta pesquisa, sua história e seu patrimônio histórico e cultural. Descreve todo o trecho do CCC no município, precisamente os 36 km de Calcilândia ao Museu Casa de Cora Coralina, na cidade de Goiás. É relatado todo o trabalho de campo realizado de bicicleta, a envolvimento com o CCC e algumas de suas características. Na seção é exposto o resultado das entrevistas com pessoas do setor público, moradores que se tornaram empresários e turistas que percorreram o caminho.

1 ESPAÇO E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS REFLEXÕES ACERCA DOS ESTUDOS DAS TRILHAS DE LONGO CURSO

Inicialmente, pode-se sublinhar que o turismo é uma atividade que apropria de espaços, territórios, lugares e paisagens para que possa consolidar sua existência, produzindo e reproduzindo ações nos objetos ali presentes. O turismo é capaz de adaptar-se de diferentes maneiras aos espaços a fim de consumi-los. Assim, essa atividade cria seu próprio espaço, modificando a naturalidade dos locais antes não explorados, bem como as relações existentes nos espaços apropriados pelos seres humanos. Sarti e Queiroz (2012, p. 13), corroboram, com esse contexto, afirmando que “o espaço é o objeto central de consumo do turismo e, em função disso, evidencia as mudanças que a atividade cria, fazendo que apareçam outros objetos e se apropriando dos já existentes”.

Por sua vez, o território, para Raffestin (1993, p. 143), “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço [...], o ator ‘territorializa’ o espaço”. Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo se dá por meio das ações de diversos atores. Assim, considerando o Caminho de Cora Coralina, o principal ator no seu desenvolvimento foi a Agência Estadual de Turismo, a Goiás Turismo, juntamente com as prefeituras dos municípios por onde o caminho passa, e por voluntários entusiastas das trilhas de longo curso.

Assim, diante do contexto teórico sublinhado, Portuguez (2012, p. 13) afirma que “refletir sobre os temas que se entrecruzam quando se estuda o uso e a ocupação do espaço turístico é, em primeira instância, um exercício intelectual que pode valer-se das mais variadas contribuições de ciências afins à Geografia”. Nesse sentido, propõe-se a construção desta dissertação, num exercício de se compreender essa conjuntura, mas não esquecendo que estamos diante de espaços ordenados e desordenados pelas relações que criam situações fecundas à geografia.

Para Almada (2018, p. 205) o turismo enquanto fenômeno que produz ou que “reproduz o espaço interessa à geografia a partir do momento em que ele passa a existir no espaço, no qual transforma a configuração territorial precedente para atender aos novos usos”. Portanto, de acordo com Fratucci (2014, p. 91), na discussão

sobre as categorias geográficas de análise, deve-se colocar o espaço como “um dos pontos de partida para a compreensão de todo o processo de produção do turismo”.

Desse modo, em relação à escolha do tema e para compreender como o turismo se desenvolve no espaço e como se territorializa, torna-se pertinente refletir sobre os estudos que buscam entender a relação do desenvolvimento turístico com o espaço preexistente a essas ações. Procurando conhecer, antes de tudo, o próprio espaço, uma categoria de profundo estudo da geografia e de outras áreas do conhecimento, assim como o território, para então compreender as relações entre turismo e território.

1.1. A Categoria Espaço: uma reflexão nos entremeios da geografia e turismo

Para a construção conceitual da categoria espaço, a ser realizada ao longo deste subcapítulo, aporta-se inicialmente em Milton Santos (2012), pois esse considera o espaço como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

Assim, nesse contexto teórico, é interessante notar que Santos (2014, p. 78) afirma que “o espaço seria um conjunto de objetos e relações que se realizam sobre estes objetos”, são as formas atendendo funções definidas por uma estrutura através de processos. Rodrigues (2001, p. 61) explica que “tanto objetos como ações não tem vida própria se não forem tomados em conjunto”.

Nesse entremeio, Costa (2014, p. 65), analisando as contribuições teóricas de Milton Santos acerca do conceito de espaço, afirma que esse autor está “efetivamente preocupado em compreender e analisar as transformações socioespaciais permeando pela escala local e mundial com propriedade e rigor investigativo”. Desse modo, segue elucidando que:

Os sistemas de objetos influenciam os sistemas de ações, os sistemas de ações influenciam os sistemas de objetos. Os sistemas de objetos e os sistemas de ações estão indissolúvelmente juntos e a soma e interação compreende o espaço. Para estudar o espaço é necessário verificar as articulações e influências existente entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos. (COSTA, 2014, p. 67).

No espaço, os dois sistemas elencando por Santos (2014) coexistem, estão relacionados. Diante disso, percebe-se que na busca de compreender o espaço deve-se então analisar quais as relações entre os dois sistemas, “não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários” (SANTOS, 2014, p. 78). Assim, segundo Santos (2014, p. 78) o espaço é então “resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”.

Santos (2006), para explicar o que é um sistema de objetos, primeiramente difere objetos das coisas. Coisas são elementos naturais preexistentes como, por exemplo, as sociedades humanas, a água, os rios, as montanhas, etc. Objeto é “aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana” (p. 41). Contudo, as coisas quando utilizadas pelo homem como um conjunto de intenções sociais, tornam-se objetos, transformando assim a própria natureza em um sistema de objetos.

No turismo uma área natural torna-se objeto ao propiciar uma simples caminhada aos visitantes. Não a área por si só se torna objeto, mas o conjunto formado pela área natural e pelos objetos que condicionam a visita naquele local. Assim é uma Trilha de Longo Curso, muitas vezes passa em lugares antes não usados, bastando abrir uma trilha e permitir a passagem de pessoas para que, de forma mínima, seja criado um sistema de objetos. A natureza presente naquela área, sua fauna e flora, por exemplo, completará o processo chamado por Santos (2006, p. 41) de “desnaturalização da natureza”, o que dará a ela um valor.

Nesse sentido, “a ação é o próprio homem” (SANTOS, 2006, p. 53). Sendo assim, para Santos (2006) a ação vem da humanidade, pois ela tem objetivos. Vem dela não somente através do indivíduo, mas também como empresas, instituições. As ações originam-se de suas necessidades, fazendo-o agir e levando às funções, o que por sua vez acabará nos objetos. As funções direcionam a utilização e criação desses objetos.

Dando continuidade ao pensamento de Santos (1985), o espaço é possível de ser analisado por meio de seus elementos: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Analisar o espaço através de seus elementos possibilita que eles sejam vistos individualmente para, posteriormente, contribuir para

a compreensão do todo. Pode-se dividir o espaço por meio de uma variedade de critérios, entre eles tem-se os elementos do espaço.

Os homens são os trabalhadores ou aqueles que estão em busca de trabalho. Mesmo os que não estão nesse grupo, como os mais jovens e aposentados, não participam da produção, mas demandam trabalho dos outros, fazendo parte dos homens como elemento do espaço. Essa demanda é atendida pelas firmas através da produção de bens, serviços e ideias; e em parte pelas instituições que produzem normas, ordens e legitimações. Nesse contexto, o meio ecológico é o sustentáculo do trabalho humano. A infraestrutura é o trabalho humano materializado na forma de casa, construções, estruturas, etc. (SANTOS, 1985).

Os elementos se inter-relacionam. Cada qual pode tornar-se outro elemento sendo ele mesmo como, por exemplo, quando há monopólio de mercadorias por grandes capitais, sendo praticamente uma instituição ditando regras, influenciando outros elementos como o homem e as firmas. Santos (1985) questiona se há necessidade de separar infraestrutura de meio ecológico, visto que um se liga ao outro tornando-se praticamente um elemento só.

Nesse sentido, Santos (1985) parte da compreensão do espaço como uma totalidade, assim, existem partes as quais devem ser analisadas separadamente bem como as suas relações, para que então seja possível a compreensão do todo. Não significa que o espaço é resultado da soma dessas partes (RODRIGUES, 2001). Ao interpretar esses teóricos, pode-se entender que o espaço se transforma ao longo do tempo, mudando e adaptando-se as necessidades dos homens que vivem em determinado período. O espaço é formado pelos objetos geográficos, naturais e artificiais, mais a sociedade. Desse modo, as Trilhas de Longo Curso são propostas de usos que transformam espaços, territórios e lugares.

Em se tratando de uma investigação sobre o espaço turístico na geografia, é fundamental na compreensão dessa categoria de análise considerar o tempo, pois nele está contido a história da evolução do contexto do espaço. Santos (1985), evidencia a existência de uma estrutura espaço-temporal, sendo o espaço resultado da relação entre ele mesmo e os processos produtivos impostos pela sociedade ao longo do tempo.

Nessa breve discussão do espaço enquanto categoria de análise, somente é possível compreender a organização espacial e sua evolução histórica por meio da interpretação das partes que compõe a totalidade do espaço e suas relações. Então, analisa-se de fato a relação da sociedade com o espaço, expressa por meio do processo, da estrutura, forma e função. Esses, elencados por Santos (1985) como as categorias de análise espacial, formam a totalidade do espaço e são fundamentais para compreender como o espaço é produzido.

Como se pode verificar, formas são objetos visíveis ordenados em um padrão. Função é a atividade ou tarefa desempenhada por uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Se há uma mudança na sociedade, muda-se a forma para atender uma nova função. Não há função sem forma, mas há formas com diferentes funções. Estas funções e formas são definidas na estrutura, que é relativa ao modo como as partes interagem, e quanto ao modo de organização, a estrutura varia de acordo com o tempo histórico. O autor ainda sublinha que os processos são ações que se realizam buscando alcançar um determinado objetivo, implicando tempo e mudança. O processo existe, pois há na forma, função e estrutura, mudanças que ocorrem com o tempo, e essas alterações fazem parte desse processo. (SANTOS, 1985).

Nessa discussão não há como simplificar a análise, mas compreende-se que o turismo se apropria do espaço, impulsionando o fluxo de pessoas de outros lugares, demandando uma série de necessidades, territorializando o espaço. Desta feita, é preciso entender as dimensões do espaço e qual o método para analisá-lo, ter um olhar a partir da ciência geográfica. Nesse contexto, Rodrigues (2001) explica que o turismo é um fenômeno complexo, capaz de produzir o espaço através de suas relações sociais e pela materialização territorial. Cabe, então, à geografia o papel de pensar o espaço:

[...] social, político, econômico e geofísico apropriado e produzido para o turismo. Isso gera enormes responsabilidades nas análises dos longos processos de construção regional, em que os elementos humanos vão sedimentando historicamente os lugares e, ao mesmo tempo, sofrendo mutações ou interferências. (SANTOS, 2013, p. 88).

Como se pode notar, por meio dos estudos de Milton Santos sobre o espaço, Rodrigues (2001) adapta a compreensão de espaço ao turismo, relacionando os elementos e as categorias de análise do espaço com elementos presentes no turismo.

Nesse entremeio, Rodrigues (2001) baseia sua análise do turismo considerando duas definições de Santos acerca do espaço: “o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 12); “também, e sempre, formado de fixos e fluxos” (SANTOS, 1988, p. 77). Compreendem-se fixos como sendo os objetos e os fluxos e as relações que se dão sobre estes objetos. Em sequência, no contexto apresentado pela autora, o consumo do espaço se dá nos núcleos receptores, que são aqueles que recebem os turistas. Nestes núcleos, onde o espaço é consumido, ocorre uma variedade de alterações nas formas, funções, estrutura e processo.

Durante o trabalho de campo no Caminho de Cora Coralina, no estado de Goiás, percebeu-se que inicialmente os moradores estranharam os primeiros visitantes que chegaram cheios de apetrechos, sejam nas mochilas dos caminhantes ou nos ciclistas e suas roupas apertadas. Esse caminho turístico é um percurso que, em grande parte, é realizado no espaço rural, no entanto, os espaços urbanos existentes cumprem um papel fundamental para sua existência, como será apresentado nas próximas seções.

Desse modo, buscando entender o que é urbano e rural, Marques (2002) cita primeiramente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1999), o qual considera urbana toda área de vila ou de cidade definida legalmente como urbana, sendo o espaço rural o que não é urbano. Nesse ínterim, Veiga (2002 *apud* MARQUES, 2002), critica essa classificação por incluir na área urbana municípios com menos de 2.000 habitantes. O autor sugere combinar três critérios para auxiliar nessa diferenciação: o tamanho populacional do município; sua localização; e sua densidade demográfica. Este último é considerado pelo autor um critério muito importante, pois reflete as modificações no meio natural resultado da atividade humana, sendo essa característica que indicaria o grau de urbanização dos territórios.

Para Rodrigues (2014), no Brasil o debate sobre o que é rural está centrado em dois aspectos: o tamanho, referindo-se ao tamanho da população rural; e sua natureza, relacionando-se as características socioeconômicas e culturais dos espaços rurais e seus habitantes. O urbano, de acordo com o autor, baseia-se no Decreto-lei nº 311 de 2 de março de 1938, onde “estabelece que as localidades sedes dos municípios recebam o estatuto de cidade [...], e as sedes distritais passam a categoria

de vila” (p. 438), tanto cidades como vilas são consideradas urbanas, independentemente do tamanho ou de qualquer outra característica.

A restrição do decreto é que a cidade não pode ter menos que 200 moradias e para as vilas não menos que 30. Como resultado, tem-se cidades e vilas com menos de 200 habitantes consideradas urbanas, enquanto localidades com uma população e uma densidade maior, não sendo sede do distrito ou do município, consideradas rurais. O autor identifica duas maneiras de perceber o rural e o urbano no Brasil, sendo elas pelo conceito de população rural medida pelos censos do IBGE e pelos aspectos socioeconômicos, como a existência de atividades agrícolas ou a falta de bens e serviços modernos. Discordando dessa classificação e buscando avançar na discussão sobre o entendimento do que é rural e urbano, Rodrigues (2014, p. 440) propõem uma nova metodologia de classificação dos municípios, indo além da dimensão administrativa e da dimensão demográfica.

Primeiro, ao utilizar o conjunto do município como unidade de análise, em vez das suas subdivisões internas definidas por critérios administrativos. Em segundo lugar, utilizamos um conjunto diversificado de indicadores através dos quais se procura diferenciar os espaços em função de três dimensões: estrutura demográfica, estrutura econômica e dinâmica territorial. (RODRIGUES, 2014, p. 440).

Por outro lado, em 2017, o IBGE propôs uma nova metodologia de classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil através de uma tipologia municipal, embora o recorte espacial de análise não se limita à divisão política. Nessa proposta do IBGE, a densidade demográfica é o critério fundamental, considerando adicionalmente “o acesso dos municípios a bens e serviços mais complexos. A localização ou a acessibilidade aos centros urbanos mais estruturados também se apresenta como um elemento importante [...]” (IBGE, 2017, p. 43). Por meio do cruzamento dessas variáveis, os municípios serão classificados em cinco tipos: predominantemente urbano, intermediário adjacente, intermediário remoto, rural adjacente e rural remoto.

Nesse contexto, os municípios do Caminho de Cora Coralina são classificados pelo IBGE conforme a seguir: Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e São Francisco de Goiás são municípios rural adjacente; Pirenópolis, Goiás e Itaguari são municípios intermediário adjacente; e Jaraguá e Itaberaí são municípios predominantemente urbano.

Assim, a Tabela 1 abaixo traz os dados do Censo de 2010 sobre a população considerada pelo IBGE como urbana e rural, a área total do município e a densidade demográfica dos municípios presentes no Caminho de Cora Coralina. É possível perceber que são municípios com uma população total pequena, boa parte da população em domicílios rurais e baixa densidade demográfica, características que contribuem para afirmar que o Caminho de Cora Coralina está, em grande parte, no espaço rural. Cocalzinho de Goiás, por exemplo, tem quase 63% de sua população em zona rural.

Tabela 1: População de cada município presente no Caminho de Cora Coralina.

Municípios	População residente				Área total (km ²)	Densidade demográfica (hab. / km ²)
	Em 01.08.2010					
	Total	Situação do domicílio		Rural		
		Urbana				
	Total	Na sede municipal				
Corumbá de Goiás	10.361	6.416	6.416	3.945	1 062,0	9,76
Cocalzinho de Goiás	17.407	6.444	6.444	10.963	1 789,0	9,73
Goiás	24.727	18.638	16.412	6.089	3 108,0	7,96
Itaberaí	35.371	29.784	29.784	5.587	1 457,3	24,27
Itaguari	4.513	3.968	3.968	545	146,6	30,78
Jaraguá	41.870	35.328	35.328	6.542	1 849,6	22,64
Pirenópolis	23.006	15.563	15.358	7.443	2 205,0	10,43
São Francisco de Goiás	6.120	4.464	4.464	1.656	415,8	14,72

Fonte: Censo IBGE, 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/Unidades_da_Federacao/sinopse_uf_Goias.zip. Acesso em: 4 jun. 2020.

Para dados populacionais mais atuais, o IBGE possui uma estimativa do número de habitantes no ano de 2020 (Quadro 1), porém, nessa estatística não há separação entre aqueles que vivem no espaço urbano e os que residem no espaço rural. Verifica-se pouca variação no aumento da população dos municípios, exceto em Goiás onde a população diminuiu.

Quadro 1: Estimativa da população dos municípios do Caminho de Cora Coralina em 2020.

Municípios	Estimativa de habitantes em 2020
Corumbá de Goiás	11.169
Cocalzinho de Goiás	20.504
Goiás	22.381
Itaberaí	43.622
Itaguari	4.685
Jaraguá	51.338
Pirenópolis	25.064
São Francisco de Goiás	6.267

Fonte: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Constatou-se durante o trabalho de campo que o caminho tem 89% do seu trajeto em estradas vicinais e trilhas, aproximadamente 267 km; e 11%, cerca de 33 km, distribuídos em 19 km nas rodovias de asfalto e 14 km dentro dos núcleos urbanos. Quase 90% do caminho possui características rurais. Seja pela atividade agropecuária, ou pela falta de estrutura urbana, pela delimitação legislativa, pela paisagem ou pela densidade demográfica, o Caminho de Cora Coralina está em sua grande maioria no espaço rural.

Outro contexto relevante para a investigação sobre o Caminho de Cora Coralina são as “reservas naturais”, que para Rodrigues (2001, p. 63), são os novos espaços de turismo, e no consumo desse espaço, os “objetos naturais vão transformando-se em objetos sociais no processo de valorização do espaço”. De acordo com a autora, primeiro pelo desenvolvimento industrial e depois intensificado no período pós-guerra, a cidade provoca grande estresse na população, que opta pela fuga para áreas naturais. Nesse entremeio, Barretto (2010) afirma que essa necessidade de evasão se dá pela concentração urbana e a alienação do trabalho, influenciada pela propaganda e elementos concretos como o dinheiro, transporte e tempo.

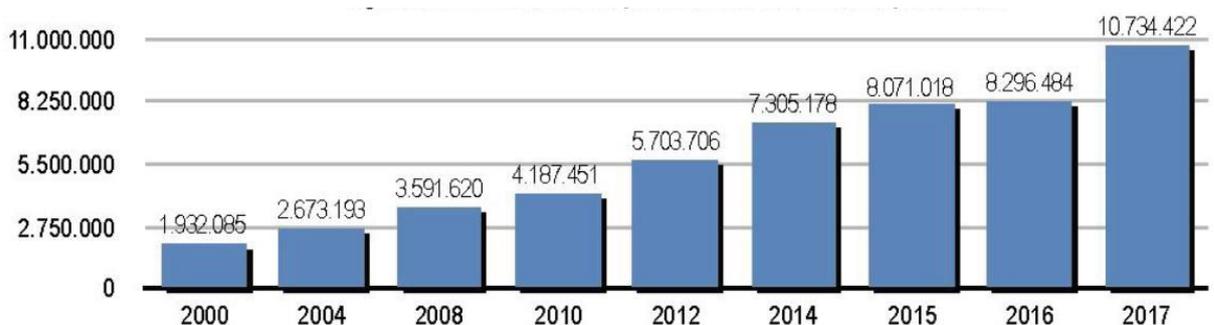
Atualmente, percebe-se no Brasil, e particularmente no Estado de Goiás, um crescimento na busca pelo turismo de natureza, ecoturismo ou turismo de aventura, este último comumente realizado em áreas naturais (Figura 1, Tabela 2 e Gráfico 1).

De fato, existe uma pressão na rotina das pessoas: trabalho, família, estudo, diversão, tecnologia, são muitas as necessidades do homem contemporâneo. Assim, uma gama da sociedade reconecta-se com o ambiente natural, buscando experiência e uma nova lógica de lazer fora do urbano.

Todo o Brasil, em especial no Estado de Goiás, possui uma enorme variedade de atrativos turísticos naturais, são cachoeiras, serras, cavernas, a biodiversidade do cerrado, parques, entre outros, beneficiando e impulsionando o aumento desse tipo de turismo. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2018), num estudo sobre os efeitos econômicos da visitação de UCs, traz um gráfico mostrando o aumento do número de visitantes em UCs federais. Esse crescimento é reflexo do aumento na procura por atividades em áreas naturais.

A Figura 1 mostra um aumento considerável a partir de 2012, praticamente dobrando o número de visitantes em 5 anos. Outros números que mostram esse aumento em Goiás estão no o Quadro 3 e no Gráfico 1, respectivamente o Estudo da Demanda Turística Internacional do Ministério do Turismo e o número de visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Figura 1: Crescimento da visitação em Unidades de Conservação Federais.



Fonte: ICMBio, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/contribuicoes_economicas_turismo_2018.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

Nos últimos anos, muitos turistas internacionais têm vindo à Goiás em busca do turismo de natureza. Pelo apresentado na Tabela 2, abaixo, o Estudo da Demanda Turística Internacional do Ministério do Turismo reflete o aumento em relação a motivação do turismo de natureza, ecoturismo ou aventura entre os anos de 2013 e 2017, no Estado de Goiás. Essa pesquisa é somente internacional, não refletindo as motivações dos turistas domésticos.

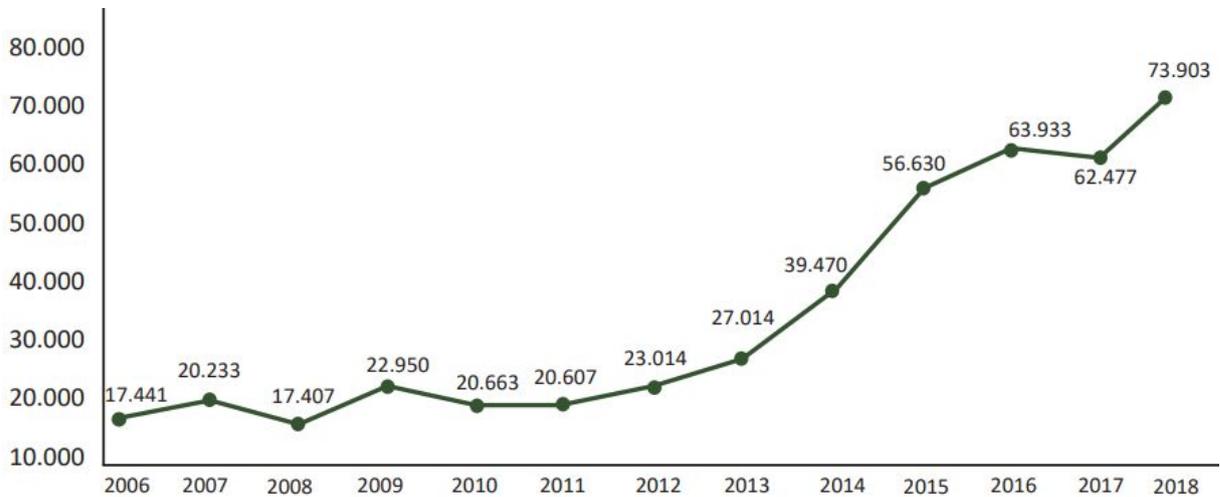
Tabela 2: Motivação da Demanda Turística Internacional no Estado de Goiás.

	2013	2014	2015	2016	2017
Motivo da viagem	(%)				
Lazer	11,9	16,1	8,9	8,2	11,0
Negócios, eventos e convenções	11,8	11,5	11,8	11,8	12,0
Outros motivos	76,3	72,4	79,3	80,0	77,0
Motivação da viagem a lazer	(%)				
Sol e praia	34,6	18,4	21,8	8,3	19,1
Natureza, ecoturismo ou aventura	24,8	34,3	49,8	44,0	51,2
Cultura	24,2	15,4	24,1	29,2	12,5
Esportes	6,0	4,6	4,3	-	13,1
Diversão noturna	5,3	4,2	-	4,8	4,1
Viagem de incentivo	-	6,1	-	-	-
Outros	5,1	17,0	0,0	13,7	-

Fonte: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/images/Demanda_Turistica_Internacional-Fichas_Sinteses_2013-2017.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

Nesse sentido, outra pesquisa que contribui para evidenciar o aumento de turistas em busca de áreas naturais é o Boletim de Dados do Observatório do Turismo, da Goiás Turismo. No Gráfico 1, é possível ver o aumento no número de visitação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) entre os anos de 2006 e 2018. Há um acréscimo considerável nos números de visitantes de 2012 a 2018.

No Boletim de Dados do Observatório do Turismo de 2019, o número de visitantes no PNCV foi de 79.347. Assim, houve “um crescimento de 7,4%, em relação ao ano de 2018. De 2006 para 2019, o crescimento acumulado foi de 178,2%. Os anos que apresentaram as maiores taxas de crescimento [...], foram 2014 e 2015”, 44,0% e 43,5%,” respectivamente. (GOIÁS, 2019a, p. 55). Esses números foram registrados antes da pandemia, possivelmente em 2020 e 2021 houve uma queda significativa no número de visitantes no PNCV, visto que o parque permaneceu fechado entre os dias 18 de março e 17 de agosto de 2020, e entre os dias 19 e 30 de março de 2021.

Gráfico 1: Número de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, 2006-2018

Fonte: ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Elaborado pela Goiás Turismo, 2018. Disponível em: <<https://www.goiasturismo.go.gov.br/files/BoletimdeDados2018.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) está localizado a pouco mais de 300 km de Corumbá de Goiás, início (ou fim) do Caminho de Cora Coralina. O PNCV é uma das extremidades do Caminho dos Goyazes, a outra é a cidade de Goiás, fim (ou início) do CCC. Desse modo, o aumento de visitantes no PNCV, a proximidade entre o CCC e a semelhança no tipo de turismo, podem contribuir como um indutor no fluxo de turismo entre os destinos.

Esse aumento rápido no número de turistas influencia as relações existentes no espaço, necessitando assim uma atenção por parte dos planejadores e dos envolvidos direta e indiretamente na atividade turística, assim como um olhar acadêmico que contribua com o diálogo, proposta executada neste trabalho a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Cora Coralina).

Analisar as modificações influenciadas por esse aumento, pode ser feito a partir de várias áreas de pesquisa. Nesta, como dito anteriormente, busca-se compreender como se dão essas modificações a partir de um olhar geográfico do turismo onde ocorre esta atividade, neste caso o Caminho de Cora Coralina. Devido ao fato desta pesquisa estar centrada na abordagem das Trilhas de Logo Curso, colocamos, nesta primeira seção, uma breve contextualização da categoria de análise do espaço, buscando entender como o turismo se apropria do espaço a fim de atender uma série

de modificações que surgem com a implantação da atividade. A partir daí, entender as relações do fenômeno turístico com o território.

1.2. Território, turismo e suas relações

Essa abordagem teórica perpassa inicialmente por Souza (2000, p. 11) que afirma que “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território”, categoria amplamente debatida nas ciências geográficas. No turismo, certamente, essas relações de poder estão presentes. Não do poder como sinônimo de violência, apontado por Souza (2000) como palavras antagônicas e corroborado pela autora Arendt (1985 *apud* SOUZA, 2000, p. 80) que afirma que “o poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”. Nessa confusão entre os termos citados anteriormente, a autora acrescenta as palavras força e autoridade.

De acordo com Arendt (1985 *apud* SOUZA, 2000), trata-se estes quatro termos como semelhantes pois são palavras utilizadas para indicar como o homem governa o homem. Para Souza (2000), na discussão acerca de território, o que está em questão é “*quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*” (p. 79, grifo do autor). Esse questionamento é pertinente para compreendermos a origem de um território ou quais interesses em apropriar e modificar determinado espaço.

Nessa leitura dos autores, Raffestin (1993), ao tratar sobre o poder em sua obra, aponta a ambiguidade do termo e a diferenciação entre “Poder”, com letra maiúscula, em referência ao Estado, e mais fácil de ser identificado pois está institucionalizado; e “poder”, nome comum, presente em cada relação. O autor considera o poder como “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam.” (p. 53).

Resumidamente, na criação de territórios turísticos, esse “confronto” está posto praticamente de imediato. É o Estado buscando aumentar a oferta turística e contribuir com o aumento de indicadores socioeconômicos para além de outras questões; o morador/empresário por um lado visando o aumento de emprego e renda, por outro

receoso da influência externa advinda da atividade turística; o turista em busca de conhecer novos locais e novas experiências. Entre esses elementos presentes no fenômeno turístico podem surgir variados conflitos, por exemplo, entre turistas e moradores, como apontado pelos autores Bahl e Baldissera (2012).

No intuito de compreendermos as relações entre turismo e território influenciadas pela implantação do CCC, devemos primeiro esclarecer o enfoque do conceito de território que iremos tratar, visto que Haesbaert (2020) nos chama atenção para a amplitude do conceito. O autor sintetiza as noções de território em três vertentes básicas: política, cultural e econômica. Posteriormente, acrescenta-se uma interpretação natural.

Assim, de acordo com Haesbaert (2020), a dimensão política ou jurídico-política é a mais difusa, onde o território é visto, como na definição de Souza (2000), um espaço delimitado onde há relações de poder, na maioria das vezes, mas não somente, relacionadas ao “Poder” do Estado. Outro ponto de vista sobre o território é o cultural ou simbólico-cultural, onde o território é observado como o produto da apropriação ou valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A menos difundida é a econômica, nesta perspectiva o destaque é dado à dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto como fonte de recursos. O enfoque na dimensão natural é do território baseado nas relações entre sociedade e natureza, referindo-se ao “comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico” (HAESBAERT, 2020, p. 40).

Interessante sublinhar nesta seção que Haesbaert (2020) busca ampliar ainda mais a abordagem do conceito de território, onde “estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem” (p. 41). Desse modo, o autor discute a conceituação de território segundo os binômios materialismo-idealismo e espaço-tempo. O primeiro binômio, materialismo-idealismo, desdobra-se a partir de duas perspectivas, uma chamada pelo autor de parcial, enfatizando uma só dimensão, e outra integradora, envolvendo todas esferas. O binômio espaço-tempo, é visto a partir de dois sentidos: um mais absoluto ou relacional, seja incorporando ou não a dinâmica temporal (relativizadora), “seja na distinção entre entidade físico-material (como coisa ou objeto) e social-histórica (como relação)” (p. 41); outro sobre sua historicidade e geograficidade, tratando-se de um componente ou condição geral de qualquer

sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado período, grupo social e/ou espaço geográfico.

No Caminho de Cora Coralina, no município de Goiás, recorte espacial desta pesquisa, é possível vislumbrar todas as dimensões do território apontadas por Haesbaert (2020). A política, através da Goiás Turismo e o projeto de um novo produto turístico no intuito de diversificar a oferta turística, gerando emprego e renda e valorizando o patrimônio existente pelo caminho. A econômica, na modificação das relações econômicas existentes, surgindo novos empreendimentos voltados para atender o turista, ou adaptando os negócios a essa nova realidade.

Nesse contexto, a dimensão cultural está presente, entre outros elementos, na história e tradições dos povos que viveram por onde passa o caminho, refletida em uma série de elementos que mostram toda historicidade dos antigos povoamentos de Goiás. De acordo com Haesbaert (2020, p. 82), “enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade.” E também a dimensão natural, representada aqui pela interação sociedade natureza, relacionando-se nesse caso os ambientes naturais pelo caminho.

Cultura não se resume em história e tradições, ressalta-se que a discussão em torno do conceito de cultura é ampla. Assim, buscando expandir o entendimento do conceito, referencia-se Canedo (2009). A autora reflete sobre a multiplicidade de interpretações e usos do termo cultura, desse modo, adota três concepções fundamentais como referência:

Primeiro, em um conceito mais alargado onde todos os indivíduos são produtores de cultura, que nada mais é do que o conjunto de significados e valores dos grupos humanos. Segundo, como as atividades artísticas e intelectuais com foco na produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema da indústria cultural. Terceiro, como instrumento para o desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo social.

Canedo (2009), sintetiza essas concepções como: 1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e 3) fator de desenvolvimento humano. Na primeira concepção, a cultura é definida através de um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais. A segunda, é uma visão mais restrita da cultura, referindo-se às obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento, percebidas como

atividade econômica. A terceira, ressalta o papel que a cultura pode assumir como um fator de desenvolvimento social.

Portanto, busca-se nesta pesquisa uma perspectiva integradora do território, onde seja possível apontar os aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais, influenciados pelo Caminho de Cora Coralina, no município de Goiás, ou mais precisamente no trecho entre Calcilândia e a cidade de Goiás. Citando Haesbaert (2020, p. 76), trabalhar com “uma nova forma de construirmos o território, se não de forma ‘total’, pelo menos de forma articulado/conectada [...], precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural.” Para o autor, o território é definido, antes de tudo, referenciando as relações sociais ou culturais ao contexto histórico em que está inserido.

Essas relações são essenciais para analisarmos e compreendermos o processo de cada território. O Caminho de Cora Coralina surge por meio de uma política pública que apropria-se de uma história, ou várias histórias, para criar um território turístico capaz de fomentar o fluxo de turistas e conseqüentemente, criar novas oportunidades de emprego e renda nesse território, além de alcançar outros objetivos como dito anteriormente.

Nesse entremeio, é fundamental considerar as relações sociais daqueles que são influenciados diretamente no processo turístico, os residentes. O CCC passa por estradas que há muito não tinham movimento de “pessoas de fora”. Agora, essas pessoas fazem parte da paisagem do lugar, tornando-se mais um elemento presente nas relações sociais daquele local. Para esse movimento de turistas fluir de maneira satisfatória para todos, ou seja, positiva para o turismo e ao mesmo tempo proveitosa e benéfica para o morador, é necessário uma série de alterações no espaço de forma planejada.

Cruz (2003), baseando-se em Knafou (2001), denomina a apropriação do espaço geográfico pela prática social do turismo de territórios turísticos. Para Cruz (2003), o turismo é somente uma parte de um imenso jogo de relações, sendo necessário analisar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, para assim investigar de forma consistente a produção do espaço geográfico. Para Knafou (2001), a turistificação dos espaços e dos lugares originam-se de três fontes: os

turistas; o mercado; e os planejadores e promotores territoriais. Fratucci (2014) denomina essas fontes como agentes sociais produtores do turismo.

Há lugares considerados turísticos devido a prática espontânea de alguns turistas, sendo eles o próprio agente do espaço, sem a ligação do mercado, que é apontado por Cruz (2003) como a principal fonte de turistificação dos locais, representado pela iniciativa privada. Nestes dois casos, tanto turistas quanto mercado muitas vezes não se originam daquele lugar, podendo multiplicar ou descartar esses locais quando necessário, assim, não há ligação com o lugar turistificado. O terceiro agente de turistificação dos espaços, territórios e lugares são os planejadores e promotores territoriais, os quais possuem uma ligação mais próxima com o local, atuando no espaço por meio de instituições locais, regionais e nacionais, apoiadas pelos respectivos poderes públicos.

Além de territórios turísticos, Knafou (2001) aponta outras duas relações de turismo e território: turismo sem território, chamado pelo autor de turismo “fora do solo”, indiferente à região que o acolhe, como grandes resorts ou parques; territórios sem turismo, locais ainda não apropriados pelo turismo, como o caso de São Francisco de Goiás, que antes do CCC não estava no Mapa do Turismo Brasileiro e após a implantação do caminho entrou para o mapa. Não somente pela entrada no mapa, mas também pela criação de empreendimentos voltados a atender os turistas do Caminho de Cora Coralina, como por exemplo a Estância Colher de Pau e sua culinária tradicional. Além da escolha de São Francisco pela Associação do Caminho de Cora Coralina como local da sede da associação, tornando a cidade um ponto de parada obrigatória tanto para ciclistas, quanto caminhantes.

Para Telles e Gândara (2011, p. 177), utilizando-se dos estudos de Knafou (2001), pode-se apontar a transição de territórios sem turismo para territórios turísticos como manifestação do processo de turistificação. Para Issa e Dencker (2006, p. 2), iniciada pelo planejamento turístico, a turistificação “ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos”. Sarti e Queiroz (2012) afirmam que o processo de turistificação modifica, rearranja e reconstrói o espaço a partir da implantação do turismo.

Nessa discussão, Nicolas (1989), citado por Fratucci (2008), ressalta que o processo de turistificação dos espaços se dá quando a lógica da produção (esfera do trabalho) é substituída pela lógica do lazer (esfera do lazer). Fratucci (2008) entende que não há uma substituição do trabalho pelo lazer e sim uma mistura das duas lógicas através de elementos heterogêneos, formando um todo. O autor elucida que essas transformações podem gerar conflitos internos nas relações dos grupos sociais locais, como os turistas e os agentes de mercado, afastando os turistas e podendo diminuir a produtividade do setor, o número de empregos gerados e a arrecadação de impostos.

Fratucci (2008) entende que as políticas públicas apropriam-se do turismo apenas como atividade econômica, desconsiderando outras dimensões do fenômeno espacial, como as variáveis espaciais, culturais e sociais. Compreende-se o espaço somente como matéria-prima da atividade econômica, priorizando as políticas do setor aos interesses dos empresários, um dos agentes de turismo. Os turistas, o poder público, os trabalhadores e as comunidades receptoras, são os outros agentes do turismo, contudo, exceto o poder público, estes não veem seus interesses e necessidades favorecidos no processo, mesmo quando os discursos apontam para isso.

Em uma Trilha de Longo Curso, são muitos os discursos voltados para o benefício de todos os agentes sociais. Diversificar a oferta turística, gerar emprego e renda, preservar o patrimônio cultural são alguns desses discursos. Os empresários existentes pelo caminho são favorecidos na implantação da trilha, eles são os primeiros a lucrar com o novo fluxo turístico oriundo da trilha, são também fundamentais para o processo inicial do caminho, possibilitando estrutura para aqueles que o percorrem.

O Estado consegue utilizar-se do discurso acerca do incentivo da diversificação da oferta turística, indicando um fomento ao turismo na região. Mas pouca é sua capacidade de preparar novos empreendimentos, ou empresários, advindos dos residentes dos municípios onde não havia turismo. Seria necessário uma política pública concomitantemente de capacitação para que o residente, representado pelos trabalhadores e comunidade receptora, compreenda quais oportunidades estão presentes no surgimento do caminho, esclarecendo também os possíveis efeitos

negativos ocasionados pelo turismo, nos âmbitos econômicos, sociais, culturais, ambientais ou políticos. Como apontado por Lohmann e Panosso Netto (2012), buscando evitar que o turismo seja entendido como uma panaceia.

Para compreender as modificações causadas pela atividade turística no espaço e no território, faz-se necessária uma compreensão do turismo como fenômeno em toda sua complexidade. O turismo deve ser analisado para além do viés econômico, buscando entender as relações sociais entre população autóctone e visitantes, entre estes e os recursos naturais, além do papel do poder público e da iniciativa privada em seu desenvolvimento.

1.3. Uma breve história do conceito de turismo

As fecundas discussões dos conceitos espaço e território enquanto categorias de análise geográfica, apresentadas anteriormente, mostraram diversos conceitos diretamente relacionados. Nesse sentido, dando continuidade, abordaremos o turismo, um campo pluri ou multidisciplinar, pois envolve várias disciplinas, sendo a Geografia uma delas; interdisciplinar, estabelecendo relação entre duas ou mais disciplinas ou áreas do conhecimento; e, não em sua totalidade, transdisciplinar, indo além da interdisciplinaridade e envolvendo um “grupo de especialistas do mais alto nível, trabalhando em conjunto com elevado espírito de equipe interdisciplinar, sem impor suas próprias ideias” (REJOWSKI, 1999, p. 22).

Jafari e Ritchie (1981) apontam as principais disciplinas cujos métodos e técnicas foram utilizados pelo turismo para desenvolver-se: Economia; Sociologia; Psicologia; Geografia e Antropologia. Os autores trazem outras disciplinas empregadas para compreender o Turismo: Arqueologia, Letras, História, Ciência Política, Direito, Arquitetura, Administração, Recreação e Comunicação. Rejowski (1999) acrescenta ainda Ciências Exatas e Naturais.

As disciplinas elencadas trazem muitas contribuições para os estudos do Turismo, mas não solucionam o desacordo na definição do conceito de turismo, imprescindível para alcançar o status de ciência. Desse modo, o Turismo, assim como a própria Geografia, não possui um conceito singular. Nesse sentido, Dencker (1998)

cita outra questão que colabora para esse não reconhecimento: o fato de o Turismo ser objeto de estudo de diferentes disciplinas, sofrendo influência delas e, assim, prejudicando o surgimento de um corpo teórico próprio. Contudo, atualmente esse corpo teórico existe e se consolida cada vez mais no campo científico por meio de pesquisas e estudos nos mais variados campos do turismo, especialmente na geografia, mas também fora dessa ciência.

Torna-se importante compreender que, ao originar-se de diferentes áreas, o turismo pode se beneficiar dessa derivação híbrida. Devido à complexidade do fenômeno turístico, é necessário inicialmente uma visão holística para poder analisar e compreender as consequências geradas pelo turismo. É nesse movimento que Beni (2007) vai além e se torna referência ao apresentar uma visão sistêmica do turismo, o Sistema de Turismo (SISTUR), representando os variados elementos que compõem o turismo, assunto que não é foco deste estudo.

Assim sendo, um dos os desafios desta investigação está em propor uma abordagem do turismo no seio da geografia, buscando entender como o território e suas dimensões são alterados pela implantação de uma trilha turística. Assim, para melhor compreensão dessas modificações ocasionadas pela atividade turística, a interdisciplinaridade presente na Geografia do Turismo fará parte, naturalmente, desta pesquisa. Especificamente, essa ligação entre o turismo e a geografia é que será importante no tecido da análise dos contextos e tramas contemporâneas, encontradas por esta investigação no Caminho Cora Coralina.

Desse modo, este estudo perpassa algumas áreas, dentre elas: a Economia, contribuindo na percepção dos reflexos na vida dos moradores ao longo do caminho, como o possível aumento da oferta de emprego ou da renda financeira dos moradores; as Políticas Públicas, necessárias para viabilizar o caminho; a Sociologia para entender as relações sociais entre turista e residente; a História, trazendo como essa trilha foi utilizada anteriormente à sua apropriação turística; a Psicologia, entendendo as motivações dos turistas e moradores para se envolverem com o caminho.

Assim, assumindo a necessidade de perpassar por outras áreas do conhecimento, especialmente pelo caminho investigativo construído no campo do estudo da atividade turística, ressalta-se que toda problemática que envolve esta investigação se pauta em metodologias da geografia, mas entendendo a

interdisciplinaridade como fundamental para o contexto espacial compreendido. Sendo assim, a atividade turística, quando analisada através de uma abordagem geográfica, traz todas as características de um trabalho geográfico, utilizando de suas teorias, autores e métodos, considerando algumas áreas e teorias das quais o turismo se baseia.

A utilização de outras áreas como Economia, Políticas Públicas, Sociologia, História e Psicologia se dá por meio de conhecimentos anteriormente integrados aos estudos do turismo. Como se nota, a busca pela multi e interdisciplinaridade é pré-requisito para as pesquisas em Turismo. Desse modo, Groote (1983, *apud* RODRIGUES, 2001) afirma que o turismo deve ser analisado de forma multidisciplinar, devido a toda sua complexidade, considerando além dos aspectos histórico-geográficos, os aspectos econômicos, psicológicos, sociológicos, antropológicos e jurídicos. Nesse contexto, Rodrigues (2001) acrescenta a essa lista os aspectos políticos, culturais e ecológicos.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) define as atividades turísticas como aquelas que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. Essas atividades são realizadas pelos viajantes, por sua vez, divididos em dois grupos: turistas, aqueles que passam mais de 24 horas na localidade; visitantes, referindo-se aos que não permanecem mais de 24 horas (OMT, 2001). Esse conceito de turismo da OMT é “adotado oficialmente pelo Brasil” (MTUR, 2006, p. 4), expresso na publicação Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais, elaborada pelo Ministério do Turismo.

A Lei n° 11.771, de 17 de setembro de 2008, traz uma importante contribuição ao conceito de turismo. O Art. 2º, parágrafo único, define que as viagens e estadas “devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.” (BRASIL, 2008). Isto possibilita o turismo beneficiar os moradores nos aspectos econômicos, sociais e culturais, além de buscar a manutenção de ambientes naturais.

A OMT, ao definir turismo, não consegue exprimir toda a complexidade do fenômeno pois, de fato, esse não é o objetivo da organização. Nos Documentos

Básicos da OMT (2016, p. 15), no artigo 3º parágrafo 1, está descrito quais são os objetivos da organização:

El objetivo fundamental de la Organización será la promoción y desarrollo del turismo con vistas a contribuir al desarrollo económico, la comprensión internacional, la paz, la prosperidad y el respeto universal, y la observancia de los derechos humanos y las libertades fundamentales para todos, sin distinción de raza, sexo, lengua o religión. La Organización tomará todas las medidas adecuadas para conseguir este objetivo. (OMT, 2016, p. 15)

O objetivo principal da OMT é a promoção e desenvolvimento do turismo no intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico. No site da organização, no *menu* sobre a OMT, é possível perceber uma das prioridades da organização: “promover o conhecimento e o ensino” (OMT, 2020), mas como visto no parágrafo anterior não é seu principal objetivo.

Assim, Pakman (2014, p. 3) afirma que primeiro utiliza-se a definição da OMT pelo “nível embrionário da teoria do turismo”, e segundo pela busca de uma solução aos inúmeros conceitos existentes de turismo a fim de padronizar o conceito. O autor segue afirmando ser esse um método simplista para se determinar um conceito, chamado de “argumento de autoridade” (*argumentum ad verecundiam*), adotando a posição de instituições ou autores reconhecidos.

A OMT deixa claro, como exposto nos parágrafos acima, não ser esse seu principal objetivo. O autor supracitado corrobora essa ideia afirmando que “a OMT além de não afirmar em lugar algum que se proponha a formular definições teóricas de turismo [...] tem colocado de maneira explícita quais são seus propósitos”. (PAKMAN, 2014, p. 4).

Sendo assim, entende-se que a compreensão do turismo como fenômeno social, e não somente como fenômeno econômico, vem principalmente de pesquisadores e acadêmicos do turismo e de outras áreas interessadas e afetadas pela atividade turística. Não se propõe aqui solucionar essa adversidade a respeito do conceito de turismo na geografia e áreas afins, porém é pertinente considerar essa discussão. Sendo assim, utiliza-se nesta pesquisa o conceito da OMT, mesmo com toda problemática em seu entorno.

Atendendo à temática conceitual do turismo, muito cara a este trabalho, Barretto (2010) traz um histórico de definições de diversos autores, como Schullern

(1911), Norwal (1936), Hunziker e Krapf (1942), Fúster (1973), entre outros (ver Quadro 2). A autora cita os elementos considerados mais importantes encontrados nas várias definições: período de permanência, finalidade não lucrativa da visita e a busca de prazer por alguns turistas. Desse modo, é possível perspectivar o conceito turismo como um todo complexo que atualmente inclui conhecimentos de diferentes áreas do saber, uma abordagem interdisciplinar fecunda a esta investigação aportada na ciência geográfica.

Quadro 2: Histórico do conceito de Turismo.

Autor	Conceito	Ano	Origem
Hermann von Schullern	Compreende todos os processos, especialmente econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado	1911	Áustria
Schwink	Movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão	s. d.	Alemanha
Benscheidt	O conjunto de relações pacíficas e esporádicas entre viajantes que visitam um local por motivos não profissionais e os naturais deste lugar.	s. d.	Alemanha
Lesczyck	O movimento turístico é aquele no qual participam os que durante um certo tempo residem num certo lugar, como estrangeiros forasteiros e sem carácter lucrativo, oficial (de serviço) ou militar.	s. d.	Polônia
A.J. Norwal	Turista é a pessoa que entra num país estrangeiro sem a intenção de fixar residência nele, ou de nele trabalhar regularmente, e que gasta, naquele país de residência temporária, o dinheiro que ganhou em outro lugar.	1936	Inglaterra
Michele Troisi	Conjunto de viagens temporárias de pessoas, motivadas por necessidades de repouso, de cura, espirituais ou intelectuais	1942	Itália
Walter Hunziker e Kurt Krapf	Conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos	1942	Suiça

	deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.		
Luis Fernando Fuster	É, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. [...] É todo equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, [...] que o núcleo deve habilitar para atender às concorrentes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo [...] Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras	1973	Espanha
J.I. Arrillaga	É o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causa alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organização que determinam e tornam possíveis estes deslocamentos e as relações e fatos que entre aqueles e os viajantes têm lugar.	1976	Espanha
Organização Mundial do Turismo	Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais	s. d	s. l.

Fonte: Barreto, 2010. Elaborado pelo próprio autor.

Nesse contexto, é relevante ressaltar que o período de permanência relaciona-se com o tempo o qual o turista passa em determinado destino, não podendo exceder um ano consecutivo (OMT, 2001). A viagem não deve ter caráter lucrativo pois, se assim for, o motivador da viagem é o próprio fator econômico, e não a subjetividade de cada um ao se pensar em visitar e conhecer um destino.

Portanto, é, assim, perceptível, que o turismo é uma atividade cada vez mais presente na sociedade, impulsionada pelo aumento do tempo livre, devido inicialmente a diminuição da sua jornada de trabalho após a revolução industrial somado a direitos conquistados pela classe trabalhadora. Esse movimento reflete diretamente na expansão de opções de atividades relacionadas ao lazer (RODRIGUES, 2001). Atualmente, férias é quase sinônimo do verbo viajar, quando alguém diz que está de férias, surge logo a pergunta “onde vai passar suas férias?”,

ou seja, para onde vai viajar. Por outro lado, os que estão de férias e não podem viajar podem se frustrar ao passar férias “em casa”.

As associações “inventadas” e “imaginadas” são pertinentes, mas cientificamente o Turismo não deve ser confundido na sua essência com viagem, para se fazer turismo é necessário viajar, mas nem toda viagem é turismo. Existem viagens não motivadas pelo prazer, como as viagens de negócios, viagens por razão de morte, as migrações motivadas por fatores econômicos, políticos, naturais (enchentes, secas, terremotos), missões de membros das forças armadas, etc. Turismo então é um fenômeno social, uma prática social, sendo fundamental considerar os fatores subjetivos daqueles que o praticam (BARRETTO, 2010; LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012).

Nesse entremeio, torna-se relevante sublinhar as palavras de Lima (2011) lembrando que a oferta turística é composta pelos atrativos turísticos, elementos que motivam as pessoas a visitar determinado destino; serviços e equipamentos turísticos, estabelecimentos e prestadores de serviço que possibilitam a estada do visitante; e infraestrutura de apoio turístico, citadas a pouco. A demanda turística é o total de turistas que consomem (n) o destino em um determinado tempo. O mercado é a interação desses dois elementos (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012).

A produção no turismo é diferente de outras atividades, o produto turístico é consumido no mesmo instante em que ele é produzido. Um prato de restaurante é produto no momento de seu consumo, assim como um pernoite em um hotel, devendo existir uma demanda para que esses produtos sejam consumidos. Para se planejar o turismo analisa-se a decisão de cada turista durante o consumo, sendo necessário conhecer a demanda para saber o que poderá ser consumido. O processo de distribuição são as ações realizadas para que determinado produto ou serviço alcance o turista consumidor (BENI, 2007).

O objeto de estudo desta pesquisa é um produto turístico relativamente novo no Brasil, a Trilha de Longo Curso Caminho de Cora Coralina em Goiás. Atualmente, existe um movimento crescente em torno das trilhas de longo curso, estão sendo implantadas por todo país. Por outro lado, são poucos os estudos sobre as trilhas, alguns em torno do turismo, mas a maioria por um olhar ambiental a partir da possibilidade de conectar Unidades de Conservação.

2 O CAMINHO DE CORA CORALINA: UM PROJETO OFICIAL DO TURISMO EM GOIÁS

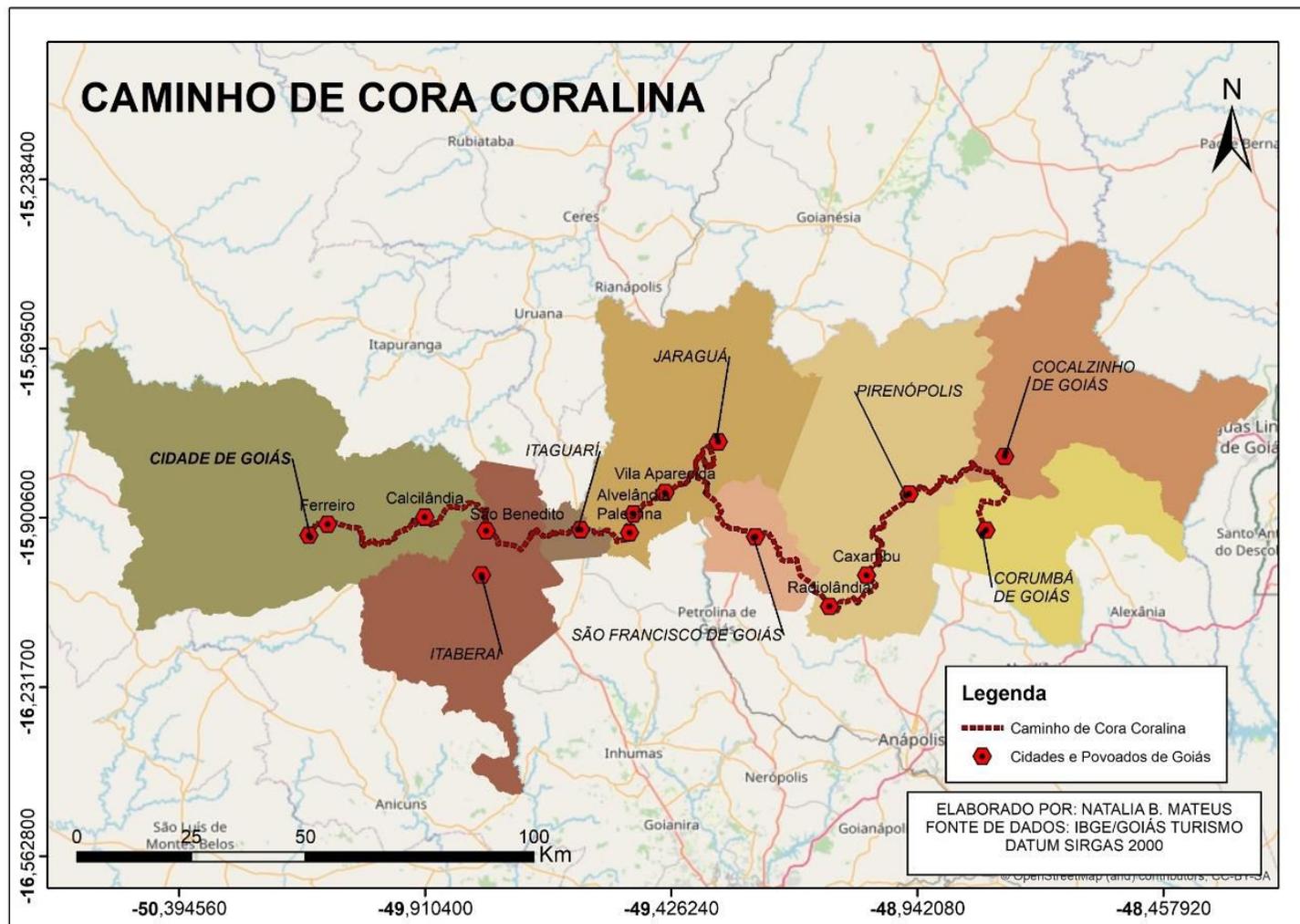
O Caminho de Cora Coralina (Mapa 1) é uma trilha de longo curso localizada no Estado de Goiás, possível de ser realizada a pé, de bicicleta ou a cavalo. Possui 300 km de extensão, interligando os municípios de Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá, Itaguari, Itaberaí e Goiás. É um produto turístico idealizado pela agência estadual de Turismo de Goiás, a Goiás Turismo, em parceria com o pesquisador Bismarque Villa Real.

No mapa 1, na próxima página, está representado pela linha vermelha o Caminho de Cora Coralina. Os pontos vermelhos são os municípios e distritos presentes no caminho, a direita do mapa, na extremidade do caminho, está Corumbá de Goiás e no ponto mais à esquerda a cidade de Goiás.

O Caminho de Cora Coralina está inserido completamente no Bioma Cerrado, interligando três importantes Unidades de Conservação. O Parque Estadual da Serra dos Pirineus nas cidades de Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Pirenópolis; o Parque Estadual da Serra de Jaraguá, na cidade de Jaraguá; e o Parque Estadual da Serra Dourada na cidade de Goiás. Além das três UCs estaduais, no município de Goiás localiza-se outra UC, o Parque Natural Municipal da Estrada Imperial.

A trilha busca percorrer estradas próximas das exploradas pelos bandeirantes, simulando o caminho utilizado para chegar à cidade de Goiás. Os bandeirantes saíam do Rio de Janeiro e de São Paulo, passavam por Paracatu, em Minas Gerais, até alcançar a cidade de Goiás. Essa estrada era chamada de Estrada do Nascente e fazia parte dos principais caminhos coloniais do século XVIII, chamados de Caminhos do Anhanguera, o que por sua vez integrava as Estradas Reais do Brasil (BOAVENTURA, 2007).

Mapa 1: Caminho de Cora Coralina



Fonte: IBGE, Goiás Turismo, 2020. Elaborado por Natália B. Mateus, 2020.

Dentre os desafios que as diversas áreas da ciência geográfica têm enfrentado atualmente, destaca-se os estudos acerca da atividade turística no território. Por isso, para alargar essa reflexão, busca-se inicialmente neste capítulo entender as Trilhas de Longo Curso (TLC). Posteriormente, os aportes teóricos relacionados às políticas públicas de turismo, fundamentais na compreensão do novo projeto denominado Caminho de Cora Coralina, um elemento criado a partir da toponímia poética que é uma marca importante na atração turística para a região do cerrado goiano.

Num terceiro momento, são apresentados os elementos naturais e culturais presentes no CCC, como o próprio bioma Cerrado, sua vasta biodiversidade, sua diversidade geológica ou geodiversidade – expostas em cachoeiras, serras, morros, rios, formações rochosas – além da paisagem característica do cerrado. Como elementos culturais têm-se os patrimônios materiais como igrejas, museus, ruínas, sítios arqueológicos, e toda riqueza imaterial como as festas, as tradições, a culinária e a hospitalidade goiana.

2.1 Trilhas Turísticas de Longo Curso: um produto da atividade turística?

Ao refletir sobre o conceito de trilha é relevante considerar inicialmente que “é uma palavra derivada do latim *“tribulum”*, significando caminho, rumo, direção” (VASCONCELOS, 1998, p. 26). As trilhas serviram por muito tempo como deslocamentos para humanidade suprir suas necessidades básicas como a busca por alimento e água, descoberta de novos territórios, e atualmente são utilizadas como forma de contato com a natureza (CARVALHO & BÓÇON, 2004; VASCONCELLOS, 1998).

Sabemos que, tal como afirma Santos, Medeiros e Druciaki (2017), as trilhas de longo curso são uma rede de percursos pedestres, com traçados divulgados e identificados no terreno. Uma atividade realizada em destinos que dispõem de fatores ambientais e culturais notáveis, tais como recursos hídricos, parques nacionais, unidades de conservação, ruas e centros históricos, produtos regionais, festas tradicionais, culinária de paisagens locais, belezas cênicas – geológicas e geomorfológicas (geodiversidade), entre outros.

Nesse contexto, Tovar e Carvalho (2011), definem as trilhas de longo curso a partir da discussão de percursos pedestres, que segundo os autores são caminhos preparados para a prática do pedestrianismo, no contexto das atividades de lazer de ar livre, muito divulgadas nos países europeus. Essas trilhas ou percursos:

[...] assumem importância como forma de complementar a experiência do turista num determinado destino, ao constituírem mais uma oferta de actividade em que o turista pode participar, mas também podem assumir o papel principal no produto turístico e constituírem a razão da deslocação ao destino. (TOVAR; CARVALHO, 2011, p. 320).

O turista praticante desse tipo de atividade é um tipo de visitante cada “vez mais culto, atento, observador e interessado pelas questões ambientais e culturais, que acredita nas práticas que contribuam para um mundo melhor e é um consumidor de produtos que compensam seus gastos e efeitos ao meio ambiente” (SANTOS; MEDEIROS; DURCIAKI, 2017, p. 6). No Brasil, os bandeirantes que buscavam ouro utilizavam-se de trilhas feitas por indígenas, essa relação será discutida mais à frente, além de abrirem muitas outras trilhas. Depois dos bandeirantes, passaram viajantes e exploradores que deixaram relatos de suas expedições pelo Brasil.

A ligação desse contexto histórico de antigos caminhos, percorridos por diferentes sujeitos, tem contribuído para a consolidação de algumas trilhas como produtos turísticos. Verifica-se uma inter-relação muito forte da história com as trilhas de longo curso. No entanto, novos caminhos também foram criados nas primeiras décadas do século XXI, como o Caminho de Cora Coralina, em Goiás; a Trilha Transmantiqueira, cruzando a Serra da Mantiqueira no Estado de São Paulo, com mais de 1.100 km; os Caminhos do Peabiru, antiga trilha indígena que vai do litoral de Santa Catarina e de São Paulo até o Parque Nacional do Iguaçu, com quase 1.000 km; Caminho dos Veadeiros, na Chapada dos Veadeiros, cerca de 550 km; Trilha Transespinhaço, na Serra do Espinhaço em Minas Gerais, de aproximadamente 700 km, entre outras trilhas.

No que diz respeito às Trilhas de Longo Curso, essas são caminhos criados para serem percorridos em sua maioria a pé ou de bicicleta, em alguns casos a cavalo e até mesmo de caiaque, como é o caso da Rota dos Pioneiros no Rio Paraná, com cerca de 300 km. Essas trilhas são elaboradas e promovidas pela parceria de instituições públicas, privadas e pela sociedade, com o objetivo de conservar a

biodiversidade, conectando paisagens por meio da interligação de Unidades de Conservação, visando diversificar a oferta turística em áreas naturais, valorizando a cultura regional e a integração de turistas e residentes.

As Unidades de Conservação (UC) são definidas pela Lei n° 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, s/p).

As UCs são áreas de proteção instituídas pelos governos, estaduais, municipais ou federal, com objetivo de proteger legalmente e conservar a biodiversidade de um espaço limitado. Entre seus objetivos está o de promover experiências com a natureza e o turismo ecológico; respeitar as populações tradicionais valorizando sua cultura e promovendo-os social e economicamente; recuperar e restaurar ecossistemas degradados; entre outros. Temas contemporâneos e que precisam ser fortemente indagados na academia, como pensar se esses novos usos estão relacionados aos índices de melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

Nesse contexto, é importante considerar os corredores ecológicos, que são porções de ecossistemas ligando Unidades de Conservação e possibilitando o fluxo de espécies da fauna e da flora. Em 26 de março de 2018, a Portaria n° 75 do Ministério do Meio Ambiente instituiu o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens (CONNECTA):

Com o objetivo de promover a conectividade de ecossistemas e a gestão das paisagens no território brasileiro, por meio de políticas públicas integradas, proporcionando o desenvolvimento sustentável, estimulando a sinergia entre a conservação da natureza, a manutenção dos processos ecológicos e a prosperidade social econômica e cultural e contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas sobre o ambiente. (BRASIL, 2018b, p. 160).

Nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, as trilhas de longo curso são quase centenárias. A *Appalachian Trail* (AT), no leste dos EUA, é a primeira trilha de longo curso, nela era prevista uma conectividade de paisagens. Possui mais de 3.518 quilômetros passando por 14 estados norte-americanos, desde os estados do

Maine, no Norte, até a Geórgia do Sul. Anualmente 3 milhões de pessoas percorrem a trilha (SOUZA, 2018).

A *Appalachian Trail* (AT) é mantida pelos “voluntários afiliados ao *Appalachian Trail Conservancy* (ATC) e seus clubes associados [...]” (SOUZA, 2018, p. 44). Os quais são responsáveis “por construir, reconstruir e manter o trilho, bem como gerenciar um sistema de 260 abrigos e outras instalações” (Ibid., p. 44). Para o autor, as pessoas que percorrem o caminho, especialmente os que fazem longos trechos, criam um vínculo com o território e uma conexão com o ambiente, ocorrendo então um engajamento ativo. Os voluntários trabalham em muitas frentes, manutenção da trilha, divulgação pública, construção de pontes, abrigos e novas trilhas, até mesmo com projetos estruturais (SOUZA, 2018).

Atualmente, nos EUA existem mais 97.000 mil km de trilhas interligadas pelo *National Trails System* (Sistema Nacional de Trilhas) e gerenciadas pela *National Park Service* (NPS, Serviço Nacional de Parques):

Um escritório do Departamento do Interior dos EUA e é liderado por um diretor indicado pelo Presidente e confirmado pelo Senado dos EUA. O Diretor é apoiado por executivos seniores que gerenciam programas, políticas e orçamento nacionais na sede em Washington, DC, e sete diretores regionais responsáveis pela administração do parque nacional e pela implementação do programa (NPS, 2020, tradução nossa).

A *National Trails System* é dividida em quatro tipos: *National Scenic Trails*, exibem características físicas das regiões do EUA; *National Historic Trails*, apresentam trilhas históricas nacionais que seguem viagens históricas importantes; *National Recreation Trails*, fornecem recreação ao ar livre acessíveis às áreas urbanas; e *Side and Connecting Trails*, possibilitam acesso aos componentes da *National Trails System*. (NPS, 2019). O EUA tem outras duas trilhas com mais de 3000 quilômetros, a *Continental Divide Trail* e a *Pacific Crest Trail* (CUNHA E MENEZES, 2000).

Há trilhas espalhadas por todo mundo, em países com destinos turísticos internacionalmente consolidados como Austrália, França, Canadá, Espanha, Portugal e Alemanha. Somente no Reino Unido são 19 trilhas de longo curso. Em países em desenvolvimento há trilhas sinalizadas e recebendo caminhantes e ciclistas, alguns desses países são: Armênia, Eslovênia, Líbano, Chile, Argentina, Panamá, África do

Sul, Coreia, Egito, Jordânia, Albânia, Hong Kong e Dominica (CUNHA E MENEZES, 2017).

Na Europa, existem os *E-paths*, trilhas europeias de longa distância, espalhadas por diversos países da Europa, divididos em 12 caminhos, chamados de E1 a E12. São marcados e mantidos pelos membros da *European Ramblers Association* - ERA (Associação Europeia de Caminhantes). Possui no total aproximadamente 63.750 km demarcados. Em Portugal tem-se a Via Algarviana, uma rota de 300 km, divididos em trechos de até 30 km, em sua maior parte na Serra Algarvia, no sul de Portugal. Sua intenção é estar nas *E-Paths* conectando a E4 com a E9. Santos, Medeiros e Druciaki (2017) fizeram reflexões sobre a Via Algarviana e a relação do turismo com o pedestrianismo. Para os autores, o pedestrianismo é:

Compreendido como algo que acontece espontaneamente, pela necessidade de deslocamento humano, dentro de um conjunto de ações e imaginários que constituem o cotidiano. Nesse sentido, a arte de caminhar é vista como um fio condutor para o entendimento da sociedade [...] (SANTOS, MEDEIROS E DRUCIAKI, 2017, p. 11).

Considera-se, ainda, que os turistas que caminham pelos espaços turísticos da trilha vão em busca da cultura local e de seus atrativos ambientais, como em Unidades de Conservação, cidades históricas, festas tradicionais, gastronomia regional, belezas cênicas, entre outros. Contribuindo complementando a oferta turística e colaborando para o desenvolvimento local nos aspectos econômicos, ambientais e sociais. Nesta atividade destacam-se as pequenas vilas e o meio rural que dependem de agências e de associações locais e regionais (SANTOS, MEDEIROS E DRUCIAKI, 2017).

Desse modo, Cunha e Menezes (2000) chamam atenção para o fato da bicicleta não ser aceita em todas as trilhas. Além do fato de alguns caminhantes temerem os ciclistas, que vêm em velocidades maiores, as bicicletas tiram partes do solo e, com o tempo, vão se formando sulcos na terra nos períodos chuvosos que servirão de escoamento natural da água, cavando cada vez mais fundo, expondo as raízes das árvores, causando pequenos deslizamentos de terra, destruindo a trilha e impactando o ambiente. Apesar disso, é possível manejar a trilha para permitir bicicletas, como sugere o autor, a responsabilidade dessas manutenções ficaria a cargo de grupos de ciclistas.

As trilhas de longo curso colocam-se como produtos que contribuem para a aumentar a oferta turística nos espaços onde é implementada, possibilitando fomentar oportunidades para que os moradores do local consigam gerar renda, além de ser uma ferramenta capaz de contribuir com aspectos ambientais e sociais. Certamente deve haver um planejamento adequado através de políticas públicas, integrando totalmente os moradores, visando beneficiar os locais por onde a trilha passará.

No Brasil, o diplomata Pedro de Castro da Cunha e Menezes, ex-chefe do Parque Nacional da Tijuca (RJ) e ex-Coordenador Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio, foi um dos precursores das trilhas de longo curso. Em seu livro, *Transcarioca, todos os passos de um sonho (2000)*, descreve todo o processo para a implantação da primeira trilha de longo curso, a Transcarioca, na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, com quase 180 km, indo de Barra de Guaratiba até o Morro da Urca nos pés do Pão de Açúcar.

Para Cunha e Menezes (2000), algumas profissões ligadas ao meio ambiente, como biólogos, engenheiros florestais, geógrafos, entre outros, consideravam a visita de pessoas um impacto para áreas de preservação. Para o autor, existe uma série de atividades causando muito mais impacto que a visita de pessoas: garimpo, mineração, caça, agropecuária, especulação imobiliária, são alguns exemplos de como áreas de preservação são invadidas e destruídas.

Para Cunha e Menezes (2000), baseando-se em experiência de outros países, a visita de forma planejada, organizada e monitorada, excetuando-se locais específicos onde não deve haver presença humana, favorece a pressão a favor do meio ambiente por parte dos visitantes, corroborando a visão citada anteriormente por Souza (2018) sobre o engajamento ativo.

Propôs-se, então, conectar Unidades de Conservação na área urbana do Rio de Janeiro buscando minimizar os impactos ambientais nessa área, criando um corredor ecológico entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca, além da possibilidade de gerar atividades econômicas. Um dos objetivos era “estabelecer uma coluna vertebral psicológico” entre os dois maciços, para assim culminar em uma futura proteção legal da área onde está a Transcarioca (CUNHA E MENEZES, 2000, p. 19).

Anos depois este objetivo é iniciado, o Decreto n° 43.272 de 6 de junho de 2017, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, reconhece e denomina a Trilha Transcarioca como o conjunto de trilhas existentes nas UCs e nos bairros onde passa. Seu art. 5° prevê que:

As ações de implementação da Trilha Transcarioca deverão priorizar as atividades de recreação, lazer, turismo, manejo, sinalização, recuperação ambiental, instalação de corredores de fauna, integração com as comunidades do entorno, educação ambiental, pesquisa científica e monitoramento, em conformidade com os planos de manejo das Unidades de Conservação (RIO DE JANEIRO, 2017).

No Brasil, a Portaria Conjunta N° 407 de 19 de outubro de 2018, em seu Art. 1º, institui “a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas, composta por trilhas reconhecidas pela sua relevância nacional para a conectividade de paisagens e ecossistemas, a recreação em contato com a natureza e o turismo” (BRASIL, 2018a, p. 73). Assim, o Caminho de Cora Coralina é uma delas. Os objetivos da RedeTrilhas são:

I - promover as trilhas de longo curso como instrumento de conservação da biodiversidade e conectividade de paisagens;
 II - reconhecer e proteger as rotas pedestres e de outros meios de viagem não motorizados de interesse natural, histórico e cultural;
 III - sensibilizar a sociedade sobre a importância da conexão de paisagens naturais e ecossistemas, promovendo sua participação ativa na implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;
 IV - valorizar o trabalho voluntário no estabelecimento de trilhas de longo curso; e
 V - ampliar e diversificar a oferta turística, de modo a estimular o turismo em áreas naturais (BRASIL, 2018a, p. 73).

A portaria é assinada pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As trilhas de longo curso se colocam como um instrumento que busca conservar a biodiversidade, conectando paisagens e ecossistemas através da interligação de Unidades de Conservação (UC), enfatizando o trabalho voluntário, aumentando a variedade da oferta turística e impulsionando o turismo em áreas naturais.

O Caminho de Cora Coralina foi integrado a Rede Trilhas através da Portaria do Ministério do Meio ambiente n° 120, de 22 de março de 2021, que define em seu “Art. 1° Reconhecer a Trilha Caminhos de Cora Coralina, situada no Estado de Goiás

- GO, como integrante da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade
- RedeTrilhas.” (BRASIL, 2021).

2.2 Políticas Públicas de Turismo em Goiás e o Surgimento de um Novo Elemento no Espaço: o Caminho de Cora Coralina

Para ilustrar esta seção, analisaremos resumidamente as políticas públicas de turismo em Goiás. Assim, inicialmente, Barretto, Burgos e Frenkel (2003, p. 33) entendem as políticas públicas como “ações do Estado, orientadas pelo interesse geral da sociedade” Para Hofling, as noções de políticas públicas podem ser entendidas “como o ‘Estado em ação’ [...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (2001, p. 31 *apud* BARRETO, BURGOS E FRENKEL, p. 33).

Nesse íterim, Souza (2006) afirma que há muitas definições sobre políticas públicas, bem como não há a melhor. A autora, após fazer uma revisão na literatura acerca do tema, resume política pública como o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (Ibid., p. 26). Diante desse ponto de vista teórico, Garófalo e Pinho (2011) expõem que as políticas públicas, hoje, assumem papel preponderante e dominante, pois são fundamentais para se compreender o espaço e estão ligadas à interferência do homem, às suas ações e políticas de usos e apropriações.

Dessa forma, Carneiro (2014) aponta as quatro etapas do ciclo da política pública: agenda, formulação, implementação e avaliação. Na agenda é escolhido o que entrará na lista governamental, através do debate de decisões e assuntos trazidos para a esfera pública. No estágio da formulação são escolhidas as opções de ações para resolver os problemas listados na agenda. Na implementação, a política pública é colocada em prática através das ações que foram formuladas. A avaliação pode ocorrer durante a implementação ou após essa fase.

Nessa abordagem teórica norteadora, Souza (2006) sublinha que após a formulação das políticas públicas, elas desdobram-se em planos, programas, projetos,

bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Muitas vezes é necessário a aprovação de uma nova legislação para implementar determinada política pública. “Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (Ibid., p. 26).

Desse modo, as políticas públicas de turismo são entendidas por Lohmann e Panosso Netto (2012, p. 127) como o “direcionamento dado pelo Governo Federal, estadual, municipal ou regional para o desenvolvimento da atividade turística, após ter consultado os representantes do setor turístico e da sociedade”. Esse direcionamento expressa-se por meio, principalmente, do Plano Nacional de Turismo, além de documentos das outras esferas governamentais.

Para Santos (2013, p. 157), enfrentar desafios, como “a redução das desigualdades sociais, da distribuição de renda, da geração de emprego e ocupação, e do equilíbrio da balança de pagamentos”, requer a criação de políticas públicas apropriadas, estabelecidas com os diversos agentes dos lugares. Para o autor, a oferta de novas regiões e produtos turísticos contribui para responder esses desafios. O autor segue afirmando que “a estruturação de roteiros traduz-se na concretização formal do processo de regionalização do turismo [...]” (Ibid., p. 157).

Nesse entremeio, Beni (2007) afirma que a inexistência ou a elaboração desestruturada de uma política nacional de turismo cria um Plano Nacional de Turismo inadequado. É necessário, então, elaborar diretrizes básicas de uma política nacional para o desenvolvimento do turismo. De acordo como autor, o turismo é uma atividade pública por suas características, sendo assim, é necessário o Estado intervir a fim de minimizar os erros do processo de desenvolvimento turístico de uma região. Portanto, o:

[...] setor público desempenha, também, um papel fulcral na coordenação e orientação estratégica do turismo, dado que define a política e a estratégia a seguir, sendo responsável pela sua implementação, através de medidas e ações que promovam o seu crescimento e desenvolvimento. [...]. O envolvimento do setor público no turismo depende da ideologia e cultura do país, da dependência econômica do país face a este setor e o estado de desenvolvimento do turismo. [...] o setor público desempenha um conjunto de funções centrais no turismo – que não competem à iniciativa privada [...], entre elas estão: coordenação, legislação e regulamentação, financiamento, planejamento, educação e formação (COSTA; COSTA, 2014, p.133-135).

Desse modo, percebe-se no Brasil que o Plano Nacional de Turismo – 2018-2022 (BRASIL, 2018e, p. 15) se apresenta como “o instrumento que estabelece

diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo”. A Política Nacional de Turismo, ou Lei Geral do Turismo, como é conhecida, é regida pela Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008. Nela são definidas as atribuições do Governo Federal, no que tange o planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Por sua vez, estabelece no Art. 4º: “a Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo [...]” (BRASIL, 2008).

Sendo assim, o que define o direcionamento das ações do Governo Federal no turismo é o Plano Nacional do Turismo (PNT). O objetivo principal do PNT “é ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo” (BRASIL, 2018e, p. 15). Na sua elaboração estavam presentes áreas técnicas do Ministério do Turismo (MTur) e EMBRATUR, além de agentes públicos e privados, através do Conselho Nacional de Turismo e sua Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo.

O PNT inicialmente traz um diagnóstico do turismo no Brasil e no mundo. Em seguida, estabelece metas, diretrizes e linhas de atuação para o turismo brasileiro. Uma de suas diretrizes está relacionada com o fortalecimento da regionalização, em consonância, especialmente, com o art. 5º, inciso VI, da Política Nacional de Turismo, o qual versa:

Art. 5º - VI - Promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (BRASIL, 2008, s/p).

Na busca de uma política pública que estruturasse e diversificasse a oferta turística no Brasil, na qual gerasse resultados socioeconômicos positivos e que fosse executada de forma descentralizada e regionalizada, o MTur elabora o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (BRASIL, 2013b).

Elaborado inicialmente em 2004, a partir do PNT 2003-2007, o PRT tem por objetivo promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e

descentralizada, alinhado aos princípios da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2013, art. 1º).

O modelo de gestão proposto na reestruturação do PRT em 2013 é através da gestão compartilhada em âmbito nacional e em âmbito regional, estadual e municipal. Em âmbito nacional, o MTur conduz a Coordenação Nacional do Programa através do Comitê Executivo do Programa de Regionalização. Assim,

Em âmbito regional, estadual e municipal, as estruturas da gestão pública e a cadeia produtiva do turismo, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil operam as ações executivas do Programa, apoiados pelos Interlocutores Estaduais, Interlocutores Regionais e Interlocutores Municipais do Programa de Regionalização do Turismo. Neste processo de reestruturação, resgata-se a representação do ator municipal como agente de desenvolvimento, considerando ser ele o detentor das realidades e demandas locais, institucionaliza-se o representante regional, garante-se a permanência do interlocutor estadual como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização (BRASIL, 2013b, p. 25)

Na reestruturação do PRT, valoriza-se a comunidade local no processo de desenvolvimento do turismo. Este ator municipal é o residente, muitas vezes nascido naquele local, conhecedor da região, das histórias, das lendas, dos rios, das trilhas. Os interlocutores estaduais são “técnicos responsáveis [...] em promover as articulações necessárias para a estruturação dos destinos turísticos e em disseminar, nas regiões e municípios do Estado, as diretrizes e estratégias [...]” (BRASIL, 2013b, p. 18) do PRT. Ele acompanha o ciclo de gestão do programa – planejamento, ação executiva, acompanhamento, avaliação de processos e resultados – participando de todo o processo de implantação.

O MTur afirma que para implementar políticas públicas de turismo eficientes, é fundamental a cooperação entre municípios, regiões, estados e governo federal. Propõe-se então um instrumento para identificar a real vocação turística dos municípios bem como os municípios impactados pelo setor. Uma das estratégias de implementação do PRT é o Mapa do Turismo Brasileiro:

Instrumento instituído pelo Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. Ele define a área - o recorte territorial - que deve ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério. [...] Os municípios que o compõem foram indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional, considerando critérios construídos com o Ministério do Turismo. Eles são categorizados em A, B, C, D e E de acordo com o desempenho de sua economia do turismo (BRASIL, 2019, p. 5).

De acordo com o Art. 2º da Portaria Nº 192, de 27 de dezembro de 2018, que define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências:

Para integrar uma Região Turística do Mapa do Turismo Brasileiro, cada município deverá atender aos seguintes critérios: I - comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo [...]; II - comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, [...]; III - comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo [...]; IV - possuir prestador(es) de serviços turísticos de atividades obrigatórias registrados, [...]; e V - apresentar Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de turismo, [...]. (BRASIL, 2018c).

Fonseca *et al.* (2019) aponta que para o MTur categorizar os municípios:

São avaliadas variáveis qualitativas (gestão) e quantitativas da atividade turística (meios de hospedagens, número de empregos gerados pelos meios de hospedagens, fluxo turístico nacional e internacional). A categoria A é atribuída para destinações consolidadas e com fluxo internacional; B é atribuído para destinações com demanda turística predominantemente doméstica. As categorias C, D e E são localidades que ainda estão se organizando para a promoção do turismo e que se encontram em diferentes estágios [...] (FONSECA *et al.*, 2019, p. 3).

De acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro, são 10 Regiões Turísticas no Estado de Goiás, sintetizadas no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Regiões Turísticas e municípios de Goiás no Mapa do Turismo Brasileiro.

Nome	Município	Categoria
Região Turística da Chapada dos Veadeiros	Alto Paraíso de Goiás	B
	Colinas do Sul, São João da Aliança, Teresina de Goiás, Cavalcante	D
Região Turística da Estrada de Ferro	Catalão	B
	Pires do Rio	C
	Bonfinópolis, Goiandira, Orizona, Santa Cruz de Goiás, Silvânia, Urutaí, Vianópolis	D
	Caldazinha, Leopoldo de Bulhões,	E
Região Turística das Águas e Cavernas do Cerrado	Formosa	B
	Mambaí, São Domingos	D
	Damianópolis	E

Região Turística das Águas Quentes	Caldas Novas, Rio Quente,	A
	Piracanjuba	D
Região Turística do Ouro e Cristais	Abadiânia, Goianésia, Goiás, Pirenópolis	B
	Alexânia, Cristalina, Jaraguá	C
	Corumbá de Goiás, São Francisco de Goiás, Valparaíso de Goiás, Vila Propício	D
	Campos Verdes	E
Região Turística dos Negócios e Tradições	Goiânia	A
	Anápolis, Trindade	B
	Aparecida de Goiânia, Nerópolis	C
	Bela Vista de Goiás, Hidrolândia, Terezópolis de Goiás	D
Região Turística Lagos do Paranaíba	Itumbiara	B
	Lagoa Santa, Quirinópolis, São Simão	C
	Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caçu, Três Ranchos	D
Região Turística Pegadas no Cerrado	Jataí, Rio Verde	B
	Mineiros	C
	Aurilândia, Bom Jardim de Goiás, Caiapônia, Chapadão do Céu, Jandaia, Maurilândia, Paraúna, Perolândia, Piranhas, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Serranópolis, Turvelândia	D
Região Turística Vale da Serra da Mesa	Padre Bernardo	B
	Minaçu, Niquelândia, Porangatu	C
	Uruaçu	D
Região Turística Vale do Araguaia	Aragarças, Aruanã, São Miguel do Araguaia,	C
	Baliza, Britânia, Mundo Novo, Nova Crixás	D

Fonte: Mapa do Turismo Brasileiro, MTur, 2019. Elaborado pelo autor. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 19 jun. 2020.

O Estado de Goiás é representado no Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021) pelo Mapa 2:

Mapa 2: Mapa Turístico de Goiás (2019-2021).



Fonte: Goiás Turismo, 2019. Disponível em: <https://www.emaisgoias.com.br/mapa-turistico-de-goias-e-alterado-e-passa-a-ter-79-destinos/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

No Mapa do Turismo Brasileiro (2017-2019), na Região Turística do Ouro e Cristais, onde está inserido o Caminho de Cora Coralina, as cidades presentes que estão pelo caminho são: Pirenópolis na categoria A; Goiás e Corumbá de Goiás, categoria C; Cocalzinho de Goiás e Jaraguá, categoria D; e São Francisco de Goiás, categoria E. Os municípios de Itaberaí e Itaguari não estão no mapa de 2017.

Contudo, no novo Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021) houve mudanças nas categorias dos municípios do Caminho de Cora Coralina. Pirenópolis agora na categoria B; Goiás passou para categoria B; Jaraguá, categoria C; e São Francisco de Goiás, categoria D. Os municípios de Cocalzinho de Goiás, Itaberaí e Itaguari não estão no mapa de 2019.

Diante desse cenário, é importante relembrar o histórico das políticas públicas de turismo no Estado de Goiás. De acordo com Santos (2013), essas são iniciadas timidamente a partir da década de 1960, mas somente na década de 1970 houve a criação do Departamento de Turismo (Detur). Em 1971 criou-se o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT) com objetivo de identificar potencialidades turísticas nas regiões goianas para então implementar o Sistema Estadual de Turismo. As regiões escolhidas para implementação do turismo foram as regiões do Araguaia, Caldas Novas, Goiás e Pirenópolis.

Segundo Santos (2013), em 1972 o Detur se transforma na Empresa Goiana de Turismo (Goiastur). Em 1999, é criada a Agência Goiana de Turismo (AGETUR), vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio, responsável por executar as políticas de turismo de Goiás e pela interlocução com o projeto Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, primeiro PRT implantado no Brasil.

O autor chama atenção para o fato da concentração das decisões e da presença dos órgãos públicos serem em Goiânia, capital do estado, beneficiando assim a parte central do estado. Os municípios próximos à Goiânia, Brasília e do sul goiano receberam maiores investimentos públicos, “promovendo um desenvolvimento desigual da atividade no Estado, e esse modelo continua, em pleno século XXI, fazendo parte dos projetos da Goiás Turismo” (SANTOS, 2013, p. 175).

A Lei nº 18.445, de 23 de abril de 2014, altera o nome da AGETUR para Agência Estadual de Turismo - Goiás Turismo. O Decreto nº 7.424, de 11 de agosto

de 2011, aprova o regulamento da Goiás Turismo. Suas competências estão previstas no Art. 2º, entre elas:

I – executar a política estadual de turismo [...]; II - propiciar o fortalecimento e o crescimento do turismo no Estado de Goiás [...]; V - estimular a ampliação dos negócios turísticos para gerar e atrair novos empreendimentos [...]; VI - contribuir para a qualidade dos serviços turísticos [...]; VIII - participar de planos e programas turísticos coordenados pelo Governo Federal [...]; XI - desenvolver pesquisas e estudos turísticos [...]; XIII - planejar e desenvolver programas e projetos em articulação com organismos públicos ou privados [...] (GOIÁS, 2011).

Assim, contemporaneamente, para compreender melhor o papel da Goiás Turismo enquanto Agência Estadual de Turismo, faz-se necessário investigar o Plano Estratégico Goiás Turismo (2019 – 2022). O Plano Estratégico é o um tipo de planejamento no qual seu principal objetivo é estabelecer diretrizes para a instituição. Através da utilização de ferramentas como Missão-Visão-Valores, análise SWOT, definição de objetivos e metas, é possível determinar essas diretrizes.

No Plano Estratégico Goiás Turismo (GOIÁS, 2019b, p. 5), seu objetivo geral estratégico é “promover e ampliar a capacidade de planejamento, organização, técnica, recursos e articulação de Políticas Públicas voltadas para o Turismo das Regiões Turísticas do Estado de Goiás”. São definidos, no plano, sete macroprogramas como foco nas necessidades das Regiões Turísticas, objetivando a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística nos municípios elencados no Mapa do Turismo Brasileiro.

Os macroprogramas são: Políticas Públicas e Ordenamento Legal; Fomento, Empreendedorismo e Infraestrutura Turística; Regionalização do Turismo; Estudos, Dados e Qualificação do Turismo; Comunicação, Promoção e Apoio à Comercialização e Marketing; Gastronomia, Sustentabilidade e Inclusão Social; e Rede de Relacionamento com o trade turístico. Cada macroprograma possui um ou mais programas internos, cada qual com seu objetivo, e ações detalhadas para sua realização.

No macroprograma Regionalização do Turismo, o programa Desenvolvimento regional, planejamento e estruturação das regiões turísticas e seus produtos, tem como principal objetivo “promover o desenvolvimento, estruturação e diversidade do produto turístico das regiões do Mapa Oficial do Turismo em Goiás” (GOIÁS, 2019, p.

9). Dentre as suas ações está coordenar projetos turísticos estruturantes da Goiás Turismo, como o Caminho de Cora Coralina. Percebe-se que o caminho está referenciado no planejamento estratégico da Goiás Turismo de 2019-2022, contudo seu surgimento é anterior a esse planejamento.

Fez-se necessário essa contextualização das políticas públicas para então compreender a implementação do caminho no Estado de Goiás. O Caminho de Cora Coralina é um projeto da Agência Estadual de Turismo do Estado de Goiás – Goiás Turismo. Porém seu projeto inicial foi solicitado pela antiga Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI).

No site da SEDI é possível encontrar o edital da Tomada de Preços nº 003/2012/AGDR cujo objeto é a “contratação de empresa especializada para realização de estudos de viabilidade e plano conceitual de desenvolvimento regional da estrada temática ‘Caminho de Cora Coralina’” (GOIÁS, 2012). O plano conceitual foi elaborado pela empresa Piatti Rebello Arquitetos Associados, com o objetivo de “definir e detalhar as principais intervenções e projetos necessários para tornar este percurso [...] uma trilha interpretativa capaz de retratar toda a riqueza histórica e a beleza natural desta região do Estado de Goiás” (GOIÁS, 2013, p. 2). No site oficial do Caminho de Cora Coralina (ASSOCIAÇÃO DO CAMINHO DE CORA CORALINA, 2019), no menu História do Caminho, está que o caminho foi idealizado em 2013, retomado e implementado em 2017 pela Goiás Turismo.

Assim, percebe-se que o plano conceitual foi de fundamental importância para viabilizar a criação do Caminho de Cora Coralina. O plano inicia-se com a caracterização e o diagnóstico da área definida para o caminho, iniciando em Corumbá de Goiás, passando por Pirenópolis e Jaraguá, até alcançar a cidade de Goiás. O traçado foi definido a partir de relatos referentes a movimentos como: a missão Cruls, a coluna Prestes e a Bandeira do Anhanguera II, bem como relatos de viajantes como Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pool, Oscar Leal e Cunha Menezes. Houve apoio também de historiadores, moradores locais e líderes comunitários (GOIÁS, 2013).

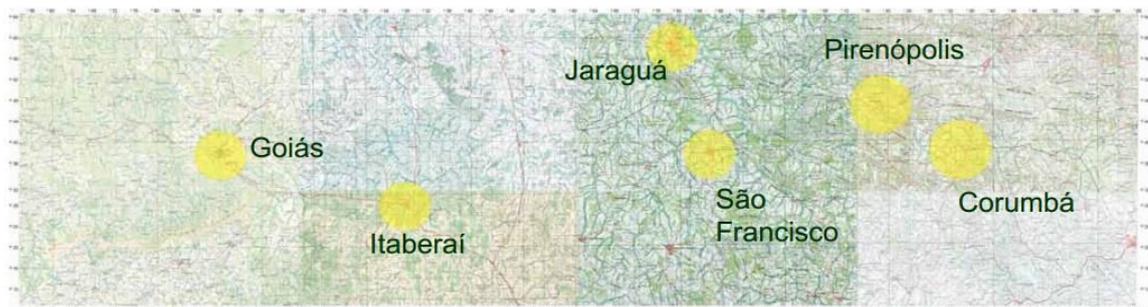
Durante o processo da elaboração e criação do Caminho de Cora Coralina, foi de suma importância a consulta a esses residentes. As histórias dos antigos caminhos

ainda estão presente nos locais por onde passa. Verificou-se que o morador conhece as estradas vicinais, sabe os “caminhos de antigamente”. Foi necessário consultá-los não só para traçar a rota, mas também para interagir com os moradores no momento de apresentar o projeto para eles.

A partir desse trabalho, elaborou-se um mapa marcando com uma cor em cada local relatado por um viajante ou grupo de viajantes. Após as marcações serem sobrepostas, tem-se o traçado inicial do Caminho de Cora Coralina (figura 2 a figura 4). O caminho foi pensado para unir a maior história com a mais bela paisagem, não sendo uma rota fidedigna aos relatos pesquisados.

Figura 2: Elaboração do traçado Caminho de Cora Coralina.

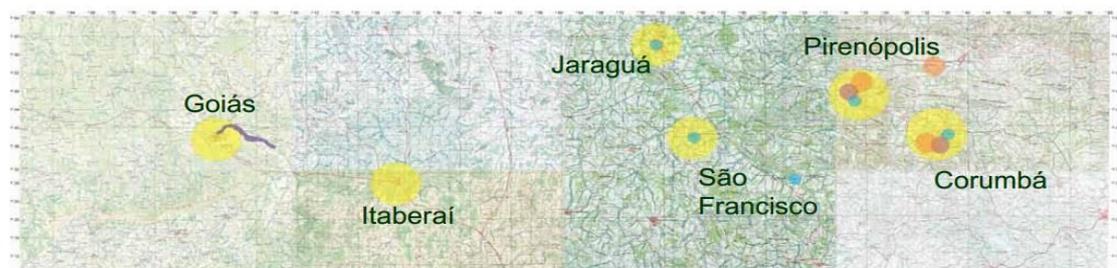
 Principais cidades formadas a partir da exploração do ouro na região .



Fonte: Apresentação do plano conceitual (201?, p. 10). Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-09/caminho-de-cora-coralina.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Figura 3: Relatos de Auguste de Saint Hilaire e Johan Emanuel Pohl.

 1819/1823 – Saint Hilaire: Corumbá, Pico dos Pireneus, Pirenópolis
Johann Emanuel Pohl: Corumbá, Pireneus, Pirenópolis



Fonte: Apresentação do plano conceitual (201?, p. 14). Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-09/caminho-de-cora-coralina.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Figura 4: Sobreposição dos pontos.

 União da maior história com a mais bela paisagem



Fonte: Apresentação do plano conceitual (201?, p. 17). Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-09/caminho-de-cora-coralina.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Em abril de 2018, o Caminho de Cora Coralina é lançado oficialmente pela Goiás Turismo. Uma expedição de bicicleta é realizada nos dias 18, 19 e 20 de abril, a personagem principal é a ciclista Raíza Goulão, atleta olímpica nascida na cidade de Pirenópolis, que fez todo o percurso acompanhada por outros ciclistas. Os ciclistas saíram de Corumbá de Goiás e após 3 dias de pedaladas chegaram à cidade de Goiás. Em cada cidade do caminho houve uma pequena festividade para oficializar a criação do caminho (GOIÁS, 2018b).

A Goiás Turismo teve apoio do ICMBio durante toda implementação do Caminho de Cora Coralina. O caminho fazia parte do projeto inicial do ICMBio, Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso. Inicialmente, eram previstos quatro grandes corredores:

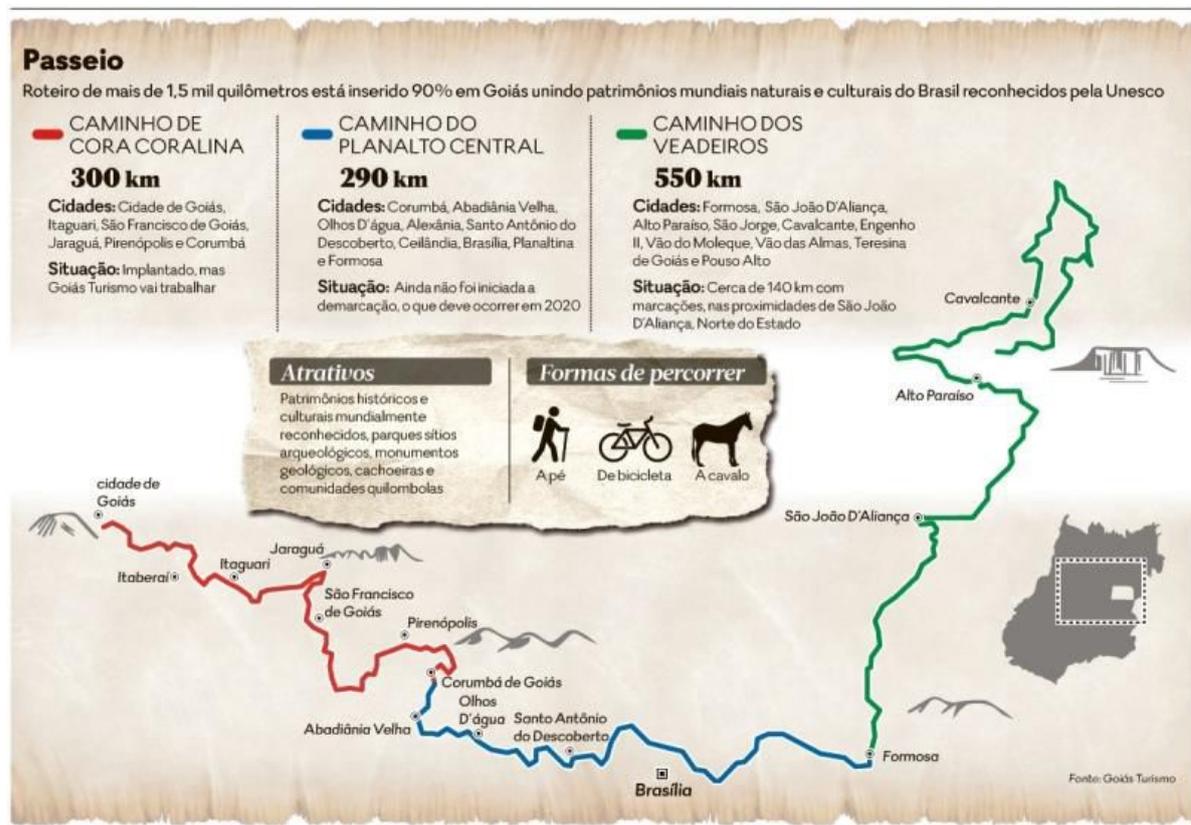
O Corredor Litorâneo, que ligará o Oiapoque ao Chuí; a Trilha Missão Cruis, que ligará a cidade de Goiás Velho até a Chapada dos Veadeiros; Caminhos do Peabiru, que ligará o Parque Nacional do Iguaçu ao litoral paranaense e a Estrada Real, atualmente percorrida por carros e bicicletas, ganhará também um percurso para os caminhantes (MELO, 2018, s/p).

Como se sabe, o ICMBio previa sua implementação começando pelas UCs federais, estaduais e municipais. Sobre a definição do percurso, Pedro de Castro da Cunha e Menezes, ex-Coordenador Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio, afirma que:

A definição do percurso não será feita pelo ICMBio, dentro de um escritório. Nós iremos fomentar, com foco nas nossas áreas, a implementação de caminhos que se encaixem nesse traçado maior. Ele será definido de baixo para cima. Na medida em que as unidades manifestem seu interesse em implementar trilhas no seu perímetro. E o percurso pode mudar, ir melhorando (MELO, 2018, s/p).

A Trilha Missão Cruels, citada por Melo (2018), hoje é chamada de Caminho dos Goyazes. Formada pela união de três trilhas, conecta a cidade de Goiás à Chapada dos Veadeiros, passando pela região de Brasília e Formosa. O Caminho de Cora Coralina é uma dessas trilhas, as outras são os Caminhos do Planalto Central, com cerca de 400 km, com o intuito de ligar Corumbá de Goiás a Chapada dos Veadeiros; e o Caminho dos Veadeiros, com cerca de 550 km, passando por São João da Aliança com destino a Alto Paraíso e Cavalcante. Na Figura 5 é possível ver um esboço do trajeto do Caminho dos Goyazes, até então o Caminho do Planalto Central tinha apenas 290 km. Essa imagem é retirada de uma matéria do jornal O Popular, do dia 31 de dezembro de 2019.

Figura 5: Caminho dos Goyazes.



Fonte: Souza, 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/circuito-integrado-meio-ambiente-cultura-e-hist%C3%B3ria-1.1963861>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Além dos fatores ambientais objetivados pelas TLC, como conectar paisagens através de corredores ecológicos, elas têm por objetivo ampliar e diversificar a oferta turística. No Caminho de Cora Coralina há muitos atrativos existentes, tanto naturais quanto culturais. Existem relatos da utilização do caminho há quase 300 anos, foram diferentes sociedades apropriando-se e modificando seu espaço. A pesquisa e o trabalho de campo possibilitaram identificar esses atrativos.

2.3. Os Elementos Espaciais do Caminho de Cora: atrativos fundamentais para o processo de turistificação

Uma trilha de longo curso integra diversos atrativos turísticos próximos em um único produto turístico. Alguns locais passarão a ser frequentados não como atrativo principal, mas sim como componente de um conjunto de atrativos espalhados ao longo da trilha. Alguns locais eram pouco visitados, como o caso da Serra de Caxambu (Fotos 1 e 2) no município de Pirenópolis, mas, diante da nova realidade, tem se tornado um dos principais atrativos do caminho.

Foto 1: Serra de Caxambu.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Foto 2: Vista de cima da Serra de Caxambu.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Durante o trabalho de campo, percebeu-se nos diálogos com os entrevistados que os locais onde havia fluxo turístico antes da implantação da trilha ainda são considerados pontos obrigatórios de parada para os visitantes. Isso devido, principalmente, a existência de estrutura turística maior que os locais onde o turismo está se desenvolvendo junto à trilha, mostrando que os novos territórios capturados pelo projeto Caminhos de Cora Coralina ainda não estão totalmente organizados para atender as demandas do roteiro turístico.

Para que esse fluxo turístico disperse ao longo do caminho, evitando concentração de turismo em um só lugar, gerando oportunidades para diferentes comunidades, é preciso organizar o destino por meio de trechos, mas com a participação das comunidades envolvidas nessas decisões, estabelecendo modelos de planejamentos e metas. Desse modo, possibilitando aos turistas, que muitas vezes não dispõem de tempo para completar todo o percurso de uma só vez, retornar à trilha diversas vezes. Ademais, possibilita que cada trecho seja “adotado” por pessoas ou instituições que contribuam para sua manutenção.

Assim, esses adotantes serão responsáveis por fazer ações periódicas de manutenção, incluindo: verificar a sinalização, fazendo seu reparo quando necessário; desobstruir a trilha sempre que houver galhos ou árvores caídas bloqueando o caminho; retirar lixo que porventura estiver no leito da trilha; fazer abordagens

educativas com visitantes. A Transcarioca, por exemplo, é dividida em 25 trechos, somente 2 não possui adotantes. Grupos de caminhada, centros e clubes excursionistas, entre outras instituições, são alguns adotantes dos trechos da Transcarioca (ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TRILHA TRANSCARIOCA, 2020).

Os trechos comumente têm de 15 a 30 km, distância percorrida em média em um dia de caminhada, sendo essencial ter pontos de apoio para o visitante em cada trecho. Em um fim de semana ou feriado, o visitante consegue percorrer alguns trechos, tendo que retornar ao caminho para completar todo o percurso. Não existe um sentido correto para percorrer a trilha, no entanto, percebe-se que o sentido Corumbá de Goiás – Goiás é mais percorrido. O CCC é dividido em 13 trechos conforme a Quadro 4:

Quadro 4: Trechos do Caminho de Cora Coralina.

Trechos	Início – Fim	Distância
Trecho 1	Corumbá de Goiás – Salto de Corumbá	14,5 km
Trecho 2	Salto de Corumbá – Pico dos Pirineus	12,7 km
Trecho 3	Pico dos Pirineus – Pirenópolis	24,4 km
Trecho 4	Pirenópolis – Caxambu	30 km
Trecho 5	Caxambu – Radiolândia	17,5 km
Trecho 6	Radiolândia – São Francisco de Goiás	27 km
Trecho 7	São Francisco de Goiás – Jaraguá	38,5 km
Trecho 8	Jaraguá – Vila Aparecida	17,3 km
Trecho 9	Vila Aparecida – Itaguari	29 km
Trecho 10	Itaguari – São Benedito	27 km
Trecho 11	São Benedito – Calcilândia	22,7 km

Trecho 12	Calcilândia – Ferreiro	29,5 km
Trecho 13	Ferreiro - Goiás	7,5 km

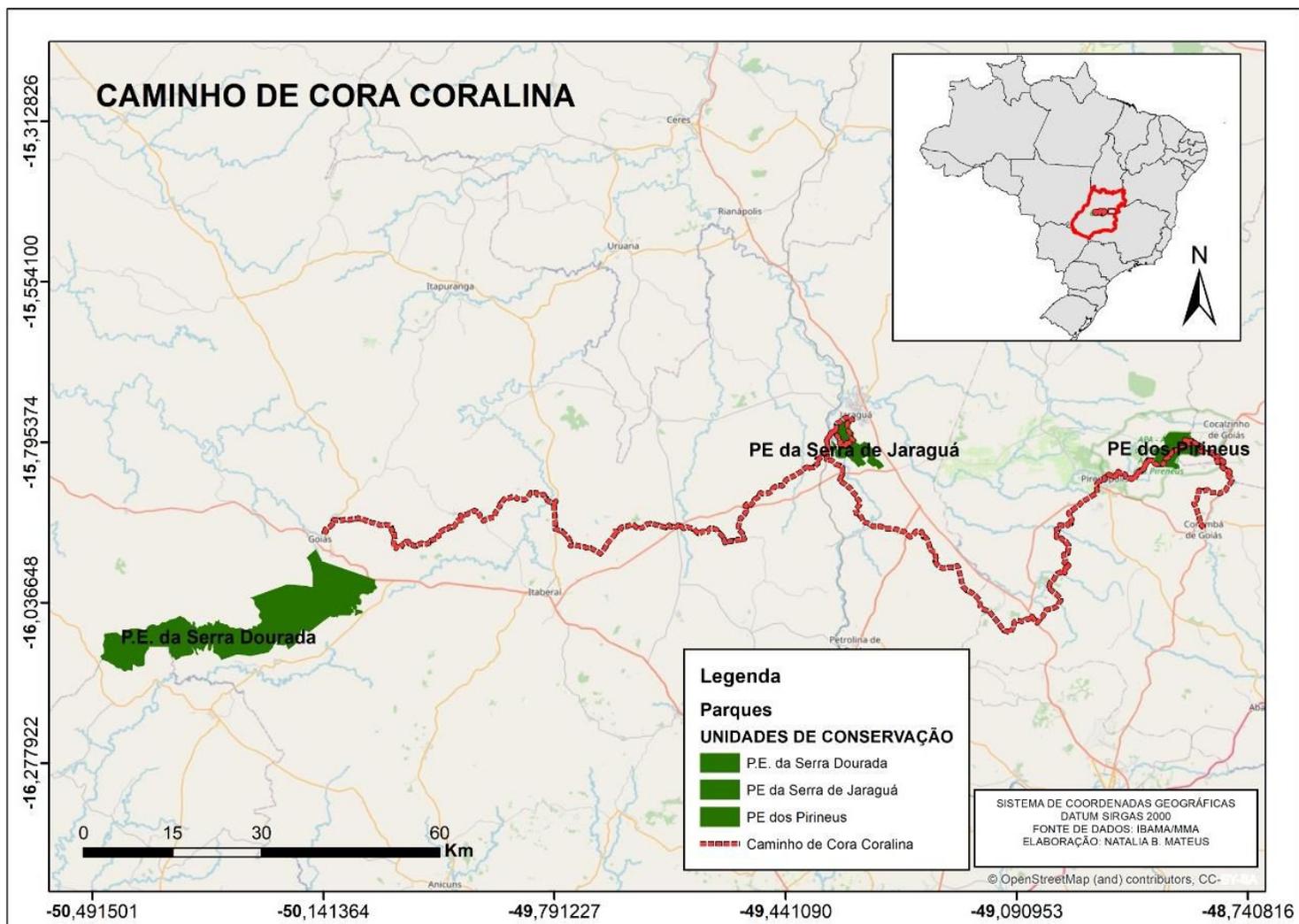
Fonte: Associação do Caminho de Cora Coralina, 2019. Elaborado pelo autor.

O Caminho de Cora Coralina, foi planejado para possibilitar a interligação de três UCs do Estado de Goiás (Mapa 3): Parque Estadual dos Pirineus, entre as cidades de Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Pirenópolis; Parque Estadual da Serra de Jaraguá, entre os municípios de Jaraguá e São Francisco de Goiás; e Parque Estadual da Serra Dourada entre a cidade de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás. Os parques estão no domínio do Cerrado e ambos, em seus decretos, objetivam preservar os mananciais, a fauna, a flora e as belezas cênicas presentes em seus limites (GOIÁS, 1997; 2003; 2015).

Nesse contexto, torna-se relevante sublinhar nesta pesquisa que o Cerrado é um dos *hotspots* para a conservação da biodiversidade mundial por possuir endemismo de espécies e alto grau de ameaça. O Cerrado possui mais de 10.000 espécies de planta, das quais 4.400 espécies são endêmicas, o que representa 1,5% do total de espécies de planta do mundo. Outro critério para ser considerado um *hotspot* é ter perdido mais de 70% de vegetação primária, o Cerrado perdeu 80%. O Cerrado tinha 1.783.200 km² de extensão original de vegetação primária, agora tem somente 356.630 km² ou 20% do total original. Somente 22.000 km², ou 6,2% do total, do Cerrado são de áreas protegidas, é o que possui menor área protegida dentre os 25 *hotspots* mundiais (MYERS *et al.*, 2000).

O Cerrado ocupa 22% do território nacional, é o segundo maior bioma da América do Sul, menor somente que a Amazônia. É conhecido como berço das águas por ter em sua região três grandes aquíferos (Guarani, Bambuí e Urucuia), além de ter nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata). O Cerrado possui grande importância social, populações como quilombolas, comunidades indígenas, vazanteiros, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, sobrevivem de seus recursos naturais. Essas populações detêm um vasto conhecimento tradicional da biodiversidade do Cerrado (MMA, 2013).

Mapa 3: As três UCs estaduais no Caminho de Cora Coralina.



Fonte: IBAMA/MMA. Elaborado por Natália B. Mateus, 2021.

As UCs existentes no CCC são de suma importância para a conservação do Cerrado, existindo uma colaboração mútua entre eles. As UCs tornam-se atrativos turísticos, com toda biodiversidade do Cerrado, assim como o CCC busca contribuir com os parques, através do engajamento ativo daqueles que o percorrem. Além disso, o CCC coloca-se como parte da justificativa para manutenção e, conseqüentemente, ampliação dos parques através da conexão entre as três UCs.

Além da fauna e da flora do cerrado, outros atrativos naturais pelo caminho são rios, cachoeiras, morros e a paisagem típica do cerrado. Os principais rios do caminho são o Rio Corumbá, Rio das Almas em Pirenópolis e o Rio Vermelho em Goiás. Outros rios que destacam-se pelo caminho é o Rio das Pedras, próximo a Caxambu; o Rio Pari em Jaraguá; e o Rio Uru próximo a São Benedito. Existem outros inúmeros córregos e riachos ao longo do trajeto. Com exceção do Rio Corumbá, que corre paralelo ao caminho, todos os rios cruzam o trajeto, propiciando pontos de parada para banhos e descanso.

No Rio Corumbá está a cachoeira do Salto do Corumbá, com quase 50 metros de altura, localizada dentro de um empreendimento privado que conta com estrutura de camping, pousada, restaurante, além de possuir outros atrativos como rapel, parque aquático, arborismo, pesque pague, entre outros. No trajeto do CCC há um mirante (Foto 3) de onde é possível ter uma vista privilegiada do Salto do Corumbá, além de ter uma placa de poesia com os dizeres: “A escola passa o saber e a vida nos dá a sabedoria” (Cora Coralina).

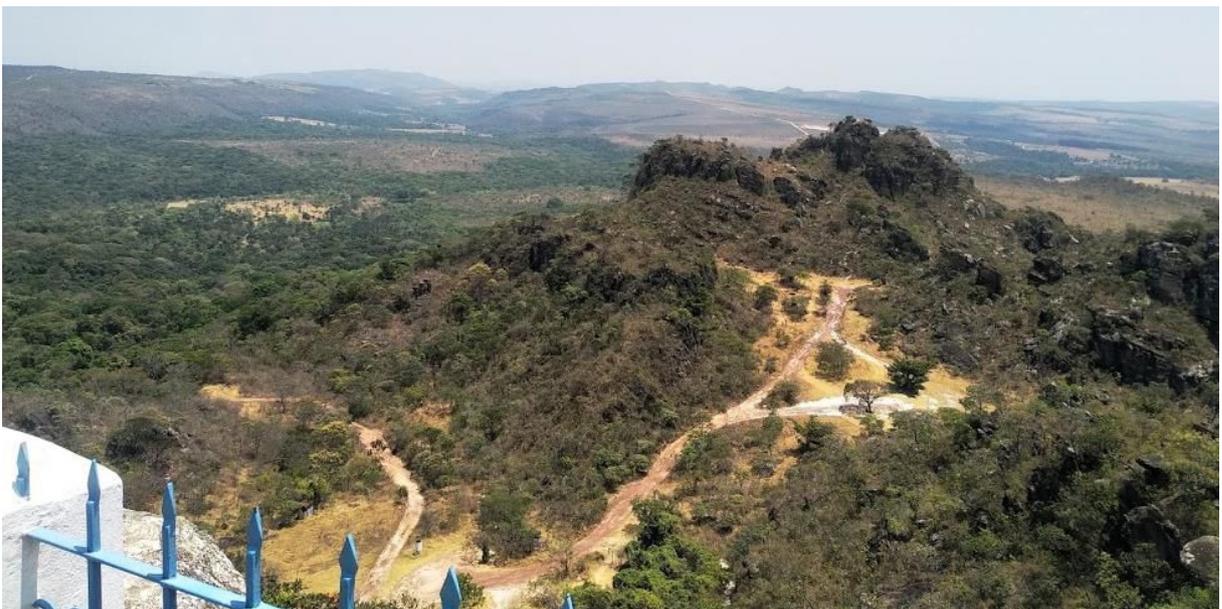
No Pico dos Pirineus (Foto 4), está o ponto mais elevado do percurso, 1.385 metros de altitude. No cume do pico está uma capela dedicada a Santíssima Trindade, de lá é possível ter uma visão 360° da região. Nos dias de lua cheia do mês de julho acontece a Festa em Louvor a Santíssima Trindade dos Pirineus, conhecida popularmente como Festa do Morro ou Festa da Lua. Uma procissão sai da Igreja do Bonfim em Pirenópolis e percorre 20 km com destino à capela, onde se realiza a missa.

Foto 3: Diego Mendonça ao lado da placa de poesia no Mirante do Salto de Corumbá.



Fonte: Uelinton Barbosa Rodrigues, 2020.

Foto 4: Vista de cima do Pico dos Pirineus, a 1385 metros de altitude.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Nesse trecho do caminho, do Salto de Corumbá até cerca de 10 km depois do Pico dos Pirineus, quando começa a aparecer algumas pousadas, não havia estrutura para hospedagem ou alimentação. Após a implantação do caminho, houve uma adaptação da Estância Dona Agnes para receber peregrinos e ciclistas para hospedagem e alimentação. Próximo ao Pico dos Pirineus há somente uma casa de responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), órgão responsável pela administração do parque, onde é possível pegar água e utilizar o banheiro.

A geodiversidade do Parque Estadual da Serra dos Pirineus é outro atrativo natural presente no CCC. Há que se considerar, portanto, que a geodiversidade consiste na “variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que dão suporte para a vida na Terra” (BRILHA, 2005, p. 17).

Locais onde possuem variados elementos da geodiversidade, relevantes cientificamente, acrescidos de valiosos aspectos naturais e culturais da região, podem se tornar Geoparques: áreas com limites geográficos definidos, possuidoras de importante patrimônio geológico, somado a elementos da biodiversidade, história e cultura de determinada localidade. No Brasil, somente o Geoparque Araripe integra a Rede Mundial de Geoparques da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Assim, cabe destacar que Filho, Moraes e Paula (2012) elaboraram uma proposta de criação do Geoparque Pirineus, onde afirmam que:

Em todo o conjunto de serras na região de Pirenópolis está impressa uma interessante história geológica. A maioria dos sítios possui um elevado valor geocientífico devido à raridade de formas estruturais ali existentes. Soma-se a esse interesse, locais com rara beleza cênica, enfeitados pelas belas espécies de um complexo bioma do cerrado de altitude; uma interessante história de ocupação e tradições culturais, como as romarias, Festa do Divino e Cavalhadas (FILHO; MORAES; PAULA, 2012, p. 121).

Os autores selecionaram 20 locais com potencial para serem desenvolvidos geossítios, de acordo com Brilha (2005) são lugares onde ocorrem um ou mais elementos da geodiversidade, delimitados geograficamente e apresentando valor singular do ponto de vista científico. O Pico dos Pirineus, na proposta do geoparque,

é considerado um geossítio por sua importância cultural, ressaltando a Festa do Morro citada à frente, e seu patrimônio natural.

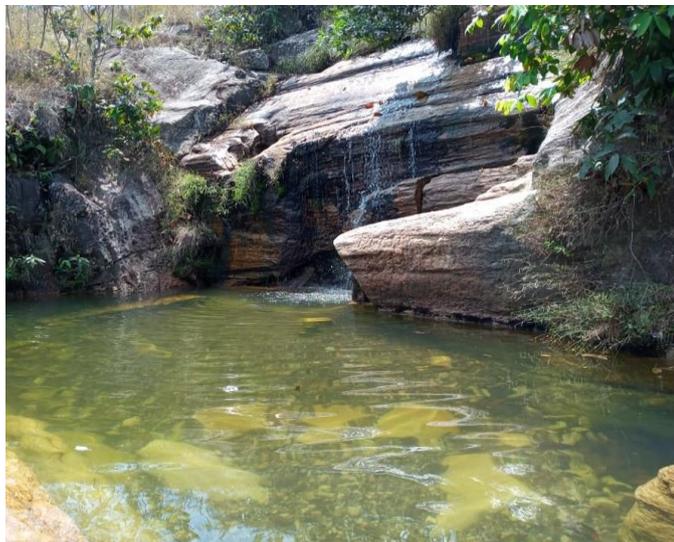
Além de ser o ponto mais alto da região, existe uma série de dobras em quartzito relevantes do ponto de vista geológico. A dobra em quartzito, do tipo bainha, com plano axial vertical (Foto 5), está em frente à casa da SEMAD. Após a casa da SEMAD, o próximo atrativo é a Cachoeira do Sonrisal (Foto 6), sete pequenas quedas d'água, cada uma com um poço para banho.

Foto 5: Dobra em quartzito, do tipo bainha, com plano axial vertical.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Foto 6: Poço na Cachoeira do Sonrisal – Parque Estadual dos Pirineus.



Fonte: Uelinton Barbosa Rodrigues, 2020.

Durante os trabalhos de campo, em uma imersão no mundo da pesquisa, constatou-se que nos últimos 5 km, antes de chegar à Pirenópolis, há um fragmento na paisagem do cerrado, isto é, o CCC passa pela “Pedreira da Prefeitura” de Pirenópolis onde é extraído quartzito, conhecido na região como pedra de Pirenópolis. É possível perceber uma das atividades que causam impactos no Cerrado, a mineração. Faleiro e Lopes (2011) apontam uma série de impactos ambientais causados pela pedreira da prefeitura, entre eles, “a disposição dos rejeitos e a consequente degradação paisagística, [...] o transporte de sedimentos para os cursos d’água [...] tornando-as turvas e causando assoreamento nos leitos dos córregos” (Ibid., p. 156). Ao pensar na conectividade das paisagens, há na pedreira, um caso que merece ser investigado, pois turisticamente é uma contradição do caminho.

Seguindo pelo caminho, logo na saída da pedreira, começa uma trilha conhecida em Pirenópolis como Brasileirinho. A trilha segue o curso do Rio das Almas por dentro da Mata Ciliar, há várias travessias de rios e córregos nessa parte do caminho. A primeira é uma ponte pênsil, depois pequenas tábuas de madeira chamadas de pinguelas. Por ser próxima do centro da cidade, essa trilha é frequentada por muitos residentes e turistas em busca de um banho no Rio das Almas. Depois de Pirenópolis, o próximo atrativo natural é o Rio das Pedras e, em seguida, a Serra de Caxambu, com quase 1.000 metros de altitude. A travessia da serra ocorre 7 km antes de Caxambu, distrito de Pirenópolis.

O Parque Estadual da Serra de Jaraguá (Foto 7) é acessado pela Trilha do Abismo, como é conhecida em Jaraguá, uma subida íngreme, saindo de 520 metros no Rio Pari, alcançando mais de 1.000 metros no pico da serra. O CCC chega ao mirante da torre. Percorrendo alguns metros no caminho oposto ao CCC, está localizada a Rampa de Voo Livre da serra, utilizada para voos de parapente. Para os ciclistas há uma trilha por dentro da mata, paralela ao CCC, utilizada em campeonatos de ciclismo na serra. Na foto 7, percebe-se a paisagem do cerrado no mês de outubro, auge da seca, destacando algumas linhas verdes correspondente às Matas de Galeria, as quais não perdem as folhas durante a estação seca (vegetação perenifólia).

Foto 7: Serra de Jaraguá.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Na foto 8, tirada pelo autor em março de 2018, é possível ver a diferença na vegetação da serra. Março é quase o final da estação chuvosa, por isso as árvores estão com todas as folhas e a Serra de Jaraguá, assim como todo cerrado, fica nitidamente verde. Existem, desse modo, duas paisagens que podem ser vistas e sentidas no CCC, dependendo da estação. De maio a meados de outubro na estação seca, com a vegetação seca, umidade baixa, rios com menos volume de água e poeira na estrada. De novembro a abril na estação chuvosa, com a vegetação verde, umidade alta, rios com volume considerável de água e lama pela estrada.

Foto 8: Serra de Jaraguá no período chuvoso.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2018.

Na parte do CCC que vai de Jaraguá à Calcilândia, distrito de Goiás, a maior parte da paisagem é composta por atividades agropecuárias. Plantações de abacaxi, banana, milho, soja, cana, sorgo e a criação de gado compõem o visual do CCC nessa parte do trajeto. É possível então perceber um grande fragmento na vegetação do cerrado, precisamente entre a Serra de Jaraguá e a Serra Dourada. Existem apenas pequenas manchas de cerrado em meio as plantações e pastagens. A partir dos trabalhos de campo realizados, que conduziram às reflexões para a construção desta dissertação, foi possível identificar as ações destrutivas feitas pelos investidores do agronegócio na região do CCC.

Foto 9: Entre São Benedito e Calcilândia



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Na foto 9, entre os distritos de São Benedito e Calcilândia, é possível ver uma plantação de milho após a colheita. Há poucas árvores pelo caminho e muita exposição ao sol, não há rios nem pontos para pegar água, a monotonia da paisagem visual é quebrada pela Serra Dourada ao fundo. A figura 6, abaixo, é uma imagem de satélite retirada do *Google Maps*, nela é possível perceber a pouca vegetação existente nesse trecho do caminho, além de áreas de irrigação circular, onde há utilização do pivô central. A linha laranja é o CCC e a Serra Dourada é a formação no canto superior esquerdo da figura.

Figura 6: Imagem de satélite do trecho entre São Benedito (a direita) e Calcilândia (a esquerda).



Fonte: Google Maps, 2021.

Após Calcilândia, a travessia da Serra Dourada é outro atrativo natural do CCC. Alguns córregos são cruzados nesse trecho, proporcionando locais para banho e descanso. Próximo ao antigo Arraial do Ouro Fino, cerca de 300 metros, existe uma pequena cachoeira no Córrego Praia (Foto 10), porém não há sinalização indicando esse local. Por fim, o caminho chega no Parque da Carioca, na cidade de Goiás, dentro da área do Parque Natural Municipal da Estrada Imperial (PNMEI).

Foto 10: Cachoeira do Praia, próximo ao Arraial do Ouro Fino.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Nesse contexto, é imprescindível ressaltar que a partir das leituras realizadas sobre o Parque Natural Municipal da Estrada Imperial, Mendonça, Pizzolitto e Santos (2019) consideram a importância do potencial do PNMEI para o ecoturismo, identificando os seguintes atrativos naturais além do Parque da Carioca: o Poço do Bispo, a Trilha da Estrada Imperial, o Mirante do Morro das Lajes, o Poço dos

Namorados e o Poço do Paredão. Os autores ressaltam que as únicas estruturas disponíveis no PNMEI são o restaurante e banheiros localizados no Parque da Carioca.

É possível afirmar com base nesses teóricos e nos trabalhos de campo realizados que as carências de infraestruturas no Caminho de Cora Coralina existem. Os atrativos culturais ao longo do caminho se apresentam por meio do patrimônio cultural presente no CCC. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, no artigo 1º, estabelece o que é considerado como patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 2).

O Art. 216 da Constituição Federal de 1988 esclarece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No CCC existem igrejas, museus, obras, objetos, documentos, edificações, além de muita história e natureza. O traçado do CCC é baseado nos relatos de antigos viajantes, os quais seguiram por trilhas utilizadas pelos bandeirantes, que por sua vez utilizavam-se de antigas trilhas indígenas. A própria história do caminho possui seu valor cultural.

Cora Coralina, após morar um tempo em São Paulo, retorna para sua antiga casa até os seus últimos dias de vida. A casa, agora museu, é o ponto final do Caminho de Cora Coralina para quem sai de Corumbá de Goiás com destino a cidade de Goiás. Devido a sua importância cultural em Goiás e no Brasil seu nome foi

escolhido para a primeira trilha de longo curso do Estado. Mais à frente refletimos sobre a escolha do nome para o caminho.

Foto 11: Cora Coralina



Fonte: Revista Prosa Verso e Arte. Foto: Rosary Esteves, Acervo do Museu Casa de Cora Coralina. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/cora-coralina-poemas-ii/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

Existem 60 placas com trechos de poesias de Cora Coralina espalhadas ao longo do caminho (Fotos: 12, 13 e 14), possibilitando considerar o CCC também como uma trilha turística literária, onde o turista é envolvido por versos da poetisa Cora Coralina. As placas estão colocadas em pontos estratégicos como locais de descanso, próximo a rios, sob sombras de árvores, próximos a atrativos turísticos. As poesias das placas servem como momentos de reflexão para àqueles que percorrem o caminho. Além da poesia, a placa contém sua localização, indicada pela frase “Você está aqui!”, em vermelho no canto inferior direito.

Foto 12: Placa do poema Mascarados de Cora Coralina, no início da trilha para o Pico dos Pirineus.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Foto 13: Placa de poesia com o Salto de Corumbá ao fundo. “A escola passa o saber e a vida nos dá a sabedoria”.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Foto 14: Placa de poesia no Arraial de Ouro Fino, ao fundo as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Pilar.



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

O ponto inicial da trilha para quem sai de Corumbá de Goiás, é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França (Foto 15). O conjunto arquitetônico constituído pela igreja e os bens edificados que a contornam foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2000. A cidade foi fundada em 1731, durante o período da mineração no Estado de Goiás.

Foto 15: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2017.

A 33 km da igreja, saindo de uma altitude de 538 metros em direção ao cume do percurso, a 1385 metros de altitude, está a Capela da Santíssima Trindade dos Pireneus, no ponto mais alto da região, o Pico dos Pirineus (Foto 16). No mês de julho, durante a lua cheia, acontece a Romaria em Louvor à Santíssima Trindade, popularmente conhecida como Festa do Morro. Devotos de Santíssima Trindade carregam sua imagem de Pirenópolis até a capela, com quase 20 km de distância. Muitos esperam no Pico dos Pirineus a chegada da romaria, onde a missa é realizada desde 1927.

Foto 16: Capela da Santíssima Trindade dos Pireneus



Fonte: Diego P. de Mendonça, 2020.

Pirenópolis é outra cidade que possui o seu conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN. Fundada em 1727, a cidade possui diversos monumentos tombados, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja do Carmo/Museu de Arte Sacra do Carmo, Museu das Artes do Divino, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Teatro de Pirenópolis, Casa de Câmara e Cadeia, Cine Teatro Pireneus, Ponte Sobre o Rio das Almas e Fazenda Babilônia. Com exceção da Fazenda Babilônia, todos monumentos estão no centro histórico.

Além do patrimônio material, Pirenópolis possui festas tradicionais, folclóricas e populares. A mais conhecida delas é a Festa do Divino Espírito Santo, tombada pelo IPHAN como patrimônio imaterial. O IPHAN elucida sobre a festa:

Constituída por vários rituais religiosos e expressões culturais, a Festa do Divino é uma celebração profundamente enraizada no cotidiano dos moradores de Pirenópolis e determinante dos padrões de sociabilidade local. A esta estrutura básica, os agentes da Festa do Divino de Pirenópolis vêm incorporando outros ritos e representações, como as encenações de mascarados e cavalcadas, responsáveis pela grande notoriedade da festa, que se realiza nesta cidade a cada ano, desde 1819, durante cerca de 60 dias, com clímax no Domingo de Pentecostes, cinquenta dias após a Páscoa (IPHAN, s.d, n.p.).

Foto 17: Mascarados em Pirenópolis



Fonte: Acervo IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/72>. Acesso em: 07 jul. 2021.

Em São Francisco de Goiás está o Museu Histórico das Cavalhadas de São Francisco – GO (Foto 18), atual sede da Associação do Caminho de Cora Coralina (ACCC). O objetivo do museu é preservar, valorizar e divulgar as tradições da cidade:

Como fonte de pesquisa dos valores e da memória das cavalhadas e como espaço vivo dedicado a cultura de São Francisco de Goiás. No acervo encontram-se exibidas peças relacionadas às cavalhadas como vestes dos reis mouro e cristão, lanças, espadas, garruchas e selas de montaria; além de peças de interesse histórico, como moendas e antigas ferramentas de trabalho, e de interesse arqueológico, como machados de pedra da pré-história encontrados na região. (MUSEU DAS CAVALHADAS DE SÃO FRANCISCO, 2009, n.p.)

Foto 18: Museu Histórico das Cavalhadas de São Francisco – GO.



Fonte: Museu Histórico das Cavalhadas de São Francisco – GO <http://museudascavalhadasdesaofrancisco.blogspot.com/2009/06/origem-da-cidade-de-sao-francisco-de.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

Desse modo, seguindo a rota do CCC para cidade de Goiás, depois de São Francisco, Jaraguá é a próxima cidade. Fundada no período aurífero goiano, impulsionada pelo descobrimento do ouro no Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis). Após cruzar a Serra de Jaraguá, o caminho passa pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Foto 17), tombada pelo IPHAN e inscrita no Livro do Tombo Belas Artes em 1960. Sua origem remonta o final do século XVIII.

Foto 19: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Jaraguá.



Fonte: Uelinton Rodrigues Barbosa, 2020.

É imprescindível sublinhar que por ser o recorte desta pesquisa, a cidade de Goiás e seus atrativos terão maior destaque na próxima seção desta dissertação. O CCC apresenta muitos outros elementos culturais. Durante os trabalhos de campo percebeu-se que o contato com os residentes revela toda riqueza cultural do caminho, através das prosas, histórias e simples conversas que acontecem durante o trajeto. Assim, a próxima seção trará as reflexões e experiências vividas pelo autor deste trabalho, morador da cidade de Goiás e participante no planejamento, implantação e manutenção no CCC. Outros trabalhos realizados por nós foram a direção da Associação do Caminho de Cora Coralina, fazendo diversas vezes o percurso do Caminho e a função de Guia de Turismo em Goiás.

3: CAMINHO DE CORA CORALINA, UMA COMPONENTE TURÍSTICA DA CIDADE DE GOIÁS?

Esta seção irá tratar primeiramente da cidade de Goiás e sua contextualização histórico-geográfico. Desta feita, também será relatado o trabalho de campo realizado em 5 dias de bicicleta percorrendo todo o caminho, além de outras incursões em partes do caminho. Serão apresentadas as características do caminho, estrutura, os atrativos turísticos existentes, as frutas típicas do cerrado, os encontros, as descobertas, entre outras questões que precisam ser postas em face de todas essas mudanças espaciais e territoriais provocadas pelo CCC.

É nesse sentido de transformação que é apresentada a visão do autor desta pesquisa, não só como ciclista turista, mas como participante de parte do processo de elaboração e estruturação do CCC. Ademais, o capítulo abordará os desafios e perspectivas do Caminho de Cora Coralina para não somente consolidar-se como um produto turístico, mas desenvolvendo-se de maneira a colaborar com todos envolvidos no caminho, em especial as comunidades que são as mais afetadas pelo turismo. Tentar-se-á provocar a discussão no sentido de pensar as pessoas do Caminho. Corroborando com a discussão sobre a estratégia de marketing utilizando a marca Cora Coralina para nomear a trilha.

Dessa forma, a terceira parte deste capítulo traz as perspectivas e desafios do CCC, contendo entrevistas com atores chave no processo de planejamento e implantação do CCC, além de turistas que percorreram o caminho. Serão apresentadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos que participaram diretamente do processo de turistificação do caminho, turistificação ainda não consolidada.

Sendo assim, os entrevistados serão: o pesquisador responsável pela elaboração do projeto e presidente da Associação do Caminho de Cora Coralina; o diretor de Desenvolvimento, Pesquisa Turística e Eventos da Goiás Turismo durante a implantação do caminho; a coordenadora do Caminho de Cora Coralina na Goiás Turismo; a secretária de turismo da cidade de Goiás; três moradores que se tornaram empresários envolvidos com o Caminho de Cora Coralina; e três turistas que percorreram o caminho.

3.1. Cidade de Goiás

Em Goiás, a ocupação não se iniciou com os bandeirantes. Há registros de ocupação humana na área do Planalto Central desde 11.000 anos antes do presente, por grupos de caçadores e/ou coletores (BARBOSA, 1995). As formações existentes no cerrado de Goiás – grutas, lapas, cavernas, paredões de rocha – favoreciam abrigos àqueles que estiveram primeiramente no Estado. Desenhos rupestres e objetos líticos foram encontrados em alguns locais, como Serranópolis, Caiapônia e Formosa, como prova da existência desses povos. (BERTRAN, 2000).

Bertran (2000) relata como foi a pré-história no planalto central:

Temos, assim, a fase Paranaíba – da grande tradição brasileira denominada Itaparica –, a mais antiga, datando de 10.500 a 9.000 anos AP, e que é caracterizada por grupos de caçadores que viveram durante um período mais frio e úmido do que o atual. Logo em seguida, a fase Serranópolis, que durou até os anos 1000 de nossa era, de clima mais quente, permitindo ao homem pré-histórico uma alimentação retirada da caça generalizada, da pesca e da coleta de moluscos e répteis; tornando-o mais sedentário e ligado a uma agricultura nascente. Finalmente a fase Jataí, do último milênio, na qual os grupos indígenas levariam uma vida bastante sedentária, produzindo utensílios variados e objetos de cerâmica, alimentando-se de produtos agrícolas e da coleta silvestre. Ecossistemas diferenciados, como o cerrado e as matas, proviam, em diversos períodos do ano, aos grupos pré-históricos com produtos naturais como o pequi, a guariroba, o babaçu, a marmelada do campo, o bacupari, muricis, pitangas, araticum, gabiobas, ananás, etc. (BERTRAN, 2000, p. 11).

Percebe-se que antes da chegada dos bandeirantes, os indígenas viviam em locais fixos. Bertran (2000) sustenta que na expedição de Domingos Rodrigues, em 1597, havia uma índia “Guayá” ou da “nação Guoyá”, oriunda de Paraupava, isto é, da região do Rio Araguaia. O autor segue afirmando sobre os índios Goiaí permanecermos por mais um século na região do Rio Vermelho e Serra Dourada. Os índios Goyá mostram sua importância na história de Goiás sendo a referência para o nome da então Província de Goyaz.

A origem do topônimo “Goyaz” é analisado por Quintela (2003). Em sua análise, ele defende, através de documentos oficiais e estudos do tema, a origem do nome do Estado de Goiás vinda dos índios que povoavam as regiões do Rio Vermelho e da Serra Dourada. Quintela (2003), cita o dicionário *Houaiss* (2001, p. 1462) que descreve a derivação “do nome dos índios guaiás, do tupi *gwa* e *ya* ‘indivíduo igual,

gente semelhante, da mesma raça”. Bertran (2000) diz que a raiz semântica guayá e goyá vem do tupi “gente da mesma raça”, “indivíduo semelhante”.

A tribo indígena Goyá, estabelecida nas nascentes do Rio Vermelho, fora contatada pelos bandeirantes em 1647. Num primeiro momento se mostraram pacíficos, facilitando a exploração no local e, ao mesmo tempo, seu próprio cativo. No início do século XVIII, na Buenolândia, distrito da cidade de Goiás, conhecida também como Barra, referência a confluência do Rio dos Bugres com o Rio Vermelho, os Goyá tentaram resistir a exploração dos bandeirantes, porém, sem êxito, foram exterminados rapidamente (BARBOSA, 1995).

Boaventura (2007), sublinha que eram duas saídas de origens por onde partiam os bandeirantes que buscavam alcançar Goiás, São Paulo e Grão-Pará no norte. “As expedições eram acompanhadas por jesuítas, que buscavam cristianizar os silvícolas e, caso não conseguissem, cuidavam para que sua escravização e seu aprisionamento fossem feitos segundo a concepção religiosa cristã” (BOAVENTURA, 2007, p. 173). Quintela (2003) expõe que os índios Goyá foram dizimados em violento embate ou miscigenados com os bandeirantes paulista. É sabido que os bandeirantes não partiam em busca de amizades, vinham atrás de minérios, principalmente ouro, e de mão de obra escrava.

Seguiam por trilhas utilizadas pelos indígenas, os quais dispunham de apuradas técnicas de orientação. Guiavam-se pelo sol, pela sombra que o polegar deixa na mão, pela observação de estrelas e constelações, entre outras técnicas (HOLANDA, 1975). Artiaga (1959, p.13) corrobora com essa ideia afirmando que “os índios [...] acumularam conhecimentos naturais de orientação-bússola, espécie de mapa vivo, ou aperfeiçoado instinto, que legaram-nos uma rêde de estradas que chamamos trilheiro de índios”.

O geógrafo e geólogo estadunidense, naturalizado brasileiro, Orville Derby (1899, p. 343, *apud* HOLANDA, 1975, p. 23), afirma que os bandeirantes “apenas seguiam caminhos já existentes pelos quais se comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos de uma mesma tribo”. Bertran (2000, p. 11) reitera que “traçavam-se por todo o país ‘caminhos’, melhor dizendo ‘estações’ indígenas que serviriam depois de rastilho mortífero para a sanha dos bandeirantes paulistas e nordestinos”.

De acordo com Corrêa (1948, p. 103), o bandeirismo foi indevidamente classificado em duas fases distintas: “a) ciclo da caça ao índio (fase seiscentista); b) ciclo da busca do ouro (fase setecentista)”. Para o autor, não houve essa distinção de objetivos. Se o primeiro ciclo tivesse como propósito somente o aprisionamento de índios, a bandeira de Sousa Botafogo e Domingos Rodrigues, de 1596 a 1600, que foram até o Rio Tocantins, não iria além do Paranaíba, onde existiam muitos silvícolas, descumprindo assim as “recomendações régias de se não afastar muito do litoral” (CORRÊA, 1948, p. 103). Assim como Nicolau Barreto, em 1602, não alcançaria as minas do Potosi na Bolívia. Outra evidência dessa classificação errônea, é a citação que Corrêa (1948, p. 104) faz de Antonil, que “escrevendo em 1711, já informava que ‘foi SEMPRE fama CONSTANTE que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata’”.

Em 1682 o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), acompanhado de seu filho de 12 anos de mesmo nome, faz sua primeira entrada nos sertões dos Goyazes em busca de ouro (ALENCASTRE, 1979). Depois de muitos quilômetros acamparam em uma região onde os índios usavam enfeites de ouro. Bartolomeu Bueno perguntou aos índios onde haviam encontrado o metal precioso, os índios recusaram-se a responder, o bandeirante então derramou aguardente em uma cuia e colocou fogo, e disse que faria o mesmo com seus rios se não mostrassem onde estava o ouro. Os índios amedrontados com o feito passaram a chamá-lo de Anhanguera, que significa Diabo Velho, e o levaram ao pé de uma grande serra. Bartolomeu Bueno recolheu uma grande quantidade de ouro no leito do rio e regressou a São Paulo. Faleceu em 1700 levando consigo o segredo de sua descoberta (MICHALANY, 1995 *apud* PASSOS, 2018).

Bartolomeu Bueno da Silva Filho guardou silêncio até 1720 quando ofereceu-se ao Rei D. João V para redescobrir as minas que visitou quando criança. Partiu em 1722, somente em 1725 encontrou uma tribo onde indígenas contavam a história do Diabo Velho, que possuía o poder de incendiar as águas. Bartolomeu apresentou-se como filho do Anhanguera, os índios sentindo o mesmo temor, o levaram ao mesmo rio que esteve enquanto criança. Após regressar a São Paulo, Bartolomeu Filho retorna em 1726 a Goiás, em uma nova expedição, para dar início à exploração das minas, com os primeiros garimpos na região do Rio Vermelho (MICHALANY, 1995 *apud* PASSOS, 2018).

O historiador cuiabano Joaquin Francisco de Mattos (1980), citado por Quintela (2003), discorda desse fato e argumenta que a história da aguardente teria ocorrido na região limítrofe entre São Paulo e Minas Gerais. Mattos (1980, *apud* Quintela, 2003) situa o habitat dos Goyá nas margens do Rio Grande, negando que o Rio Paraupava possa ser identificado com o Araguaia, situando-o no sopé da Serra do Mar e da Mantiqueira, na região litorânea.

Assim, entende-se que ocorreu uma invasão pelos bandeirantes nos sertões de Goyaz, ordenados pela Coroa Portuguesa, buscando fortalecer as riquezas da coroa através da escravização, exploração e extermínio dos indígenas que habitavam Goiás. Não houve uma colaboração dos indígenas aos bandeirantes para a exploração do interior do Brasil, eles foram coagidos e forçados. Se naquela época não imperasse a lei do mais forte, ou a ganância do homem não fosse tanta, talvez os bandeirantes pudessem aprender mais com os indígenas sobre outros assuntos. Além da sabedoria acerca da orientação, os indígenas tinham domínio de agricultura, construção, medicamentos naturais e outros inúmeros conhecimentos. Preferiram os bandeirantes, legitimados e incentivados pela coroa portuguesa, a escravização e extermínio dos indígenas em troca das poucas riquezas minerais existentes nos sertões de Goiás.

Após encontrar ouro em Goiás, a coroa portuguesa agora preocupava-se em controlar o caminho por onde o minério trafegava. Estrada Real era o nome dado aos antigos caminhos oficiais que ligavam as capitânicas brasileiras do litoral ao interior do Brasil, eram utilizados pelos mineradores, tropeiros, comerciantes e viajantes. As estradas reais eram utilizadas pela coroa portuguesa para transportar o ouro recolhido nas minas e cobrar os impostos sobre o minério conhecido como “quinto”. O imposto tinha esse nome por se tratar do recolhimento de 20% ou um quinto da produção total de ouro de cada minerador (SANTOS, 2001).

Os caminhos utilizados pelas bandeiras foram oficializados e nominados e a partir de Vila Boa de Goiás (atual cidade de Goiás) apontavam em 5 direções:

O primeiro caminho dirigia-se para o leste e depois para o sul, passando por Paracatu, em Minas Gerais, até a Capitania do Rio de Janeiro, era conhecido como **Picada de Goiás**; outro seguia na direção oeste, passava por Cuiabá e seguia até Vila Bela, na Capitania de Mato Grosso, era a **Estrada do Cuyabá**; o terceiro, também conhecido como a **Estrada da Bahia ou Caminho dos currais e Bahia**, dirigia-se para o leste e depois para o norte,

passando por Couros e São Domingos até Salvador; o quarto caminho levava a todos os arraiais do norte de Goiás, chamado de **Estrada do Norte**; e, por fim, o quinto seguia na direção sul-sudeste, passava por Mogi e fazia a ligação com São Paulo, sendo, na verdade, o primeiro caminho oficial da região, mais conhecido como **Caminho de Goyazes** (BARBO e RIBEIRO, 2015, p. 441, grifo nosso).

Esses caminhos utilizados pelos bandeirantes seriam percorridos por muitos outros exploradores. August de Saint-Hilaire, famoso botânico e naturalista francês, que esteve nos sertões de Goiás por volta de 1819, escreveu o livro *Viagem à Província de Goiás*, descrevendo com detalhes todo o caminho percorrido e, além de identificar e catalogar plantas, narra também os costumes da época. Outro explorador foi Raimundo José da Cunha Matos, governador de armas de Goiás entre 1823 e 1826, função criada em 1821 pelas Cortes de Lisboa separando o poder civil e militar das províncias, o governador de armas devia zelar pela ordem e manutenção da disciplina.

O período aurífero de Goiás foi breve, teve seu início registrado em 1726, com seu auge no ano de 1750, e, a partir daí, entrou em um processo rápido de esgotamento. Coelho (2010), utilizando Funes (1986), destaca esse declínio rápido do ouro, mesmo Goiás sendo descoberto 10 anos após as minas de Mato Grosso e 25 anos após Minas Gerais. Em 1749, o primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, relatava preocupação com a queda na produção do ouro, a qual desaparece em definitivo na primeira década do século XIX (COELHO, 2010).

Tiballi (1991, p. 36 *apud* COELHO, 2010, p. 28) relata como foi esse período, onde restou a agropecuária, como atividade econômica ou de subsistência, para àqueles que ficaram por Goiás:

Com o final da exploração mineradora como base principal da economia goiana, grande contingente de mineradores passou para outras regiões, em busca de outras formas de enriquecimento rápido. Sendo assim, os que permaneceram e se tornaram a base do que viria a ser a população goiana definitiva foram os negros libertos e os pardos, que se dedicaram inicialmente à faiscagem do ouro e a uma pequena agricultura de subsistência; os índios, distribuídos entre o sertão bruto e alguns aldeamentos, dirigidos tanto por oficiais quanto por religiosos; e os brancos ligados as funções administrativas, que passaram a ser os grandes proprietários tanto de terras como do comércio urbano existente (TIBALLI, 1991, p. 36 *apud* COELHO, 2010, p. 28).

Poucos arraiais sobreviveram a esse momento de transição econômica. O povoamento dos núcleos urbanos em Goiás não se deu de forma concentrada como ocorreu em Mato Grosso e Minas Gerais. A maioria dos primeiros arraiais do Estado, duraram o mesmo que o tempo de vida dos veios de ouro que justificaram sua fundação. Foram seis arraiais criados inicialmente: Ferreiro, Ouro Fino, Anta e Capela, que atualmente pouco restam da sua existência; o Arraial de Sant'Anna, atual cidade de Goiás; e Arraial da Barra, onde é a confluência dos Rios Vermelho e Bugre. O Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis) dedicou-se à agropecuária e ao comércio antes do esgotamento do ouro, favorecida por ser o ponto de intercessão das estradas para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Vila Boa e Cuiabá (COELHO, 2010).

Coelho observa, nos relatos dos cronistas que passaram na primeira metade do século XIX, que a maioria da população estabelecia-se no meio rural. O médico Johann Baptist Emanuel Pohl comenta sua passagem pelo Arraial de Anta:

O lugar consiste numas duzentas casas, todas em péssimo estado. Em toda parte vê-se necessidade e miséria, e a povoação apresenta uma completa decadência. As casas, na maioria estão desabitadas. Os moradores abandonaram-nas e vivem em suas longínquas roças, onde cultivam milho e feijão (POHL, 1976, p. 175, *apud* COELHO, 2010, p. 32).

A cidade de Goiás, recorte desta pesquisa, foi fundada em 1727 pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, com o nome Arraial de Sant'Anna. Em 1739 foi elevada a situação de vila, chamando-se Vila Boa de Goiás, de onde surgiu o gentílico vilaboense. Destaca-se em 19 de setembro de 1740, a morte de Bartolomeu Bueno, com pouco mais de 70 anos, enterrado no Arraial da Barra onde viveu o final de sua vida, morreu “pobre, sem conforto, quase que sem amigos [...]” (PASSOS, 2018, p. 26). A partir de 1950, a Barra passa a se chamar Buenolândia, homenagem ao seu fundador (PASSOS, 2018).

Em 1937 a capital do estado é transferida de Goiás para a cidade de Goiânia. Esse período foi considerado por Gomide (1999) o segundo vazio da cidade de Goiás, sendo o primeiro, a diminuição do ciclo aurífero. Carneiro (2005, p. 17) traz o discurso de alguns políticos progressistas que “justificavam, também, que a Cidade de Goiás estava impossibilitada de crescer em função de sua posição geográfica, por isso, a necessidade de construir uma nova sede política para o Estado”. Pedro Ludovico Teixeira, interventor nomeado por Getúlio Vargas após a revolução de 1930, um dos

responsáveis pelo processo de transferência da capital, possuía como ideais uma cidade moderna e um ambiente urbano mais disciplinado e amplo, buscando mais produtividade. Para Gomide (1999),

A última década da Primeira República marcou o ambiente de tensões que desembocariam na chamada Revolução de 1930. Tentando romper com o privilégio dos produtores de café – considerado até então pelos governantes nacionais o setor economicamente forte do país –, a Revolução de 1930 mesclou setores heterogêneos, como: dissidentes rurais descontentes do Rio Grande do Sul; classe média emergente, ainda não reconhecida socialmente; tenentes desfavorecidos; setores industriais desprovidos de apoio político e econômico. Tendo sido o ápice das tensões entre os grupos rurais que disputavam a hegemonia econômica no Brasil e nas exportações, a revolução foi marcante por ter aberto as portas para outros setores econômicos. A revolução, que se deu muito mais no plano das grandes cidades, elegeu para o Governo Provisório, após luta entre os grupos opostos, o gaúcho Getúlio Vargas, representando as forças dissidentes e fortalecendo a presença dos militares no poder. A chamada Segunda República estaria se iniciando, marcando não o fim dos privilégios para o setor cafeeiro, mas abrindo as portas para os demais. (GOMIDE, 1999, p. 81).

Anteriormente a revolução de 1930, a família Caiado ganhava espaço na política estadual de Goiás. Em 1909 fundou-se o Partido Democrata, o qual foi comandado por Totó Caiado de 1912 a 1930. Durante esse período, os políticos do partido, nas esferas estadual e federal, eram geralmente ligados por parentesco. Se não faziam parte da família, compunham alianças onde inseriam-se no grupo politicamente hegemônico. Pedro Ludovico Teixeira era oposição aos Caiado, assim, a transferência da capital objetivava também romper os laços com o poder político dos Caiado (GOMIDE, 1999).

Carneiro (2005) relata como a mudança foi sentida pelos moradores da cidade de Goiás, que não conseguiram impedir a transferência da capital:

Nos vilaboense que não se mudaram para Goiânia restou o inconformismo, o sentimento de perda, o trauma causado pela forma como se deu o processo de mudança. Isso resultou em grandes dificuldades políticas, econômicas e sociais para os que permaneceram na cidade. Era como se tivessem perdido tudo, não só pelo fato de ser sede política, mas o poder, o status de capital, o comércio, a mudança de parentes e amigos. (CARNEIRO, 2005, p. 19).

Após a transferência da capital, a cidade de Goiás passou então a ser denominada, como ainda é muito conhecida por pessoas de outros estados, “Goiás Velho”. Carneiro (2005, p. 23) traz entrevistas onde é possível perceber a insatisfação da população com tal denominação, como a de Hercival de Castro: “Não concordo de

jeito nenhum com o Goiás Velho, o 'Velho' foi criado na época da mudança da capital, é pejorativo e para a Cidade de Goiás ficou somente o velho, o ultrapassado." Até os dias de hoje é possível, não raramente, encontrar moradores insatisfeitos com o nome Goiás Velho, atualmente a antiga capital do Estado é chamada de cidade de Goiás.

De acordo com Gomide (1999), a política getulista valorizava o interior do Brasil, simbolizando a riqueza cultural a ser explorada. Em 1937, legitimava-se o SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural do país. A política getulista em Goiás evidenciava-se pela mudança da capital, tentando erguer um novo tempo político e cultural, assim como a interiorização do povoamento em Goiás. Ao mesmo tempo, havia um ideal de mudança e modernidade, preocupando-se com a riqueza histórica nacional.

Segunda Carneiro (2005, p. 26), “inconscientemente, [...] os vilaboenses se apegam ao seu passado colonial, na valorização de seus monumentos, nas tradições, na ritualização do poder“. A partir daí, inicia-se, em 1950 pelo IPHAN, o tombamento da cidade de Goiás, com suas principais igrejas e o quartel. Em 1951, foi a vez da antiga Casa de Câmara, hoje conhecida como Museu das Bandeiras, além do Palácio Conde dos Arcos e do Chafariz de Cauda. Em 1978 foi tombado o centro histórico (CARNEIRO, 2005).

O Quadro 5 mostra a lista com os bens tombados pelo IPHAN no município de Goiás, contendo o nome do bem, o Livro do Tombo do IPHAN no qual o bem está inscrito e o ano do tombamento.

Quadro 5: Lista de bens tombados pelo IPHAN na cidade de Goiás.

INFORMAÇÕES SOBRE O BEM	DADOS DO TOMBAMENTO				
	Nome atribuído	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas
Igreja de Nossa Senhora da Abadia				abr-50	
Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte				abr-50	
Igreja de Nossa Senhora do Carmo				abr-50	
Igreja de Santa Bárbara				abr-50	
Igreja de São Francisco de Paula				abr-50	
Quartel do Batalhão de Infantaria, 20 - Casa do Antigo Quartel da II Companhia			jul-50		
Casa de Câmara e Cadeia				mai-51	
Largo do Chafariz: conjunto arquitetônico e urbanístico	set-78			mai-51	
Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua João Pessoa, antiga da Fundação	set-78			mai-51	
Imagem de Nossa Senhora do Rosário				abr-50	
Palácio Conde dos Arcos - Palácio dos Governadores, inclusive as armas de Portugal e dois bustos de pedra			mai-51	mai-51	
Goiás, GO: conjunto arquitetônico e urbanístico	set-78	set-78		set-78	

Fonte: Portal IPHAN, 2018, adaptado pelo autor. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018. Acesso em: 16 abr. 2021.

Em 2001, Goiás é reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade por seu conjunto histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico. Goiás preservou seu traçado original, suas construções coloniais, suas igrejas, becos e ruas, construídas nos séculos XIII e XIX. A cidade foi erguida as margens do Rio Vermelho, circundada pelos morros Dom Francisco, Cantagalo e pela Serra Dourada, possuindo uma beleza paisagística singular. Outro fato que contribuiu para esse reconhecimento, é ter sido o primeiro núcleo urbano a romper o Tratado de Tordesilhas, onde o Brasil era dividido em duas partes: o leste pertencia a Portugal e o oeste à Espanha.

A foto 20, abaixo, é a cidade de Goiás vista do mirante do Morro das Lajes, destacando o centro histórico e a Serra Dourada ao fundo. É possível identificar alguns patrimônios materiais pelos números na imagem: 1 – Igreja Nossa Senhora do Rosário; 2 – Igreja Nossa Senhora da Boa Morte; 3 – Igreja Matriz de Sant’Anna; 4 – Largo do Chafariz; 5 – Museu das Bandeiras (antiga Casa de Câmara e Cadeia); 6 – Igreja São Francisco de Paula.

A esquerda da foto, na parte inferior, o número 1 é a Igreja Nossa Senhora do Rosários dos Pretos, no Largo do Rosário, construída em 1734, no estilo clássico, para abrigar a irmandade em devoção à Nossa Senhora do Rosário dos Homens

Pretos. Demolida e reconstruída em 1930, sob o discurso da “chegada da modernidade”, no estilo neogótico, destoando de toda arquitetura da cidade.

Foto 20: Cidade de Goiás e a Serra Dourada ao fundo.



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Prado (2014), analisando a história da igreja, constata uma eliminação da memória das culturas afro descendentes de Goiás, “apagando assim qualquer traço da cultura negra que outrora existiu e se representou em determinados espaços de Vila Boa de Goiás” (2014, p. 178). O patrimônio de Goiás seria então determinado por complexas forças políticas, religiosas e sociais, as quais conseguem moldar o que é preservado no presente, conseguem conceber o patrimônio e a memória da cidade à sua visão. Prado (2014, p. 179) percebe as imagens de registros do passado como monumentos que reivindicam a memória e a identidade negra da região, resgatando a história da cidade e de seu povo. Abaixo, as imagens da antiga (Figura 7) e da atual (Foto 21) Igreja do Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Figura 7: Largo e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em dia de comemoração religiosa.



Fonte: Prado (2014), Arquivo de Elder Camargo de Passos.

Foto 21: Igreja do Rosário atual em estilo neogótico.



Fonte: Diego Mendonça, 2021.

Outro elemento cultural significativo para o Caminho de Cora Coralina e para a cidade de Goiás, é o Museu Casa de Cora Coralina, onde a poetisa viveu boa parte da sua vida. A casa velha da ponte, como escrita no título de uma das obras de Cora Coralina, foi retratada em algumas poesias da escritora, tornando-se um símbolo cultural de Goiás. No museu estão alguns itens utilizados pela poetisa como sua máquina de escrever, seu fogão a lenha com seus enormes tachos, onde ela fazia seus doces, algumas roupas, móveis, sua máquina de costura, entre muitas outras lembranças que nos leva a conhecer como viveu Cora Coralina.

Além do patrimônio material, a cidade de Goiás é reconhecida por outras manifestações culturais, como, por exemplo, a Procissão do Fogaréu, representação da Paixão de Cristo. Festa de aspecto paralitúrgico ocorrida durante a Semana Santa, atraindo um grande número de turistas e moradores (CARNEIRO, 2005). A meia-noite da quarta-feira da semana santa, as luzes do centro histórico são apagadas, inicia-se então um cortejo de 40 homens fantasiados de farricocos com tochas de fogo na mão, representando os soldados romanos. A procissão sai da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, segue em direção a Igreja do Rosário, onde há a primeira encenação, em seguida passa pela Igreja do Carmo e chega a Igreja São Francisco de Paula, onde há uma última encenação, retornando para o local de início.

De acordo com Passos (2018), tem-se notícia da realização da procissão desde 1745, introduzida pelo Padre Perestrello. Carneiro (2005), afirma que antes de 1967, sabe-se muito pouco como era a procissão. Passos (2018, p. 417), afirma que “em 1965, um grupo de jovens vilaboenses [...], criou a OVAT – Organização Vilaboense de Arte e Tradições, visando levantar, reorganizar e divulgar as manifestações culturais da cidade”, e a partir de 1966 a Procissão do Fogaréu foi reintroduzida festividades religiosas da Semana Santa.

Passos (2018), elucida:

Os farricocos ou Encapuzados vestem túnicas de várias cores, portando capuzes cônicos com acabamento em babado sobre os ombros, também da mesma cor, para efeito de beleza cênica. Na cintura, carregam faixas largas na cor bege, sendo que o encapuzado com vestes de cor branca usa faixa vermelha, diferenciando-se dos outros, pois será ele quem carregará o estandarte representando o Cristo, por ocasião de sua prisão. (PASSOS, 2018, p. 418).

Foto 22: Procissão do Fogaréu.



Fonte: Amanda Alves Borges, 2016. Disponível em:
<https://www.facebook.com/uegturismogoiias/photos/a.1537219336574170/1537222989907138>.
Acesso em: 20 abr. 2021.

São muitos os elementos históricos, culturais, naturais e arquitetônicos, da cidade de Goiás favoráveis ao turismo, complementando as atrações do CCC. Porém, há outros lugares relevantes do ponto de vista histórico, cultural e ambiental, no trecho do CCC no município de Goiás. O trecho de Goiás se inicia na travessia do Rio Uru, após o distrito de São Benedito. De lá, o próximo destino é o distrito de Calcilândia, o qual foi influenciado pela implantação do CCC. Antes, não havia pousadas e restaurantes no local, hoje já são 4 estabelecimentos atendendo os turistas do CCC.

Esse distrito inicialmente estava em outro local e se chamava Ouro Fino, um dos primeiros arraiais fundado por Bartolomeu Bueno em 1726. Localizado a 16 km da cidade de Goiás, foi um importante povoado durante o século XIII, na época do auge do ouro. Com a queda da produção do metal precioso, o distrito caiu no esquecimento e quase não restam vestígios de sua existência, a não ser pelas ruínas da Igreja Nossa Senhora do Pilar (Foto 23), e agora pelo totem instalado do CCC (Fotos 25). O local ficou eternizado na música de Tonico e Tinoco, Chico Mineiro. A música relata um peão de boiadeiro, Chico Mineiro, que levou um tiro durante um Festa do Divino que acontecia no Ouro Fino. No CCC, há 4 km das ruínas, tem uma cruz (Foto 24) referenciando onde o Chico Mineiro está enterrado.

Foto 23: Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Pilar, no Arraial de Ouro Fino.



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Foto 24: Cruz do Chico Mineiro



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Foto 25: Totem do CCC no Ouro Fino



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Seguindo o CCC, após o Ouro Fino, são 10 km até alcançar o antigo Arraial do Ferreiro, onde está localizada a Igreja de São João Batista do Ferreiro (Foto 26), construída em 1761 em taipa de pilão. A igreja é uma das únicas que ainda mantém o cemitério ao lado, foi restaurada pelo IPHAN em 2012, mantendo um bom estado de conservação.

Foto 26: Igreja São João Batista do Ferreiro



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

São 6 km da igreja no Arraial do Ferreiro até o Parque da Carioca, as margens do Rio Vermelho. A “carioca”, como chama os moradores de Goiás, possui restaurante, banheiros, dois grandes poços para banho, parquinho para crianças, campo de futebol. O local tornou-se parada obrigatória do CCC antes da chegada ao Museu Casa de Cora Coralina. No museu, como dito anteriormente, são expostos detalhes da vida de Cora, incluindo a carta que Carlos Drummond de Andrade escreveu a ela. Há no museu uma exposição virtual sobre a poetisa, com elementos audiovisuais como as poesias percorrendo a água da bica no quintal da casa. No enorme quintal à beira do Rio Vermelho, há muitas frutas que eram utilizadas nos

doces de Cora Coralina. A próxima seção, dedica-se ao envolvimento do autor com todo o processo de implantação do caminho, além das incursões pelo CCC.

3.2 A Envolvência com o Caminho de Cora Coralina: pedalando de Corumbá de Goiás a cidade de Goiás

Nesta seção será apresentado parte dos resultados do trabalho de campo realizado no CCC, além da participação do autor durante o processo de planejamento e implantação do caminho. Primeiro, como estagiário da Secretaria de Turismo da cidade de Goiás; depois como diretor da Associação do Caminho de Cora Coralina (ACCC); também como ciclista e caminhante que por diversas vezes percorreu todo caminho ou trechos; ademais, como guia de turismo, conduzindo turistas e visitantes ao longo do caminho; e como voluntário na manutenção das trilhas e da sinalização.

O interesse pelas Trilhas de Longo Curso, iniciou-se por acaso. Em 2011, este pesquisador, autor deste trabalho, participou de uma viagem de bicicleta pelo Brasil, o Projeto Pedalar É Preciso, 456 dias e mais de 10.000 km de bicicleta. A viagem ocorreu na companhia de um amigo. Iniciou em Goiânia, tendo como primeiro destino o Estado de Minas Gerais, percorrendo a Estrada Real, de Diamantina a Paraty. A partir da cidade litorânea do Estado do Rio de Janeiro até São Luís do Maranhão, de onde retornaram pelo interior do Estado do Maranhão, cruzando o Estado do Tocantins até chegar à Goiânia novamente.¹ Depois dessa viagem, retornaram a cidade de residência com algumas vontades novas, uma delas era estudar.

Tal percurso, desafiante e necessário na vida do autor desta pesquisa, o colocou em contato com muitas cidades turísticas, e logo quando chegava a um determinado local, imaginava como tudo ali tinha sido planejado, as placas, o trânsito, os atrativos, os guias turísticos, mapas turísticos, centros de atendimento ao turista, hospedagem, alimentação e, de certa forma, tudo que estava relacionado ao turismo. Após conversas com alguns estudantes universitários Brasil a fora, a decisão foi voltar à universidade e cursar uma graduação em Turismo.

¹ Existe um minidocumentário disponível no YouTube chamado: 456 dias: uma viagem de bicicleta pelo Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c8QSFtr6oFA>. Acesso em: 04 ago. 2021.

Como afirmado anteriormente, durante o Projeto Pedalar é Preciso, foi realizado todo o percurso da Estrada Real, a partir do norte de Minas Gerais, em Diamantina, seguindo pelo Caminho dos Diamantes, um dos trechos da Estrada Real, até Ouro Preto. Em seguida, pelo Caminho Velho, cruzando o Estado de São Paulo até Paraty, no Rio de Janeiro. A Estrada Real é um caminho turístico baseado na rota por onde escoava os minérios extraídos das cidades mineiras e onde, por diversas vezes, a coroa portuguesa havia trafegado.

Percorrendo a Estrada Real, em 2011, obtendo novos conhecimentos empíricos, dialogou-se naquele tempo sobre a possibilidade de elaborar um produto turístico nos moldes da Estrada Real em Goiás. Até aquele momento, não se havia ouvido falar de Caminho de Cora ou Trilhas de Longo Curso. Porém, tinha conhecimento breve sobre os caminhos antigos de Goiás. Em 2017, na disciplina de Estágio da graduação, este autor teve a oportunidade de trabalhar na secretaria de turismo da cidade de Goiás, e logo ao chegar na secretaria, aconteceu uma reunião com a Goiás Turismo sobre o Caminho de Cora Coralina, possibilitando a participação e integração ao projeto. Um desafio que veio de encontro com as conversas ocorridas durante a viagem do Projeto Pedalar É Preciso. E que em 2021 consolida-se com mais este desafio, a pesquisa de mestrado em Geografia.

Na reunião, em 2017, o pesquisador e um dos idealizadores do caminho, Bismarque Villa Real, apresentou um mapa (foto 25) com quase 4 metros contendo algumas marcações e o caminho traçado. As marcações referiam-se aos locais onde passaram as pessoas que percorreram Goiás no século XIX e deixaram algum relato. Auguste de Saint-Hilaire, Johann Baptist Emanuel Pohl, Raimundo José da Cunha Matos foram autores utilizados para saber por onde o antigo caminho passava. O Relatório Cruls, elaborado pela Comissão Exploradora do Planalto Central, conhecida como Missão Cruls, também foi utilizado.

Nesse contexto, percebeu-se que o projeto de um caminho turístico em Goiás estava avançado. A decisão deste pesquisador foi de aproximar do projeto e contribuir de uma forma mais direta e objetiva. A Goiás Turismo era responsável pela coordenação do projeto, havia o plano conceitual que descrevia detalhadamente o caminho e os locais por onde passava, os atrativos, a estrutura turística, as características de cada município: faltava então executar o projeto. Desta forma,

percebeu que o caminho ainda não havia sido percorrido na proposta da Goiás Turismo, havia somente um grupo de ciclistas de Brasília, Rebas do Cerrado, que tinha feito o caminho algumas vezes. Este pesquisador se dispôs então percorrer o caminho de bicicleta e fazer um diagnóstico do percurso.

Foto 27: Parte do mapa onde foi traçado o Caminho de Cora Coralina



Fonte: Diego Mendonça, 2017.

Em agosto de 2017, no último semestre da graduação, este pesquisador juntamente com dois amigos percorreram o traçado inicial do CCC com a proposta de dar uma devolutiva para a Goiás Turismo sobre a situação do caminho. Foram quatro dias pedalando 264 km, saindo de Corumbá de Goiás até a cidade de Goiás. Para seguir o caminho, utilizou-se o percurso de GPS disponível no aplicativo *Wikiloc*² do perfil do grupo de ciclistas de Brasília que haviam percorrido o caminho. De acordo com a Goiás Turismo, havia uma sinalização no caminho com placas, mas que não seria suficiente para indicar o caminho.

² Um site/aplicativo de celular, pode ser considerado um tipo de rede social, onde é possível salvar o trajeto dos caminhos ou trilhas percorridas, salvar e disponibilizar estes percursos para a comunidade do *Wikiloc*, possibilitando que outras pessoas consigam fazer uma trilha gravada por alguém que percorreu ou criou o trajeto.

Esta sinalização foi instalada em uma primeira tentativa de executar o projeto do CCC, em 2015, porém, naquele tempo o caminho ainda não estava consolidado como um produto turístico. Talvez por não haver sinalização suficiente para àqueles que percorrem o caminho ou por não ter tido tanta divulgação e mídia necessária para atrair turistas ou moradores. Na entrevista de Bismarque Villa Real foram relatos alguns problemas que não viabilizaram o projeto naquele momento. Um deles, deve-se ao fato de uma troca na gestão da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), responsável pelo projeto naquele período. O novo gestor não deu continuidade ao projeto.

As placas (fotos: 26, 27, 28, 29) apontavam a direção do caminho em um formato de triângulo, algumas tinham os nomes dos locais. Quando foi realizada a viagem, de certa forma, o primeiro trabalho de campo pelo CCC, era perceptível a inviabilidade de segui-lo utilizando as placas visto que muitas foram depredadas, outras tinham se apagado, algumas estavam bastante sujas, ou seja, faltavam informações. Algumas destas placas ainda estão pelo caminho, mas não são as principais referências de orientação para quem está seguindo. Atualmente o caminho utiliza a sinalização rústica para TLC, conforme o Manual de Sinalização de Trilhas (2018) do ICMBio.

Foto 28: Sinalização inicial do CCC.



Fonte: Diego Mendonça, 2017.

Foto 29: Placa indicando o limite sul do Geoparque dos Pirineus.



Fonte: Diego Mendonça, 2017.

Foto 30 e 31: Placas danificadas.



Fonte: Diego Mendonça, 2017.

Não havia estrutura de hospedagem e alimentação em alguns locais pelo caminho, desse modo, para o trabalho empírico da época, foi preciso levar todos os equipamentos necessários nas bicicletas, dentro dos alforjes³, como colchonete, roupas, barraca, equipamentos de cozinha e outros utensílios utilizados na viagem. No primeiro dia, foi percorrido o caminho de Corumbá a Pirenópolis, atravessando a Serra dos Pirineus com a pretensão de parar para dormir no distrito de Caxambu. No entanto, por um erro no caminho foi necessário pedalar a noite. Nessa viagem foi preciso carregar muito peso e a velocidade era lenta. Este pesquisador e os dois amigos dormiram numa área de pasto (Foto 32) de uma fazenda, sem saber ao certo o lugar que estavam pernoitando. Quando amanheceu, perceberam estar no pé da Serra de Caxambu, então encontraram o caminho e partiram para a travessia da serra.

Foto 32: Camping selvagem no pé da Serra de Caxambu.



Fonte: Diego Mendonça, 2017.

No segundo dia, passaram pelo distrito de Radiolândia e por São Francisco de Goiás, depois percorreram 10 km pela BR-153 até a cidade de Jaraguá. Logo que

³ Um tipo de bolsa ou mala presa no bagageiro da bicicleta em ambos os lados, podendo ser levada no bagageiro traseiro ou bagageiro dianteiro da bicicleta. É a mala do cicloturista, aquele que viaja de bicicleta, levando suas roupas, equipamentos de acampamento, utensílios de cozinha e qualquer item que for transportado por um cicloturista.

chegaram na rodovia, optaram por dormir em um posto de gasolina na BR-153 e pedalar pela rodovia de manhã. A BR-153 tem um alto fluxo de caminhões, tornando esse trecho complicado para ciclistas e caminhantes. No terceiro dia seguiram de Jaraguá até o distrito de São Benedito e decidiram por dormir a 5 km desse local, na ponte que passa sobre o Rio Uru (Foto 33), divisa dos municípios de Itaberaí e Goiás. Amarraram a barraca embaixo da ponte. O único incômodo, com pouca frequência, era o barulho causado pelos carros que passavam na ponte. No outro dia, pedalarão do Rio Uru até a cidade de Goiás.

Foto 33: Ponte do Rio Uru



Fonte: Diego Mendonça, 2017.

Após analisar a melhor forma de apresentar os resultados da viagem para a Goiás Turismo e para as prefeituras de Pirenópolis e Goiás, optou-se pela elaboração de uma matriz SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities* e *threats*, traduzido por forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças), uma ferramenta conhecida e utilizada

por planejadores do turismo. Melo (2011, p. 166) afirma que “essa ferramenta busca analisar os cenários e suas divisões são entendidas como ambiente interno (forças e fraquezas) e ambiente externo (oportunidades e ameaças)” e “pode ser utilizada em pesquisas acadêmicas como método para contribuir em pesquisas de campo ou ensaios, a fim de constituir fonte de consulta a partir dos resultados alcançados” (ibid., p. 166).

O objetivo da matriz SWOT é organizar um plano de ação a partir dos seus resultados, compreendendo a atual situação do objeto estudado, nesse caso o CCC, buscando minimizar os pontos negativos e ameaças, dando continuidade ou fortalecendo os pontos positivos e oportunidades. A matriz SWOT foi apresentada à Goiás Turismo servindo como aporte para as próximas ações que ocorreriam anterior a inauguração do caminho, em abril de 2018.

Quadro 6: Matriz SWOT do CCC.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem; - Interação com o Cerrado (frutas, rios, animais); - Potencial turístico; - Distância do percurso; - Hospitalidade pelo caminho; - Cidades históricas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalização; - Faltam equipamentos turísticos; - Falta de um roteiro planilhado; - Faltam postos de informações turísticas pelo caminho; - Muitas porteiras e colchetes;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento da economia local das comunidades existentes no caminho; - Disseminação e conservação do patrimônio goiano; - Capacitação e conscientização ambiental da comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Trecho na BR-153; - Não relacionamento do poder público com as comunidades locais; - Não incentivo ao turista estrangeiro; - Descaracterização do Cerrado;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A viagem realizada em 2017 foi de cunho técnico, pensando o caminho por um viés do desenvolvimento turístico da região. No trabalho de campo, em 2020, a

perspectiva foi científica, com foco nesta pesquisa, no sentido de compreender as substâncias do espaço investigado e dos territórios usados, como se dava a relação com o turismo, fenômeno capaz de influenciar aspectos econômicos, culturais e políticos dos locais onde é implantado, e o território, compreendido por meio de uma perspectiva integradora, envolvendo tais aspectos. Traz-se o seguinte questionamento: “Como a implantação do CCC influencia o território?” E, para responde-lo, apresenta-se, nesta sessão, o recorte espacial que envolve o trecho entre Calcilândia e a cidade de Goiás.

Em dezembro de 2018, anterior ao trabalho de campo realizado para a construção desta pesquisa de mestrado, houve uma reunião entre moradores, empresários, poder público, instituições de ensino e simpatizantes pela trilha, para criar a Associação do Caminho de Cora Coralina (ACCC). Diante disso, o autor desta pesquisa decide compor a chapa como Coordenador de Inovação, Parcerias e Pesquisas. A ACCC tem como objetivo o desenvolvimento da trilha de longo curso para pedestres e ciclistas denominada por Caminho de Cora Coralina e a promoção do turismo de natureza, aventura e cultural, interligando municípios do Estado de Goiás que compõem o traçado.

Assim, é fundamental ressaltar que este pesquisador iniciou os estudos no mestrado em Geografia, na Universidade Estadual de Goiás, em abril de 2019, e concomitantemente participou da ACCC, primeiro no cargo mencionado e, a partir de agosto de 2020, como Diretor de Administração e Finanças. Essa envolvimento possibilitou uma interação maior com o caminho em vários aspectos, ora como pesquisador, ora como voluntário, ora como diretor da associação.

Assim foi possível ensejar um olhar para além das vivências e experiências de percorrer o caminho como ciclista ou turista. Houve diversas idas ao longo do CCC, em diferentes trechos, mas em sua maioria entre Calcilândia e a cidade de Goiás, pois reside na cidade de Goiás, o que facilitou o acesso a esse trecho, além de ser o foco desta pesquisa.

Dessa forma, para a construção desta investigação, foi realizado um trabalho de campo entre os dias 1 e 5 de outubro de 2020, 5 dias pedalando de Corumbá de

Goiás à cidade de Goiás, percorrendo todo o CCC em seu trecho original.⁴ Foram 314,46 quilômetros, pedalando um total de 27 horas e 59 minutos, alcançando a altitude máxima de 1388 metros e a mínima de 538 metros. Estes dados apresentados foram gravados utilizando o GPS e o aplicativo *Wikiloc*.⁵ O trabalho de campo foi realizado de bicicleta, levando toda a bagagem em alforjes.

Considerando as implicações de uma pesquisa empírica que objetivou percorrer uma longa distância, optou-se que para ir da cidade de Goiás a Corumbá de Goiás seria necessário contratar um transporte de uma agência de turismo. Adaptou-se uma prancheta no guidão da bicicleta com uma caneta amarrada (Foto 34), para anotações pelo caminho, outra proposta da prancheta era fazer o roteiro detalhado do caminho. No guidão tinha outro GPS para fazer as marcações de distância, tempo, altitude, velocidade e temperatura. A água para beber foi em dois cantis acoplados na bicicleta.

Foto 34: A bicicleta preparada para viagem



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

⁴ É comum caminhantes e ciclistas não percorrem todo o caminho, fazendo diferentes trechos de acordo com a disponibilidade de tempo e preparo de cada um.

⁵ OS dados podem ser acessados no link - <https://www.wikiloc.com/mountain-biking-trails/caminho-de-coralina-caminho-oficial-05-10-2020-58041230>

No primeiro dia, a hospedagem foi em uma pousada em Corumbá de Goiás. Na cidade não havia muitas opções de restaurante, o jantar foi em uma banca de “espetinho” na rodovia federal que cruza a cidade, a BR-414. No outro dia, às 6 horas da manhã, o café da manhã foi em uma padaria próxima a pousada. O CCC, partindo de Corumbá de Goiás, inicia-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França, no local há um totem do CCC.

Há dois tipos de totens no caminho, um maior (foto 35), com duas placas contendo informações sobre o percurso, a sinalização e informações dos locais, estes estão localizados nas 8 cidades, no Pico dos Pirineus e nas ruínas do Arraial do Ouro Fino. E outro menor (foto 36), com somente 1 placa contendo informações do trecho, sinalização e algumas recomendações, os totens menores estão localizados nos 8 distritos e no Arraial do Ferreiro.

Foto 35: Totem maior, localizado nas ruínas do Arraial do Ouro Fino.



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Foto 36: Totem menor, localizado no distrito de Calcilândia.



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Uma parceria entre a ACCC, a Goiás Turismo e voluntários, mantém a sinalização rústica do caminho, conforme indicado no Manual de Sinalização de

Trilhas (2018) do ICMBio. De acordo com o ICMBio (2018), deve existir um padrão estético e cognitivo unificado de sinalização entre as trilhas nacionais, facilitando a leitura e o entendimento daqueles que percorrem a trilha, dando uma identidade à trilha e segurança ao usuário.

Assim, optou-se por uma pegada preta e amarela, cada trilha teria seu desenho próprio, mas seguindo o padrão da pegada. A ponta da pegada indica a direção a seguir, se estiver na vertical siga em frente, na horizontal a ponta da pegada indica se irá para esquerda ou direita. No CCC, o fundo amarelo e a pegada preta é o sentido de Corumbá de Goiás à cidade de Goiás, o fundo preto e a pegada amarela é o sentido contrário.

Figura 8: Pegadas da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso. A pegada do CCC está em destaque



Fonte: Grupo da Página do Facebook Rede Brasileira de Trilhas. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/223675771772265/>. Acesso: 27 abr. 2021.

Foto 37, 38, 39 e 40: Sinalização rústica CCC.



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

É inegável que manter a sinalização rústica demanda um trabalho contínuo, porque a maioria da sinalização está em árvores e troncos pelo caminho, assim sua manutenção se faz necessária com certa frequência. Na época das chuvas em Goiás, de outubro a abril, o desgaste da tinta é ainda maior. Guiar-se somente pela sinalização rústica requer bastante atenção, principalmente se está de bicicleta, pois a velocidade é um pouco maior, sendo mais fácil passar despercebido por alguma pedrada no caminho. Durante o trabalho de campo, houve dois momentos em que a sinalização não foi vista, porém o GPS sinalizou quando o caminho estava errado e não foram perdidos muitos quilômetros.

A sinalização do caminho foi apontada na matriz SWOT como um ponto fraco, sendo necessário buscar ações que minimizassem esse problema. Em dezembro de 2017, uma parceria entre a Goiás Turismo e o ICMBio realizou uma oficina de sinalização rústica na cidade de Goiás, buscando instruir os voluntários que sinalizariam o caminho. Entretanto, não há muitos voluntários disponíveis para sinalizar todo o caminho, alguns trechos ficam mais assistidos que outros.

Para sinalizar todo o caminho há gastos com tinta, transporte, alimentação, entre outros. No CCC, a sinalização ocorreu, e ocorre, com o apoio da Goiás Turismo, principalmente com tintas e transporte, e da ACCC e de voluntários, com a mão de obra. Essa sinalização é indispensável para o caminho se consolidar como uma trilha de longo curso. Durante o trabalho de campo, constatou-se que houve uma melhora significativa em relação a 2017, sendo possível seguir o caminho através da sinalização, com exceção de duas situações onde a sinalização não estava em local favorável para visualização, mas com auxílio do GPS foi possível evitar o erro na trilha.

Durante o trabalho de campo, observou-se que paisagem predominante no CCC é o cerrado, com destaque para sua biodiversidade, sua cultura, sua geologia, seus habitantes. Essa paisagem foi apontada com um dos pontos fortes do caminho. No aspecto natural, o cerrado se apresenta no CCC com suas três fisionomias vegetais – florestal, savânica e campestre – divididos em onze fitofisionomias:

Formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), savânicas (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (Campo Sujo-Campo Rupestre e Campo Limpo), muitos dos quais apresentam subtipos (RIBEIRO e WALTER, 1998, p. 104).

Essa divisão na prática nem sempre é muito clara, mas de acordo com Ribeiro e Walter (1998) é possível identificar as fitofisionomias primeiramente pela fisionomia (forma), além dos aspectos ambientais (fatores edáficos) e da composição florística. É preciso conhecer as plantas do cerrado para então compreender as diferentes formas do cerrado.

Tendo como base primeiramente os ensinamentos dos que nasceram e viveram interligados ao cerrado, no caso deste pesquisador os ensinamentos passados por tios, tias, avôs, vizinhos, que passam esse conhecimento de forma natural, comentando sobre as plantas que estão ao nosso redor. Pode-se afirmar que esses povos do cerrado são guardiões do conhecimento sobre plantas do cerrado. Atualmente é possível através de estudos científicos, vídeos e reportagens disponíveis na internet, conhecer as plantas e suas características, como o período de floração, a forma dos frutos, os tipos de folha, o tronco, entre outras características.

No caminho é possível ver toda diversidade florística do cerrado, de Corumbá de Goiás a Pirenópolis tem Mata Ciliar, Mata de Galeria, Cerradão, Cerrado típico, Campos e Veredas. A foto 39 é da Mata Ciliar do Rio das Almas, próximo ao centro de Pirenópolis, nesse trecho o caminho percorre 3 km na margem do rio. A foto 40 é no Parque dos Pirineus, o Morro do Cabeludo ao centro, mostrando o Cerrado Rupestre, com afloramentos rochosos, predominante na região. Próximo a base do morro é possível ver um Campo Limpo, ao lado está uma Vereda com seus Buritis (*Mauritia Flexuosa*). A foto 39 é de outubro de 2020 e a foto 40 de março de 2019, mostrando o contraste entre o período de chuva e o período da seca.

Foto 41: O CCC margeando o Rio das Almas em Pirenópolis.



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Foto 42: Morro do Cabeludo no Parque Estadual dos Pirineus.



Fonte: Diego Mendonça, 2019.

Em outubro há muitas frutas no cerrado, no trabalho de campo foi possível encontrar e degustar várias delas, especialmente o Cajuzinho-do-Cerrado (*Anacardium humile*), mas também mangaba (*Hancornia speciosa*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), pequi (*Caryocar brasiliense*), araticum-cagão (*Annona cacans*), murici (*Byrsonima crassifolia*), mama-cadela (*Brosimum gaudichaudii*)

Foto 43, 44 e 45: Cajuzinho-do-cerrado, mangaba e cagaita.



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Foto 46, 47 e 48: Murici, araticum-cagão e mama-cadela



Fonte: Diego Mendonça, 2020.

Diante dessa realidade cerradeira, os aspectos naturais e culturais do caminho, configura-se como um enorme potencial turístico. Desse modo, é essencial que os responsáveis pelo planejamento e a gestão da trilha consigam conciliar a atividade turística com a conservação desses elementos. Para que a trilha possa cumprir sua função de interligar as UCs presentes no CCC através de um corredor ecológico, são necessárias ações que consigam possibilitar essa conexão, como plantios de árvores, criação de outras UCs pelo caminho, educação ambiental e parcerias público-privada.

‘Outro aspecto relevante do caminho, percebido no trabalho de campo, é a hospitalidade dos moradores envolvidos com o CCC. No sopé da Serra de Caxambu está uma das propriedades rurais que o caminho atravessa. Antes do caminho, não havia nenhuma atividade turística disponível na propriedade, com a implantação do caminho os proprietários passaram a oferecer hospedagem e alimentação aos turistas, além de comercializar alguns produtos como queijo, doces, entre outros.

Ainda durante o trabalho de campo realizado, na terceira noite, em São Francisco de Goiás, um empreendimento criado junto ao surgimento do caminho, além de oferecer hospedagem, se destaca pela comida típica de Goiás, como a galinhada com frango caipira. Na noite do dia 3 de outubro, a hospedagem foi no distrito da Palestina, uma antiga escola que há muito tempo não funcionava, havia sido reformada por moradores do distrito no intuito de receber hóspedes do CCC, o lugar oferece também café da manhã, almoço e jantar.

Alguns empreendedores que têm surgido com o CCC, como os dois exemplos citados no parágrafo anterior, são moradores que buscam conseguir renda com o turismo. Incentivados pelo discurso do poder público sobre a possibilidade de geração de renda, tentam atender a demanda iminente do caminho. Entretanto, a estrutura oferecida não se mostra necessária para o fluxo turístico, possuindo um limitado número de leitos, bem como de banheiros, sendo insuficiente para atender muitos turistas ao mesmo tempo.

Desse modo, caberia ao Estado o papel de fomentar não somente a trilha em si, mas também os equipamentos turísticos voltados a atender os turistas, possibilitando e incentivando o surgimento de novos empreendimentos, buscando capacitar as pessoas que estão diretamente envolvidas na atividade. Esse papel caberia também a ACCC, onde estão associados diversos empresários e

trabalhadores do CCC. No município de Goiás surgiram alguns empresários juntamente ao caminho, alguns deles foram entrevistados e depoimentos serão relatados na próxima subseção.

A última noite do trabalho de campo foi no distrito de Calcilândia, em uma pousada originada em 2020, visando oferecer, entre outros serviços, hospedagem para os turistas do CCC. A alimentação em Calcilândia pode ser agendada com uma moradora que faz refeições para turistas e residentes. Não há restaurante em Calcilândia, existe somente um mercado de pequeno porte e não oferece refeições. De lá até a cidade de Goiás, são 36 km, 20 km até as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Pilar, no antigo Arraial de Ouro Fino, mais 10 km até a Igreja de São João Batista, no Arraial do Ferreiro, e mais 6 km até o Museu Casa de Cora Coralina.

Ao chegar ao Museu Casa de Cora Coralina, uma indagação se faz pertinente na compreensão da influência do caminho no território: Por que o nome Caminho de Cora Coralina? Teria Cora Coralina percorrido esse caminho? O nome do caminho acrescenta um valor simbólico à trilha, devido ao renome de Cora Coralina a nível nacional e internacional. Em outras trilhas de longo curso, tem-se nomes que fazem alusão às suas características, como a Trilha Transespinhaço, percorrendo a Serra do Espinhaço; o Caminho do Peabiru, antiga trilha indígena interligado o litoral ao continente; a Rota Darwin, no estado do Rio de Janeiro, por onde passou o naturalista Charles Darwin.

Nesse contexto, Almeida (2020) reflete sobre a apropriação do nome Cora Coralina pelo turismo, analisando “esta capacidade do turismo em transmutar os significados e, sua reinvenção de ressignificar os atrativos turísticos” (Ibid., p. 238). A autora questiona se Cora Coralina será lembrada pela trilha turística ou pela poetisa que sempre foi. Cora Coralina nasceu em 1889, na cidade de Goiás, se mudou para São Paulo em 1911, retorna a Goiás em 1956, onde vive até o fim de sua vida em 1985. Naquele tempo, possivelmente alguns trechos em que Cora percorreu era em estradas diferentes das atuais, estradas próximas aos caminhos antigos. No caminho há placas com trechos das poesias de Cora. Seriam essas possíveis justificativas para o nome?

Para Almeida (2020), a escolha do nome vem do marketing turístico, através da busca pelo desenvolvimento de atividades únicas e inesquecíveis, incentivando os

promotores e agentes do turismo a criarem marcas autênticas, que proporcionem confiança e emoção nos consumidores. A autora considera o nome fortemente apelativo, mas ressalta que os destinos rurais são privilegiados para se desenvolverem turisticamente através de experiências genuínas e inovadoras. Para a autora, se o CCC incentivasse o Turismo Literário, um tipo de turismo cultural que relaciona visitas a lugares descritos em livros, filmes, produções cinematográficas, poderia haver uma valorização maior de Cora Coralina enquanto poetisa, porém a proposta do caminho tem foco no turismo ecológico e de aventura.

Com o trabalho de campo foi possível fazer o levantamento das características do caminho, os aspectos naturais, culturais, econômicos, além das estatísticas reveladas pelo GPS. Percorrer todo o CCC trouxe uma percepção de como o turismo é capaz de gerar diferentes sentimentos subjetivos, inerentes a cada pessoa, de fato uma vivência bem peculiar.

3.3 Proposições para o Caminho de Cora: perspectivas e desafios

Ao se inserir no mundo da pesquisa, na busca de compreender as relações entre turismo e território, será posto nesta seção as perspectivas de atores participantes do processo de implantação do caminho e dos sujeitos que foram influenciados pelo fenômeno turístico. Ademais, os desafios para o CCC consolidar-se como um instrumento capaz de contribuir positivamente com os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais da região.

Devido a pandemia da Covid-19, onde é essencial o distanciamento social, as entrevistas ocorreram via Google Meet. Optou-se por essa técnica com o objetivo de preservar a saúde dos entrevistados e evitar a disseminação do vírus, assim o contato ocorreu por videoconferência. Buscou-se nas entrevistas perceber o envolvimento de cada um com o caminho.

Foram entrevistados diferentes atores do turismo: três moradores que abriram negócios relacionados à hospedagem e agência de turismo posteriormente a implantação do caminho, um da cidade de Goiás, outros dois de Calcilândia; dois membros do poder público envolvidos no projeto, o Diretor de Desenvolvimento,

Pesquisa Turística e Eventos da Goiás Turismo durante a implantação do caminho e a Coordenadora do Caminho de Cora Coralina na Goiás Turismo; o pesquisador responsável pela criação do traçado inicial do caminho e presidente da ACCC; e três turistas que percorreram o caminho, dois de bicicleta, oriundos de São Paulo que depois da viagem pelo CCC mudaram-se para a cidade de Goiás e um caminhante de Goiânia.

As entrevistas utilizaram um roteiro de perguntas semiestruturado, com diferentes abordagens de acordo com o papel de cada um em relação à trilha. Os entrevistados serão identificados através de uma sigla.

Quadro 7: Localização e denominação dos entrevistados

Identificação	Cidade	Sigla
Diretor de Desenvolvimento, Pesquisa Turística e Eventos da Goiás Turismo	Goiânia	JLB
Coordenadora do Caminho de Cora Coralina na Goiás Turismo	Goiânia	AA
Pesquisador do caminho e Presidente da ACCC	Zona Rural de Pirenópolis	BVR
Morador/empresário 1	Cidade de Goiás	JSC
Morador/empresário 2	Calcilândia	FA
Morador/empresário 3	Calcilândia	FC
Ciclista 1	Cidade de Goiás	TC
Ciclista 2	Cidade de Goiás	ECM
Caminhante 1	Goiânia	BT

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As perguntas estão agrupadas em três grupos, respectivamente: representantes da Goiás Turismo e ACCC, moradores/empresários e turistas. Será apresentado um quadro identificando o entrevistado por sua sigla, conforme o Quadro 9, e apresentando uma síntese das respostas de cada um, bem como frases significativas para a pesquisa.

GRUPO 1 - REPRESENTANTES DA GOIÁS TURISMO E ACCC

Quadro 8: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 1.

	1. Como foi sua participação na construção do Caminho de Cora Coralina?
JL	Em 2014, como gerente de Projetos, Produtos e Pesquisas Turísticas da Goiás Turismo, através do programa Experiências na Natureza, coordenou atividades de turismo de aventura nas UCs do Estado de Goiás, o projeto possibilitou a destinação de verbas para implantar o Caminho de Cora Coralina. Assim, o entrevistado coordenou na Goiás Turismo, entre 2014 e 2018, as ações de planejamento, implantação e gestão do CCC.
AA	No momento da criação era estagiária na Gerência de Projetos, Produtos e Pesquisas Turísticas da Goiás Turismo, contribuindo com todo o processo de implantação. No ano de 2021 tornou-se líder de área, voltada para ecoturismo e uso público dos parques estaduais, na Gerência de Estruturação e Produtos Turísticos, onde o Caminho de Cora Coralina é um dos projetos com destaque na gerência.
BVR	Foi o pesquisador responsável por encontrar o caminho mais próximo do percorrido pelos antigos viajantes, através dos relatos de Cunha Menezes, Saint Hilaire, Johann Emanuel Pohl, o Relatório da Missão Cruls, Oscar Leal, Coluna Prestes, e influenciado pelos estudos de Paulo Bertran, e incluir no roteiro alguns povoados, dentre eles alguns em plena decadência. Participou junto a Goiás Turismo da implantação do caminho, no primeiro momento com a instalação de placas de sinalização e depois no lançamento oficial do caminho em 2018. Em 2019, tornou-se presidente da Associação do Caminho de Cora Coralina, cargo que ocupou até março de 2021.

A questão 1 busca entender qual o papel de cada entrevistado no planejamento, gestão e implantação do CCC, possibilitando perceber como os entrevistados participaram na construção do caminho. Desse modo, verificou-se a proximidade dos entrevistados com o CCC e o poder de influência de cada um dentro do processo. Diferente de outras trilhas de longo curso no Brasil, que surgem de grupos e associações envolvidas com caminhada, montanhismo e ciclismo, o CCC surge de uma ação do poder público estadual e, como destaca JL, em parceria com instituições federais como o ICMBio e o MMA.

Quadro 9: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 2.

	2. Durante a criação do caminho, houve envolvimento dos moradores ao longo do trajeto?

JL	Houve reuniões com os povoados e proprietários rurais, destacando os distritos de Caxambu, Alvelândia, Palestina e no Arraial do Ferreiro. Vários moradores colaboraram com o traçado do caminho, especialmente nas propriedades por onde a trilha passa, e de um modo geral, empresários, moradores, voluntários contribuíram com a implantação do caminho. Com os moradores de locais onde o caminho passa próximo à sede da fazenda, foram muitos encontros para explicar sobre o CCC. Alguns moradores da zona rural que estão localizados no percurso do caminho, assinaram termo de passagem permitindo que a trilha passasse dentro de sua propriedade.
AA	Houve envolvimento dos moradores através de reuniões, oficinas e visitas nos proprietários ao longo do caminho.
BVR	O envolvimento com os moradores se deu através de conversas com alguns moradores, em especial os da zona rural que, em alguns casos, o acompanhavam por estradas vicinais e fazendas de interesse para o projeto. Houve diversos encontros para esclarecer para os moradores o que seria o CCC. A preocupação com o morador era de possibilitar a geração de renda para os que estavam localizados no percurso. Relatou que alguns moradores na zona rural interessaram-se em atender a possível demanda que surgiria e outros preferiram não se envolver mas não se contrapunham ao projeto.

Na questão 2, buscou-se entender se houve envolvimento dos moradores ao longo do caminho e como se deu essa envolvimento. Percebe-se que buscou-se dialogar com os moradores no sentido de informar sobre o caminho e as oportunidades econômicas que o CCC proporcionaria. A preocupação do poder público com os moradores se dá no sentido de gerar emprego e renda com o CCC. Com relação à observação sobre a preocupação do poder público, o que ocorreu foi um discurso para legitimar a existência do CCC.

Outros temas envolvendo os moradores como qualificação, por exemplo, não era objetivo do primeiro momento do caminho. Na visão de JL, conforme os moradores iam percebendo a movimentação de turistas, surgiria demandas dos moradores para o poder público. JL segue afirmando ser muito burocrático implementar ações de qualificação, fomento a investimento turísticos, entre outras, junto a implantação do caminho.

Quadro 10: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 3.

	3. Quais benefícios e impactos negativos o caminho trazem para os moradores?
JL	Há o benefício do conhecimento e valorização da história do Estado, como, por exemplo, a marcante narrativa sobre o Chico Mineiro, que originou a canção eternizada por Tonico e Tinoco, o CCC passa pelo túmulo onde está enterrado Chico Mineiro. Além disso, há uma integração regional entre os destinos por onde passa o Caminho, promovendo economicamente e socialmente a região. Leva um processo de fortalecimento turístico maior, distribuição de renda e ainda um ganho cultural para os moradores. Quanto aos aspectos negativos notou-se uma

	preocupação com a segurança das propriedades rurais diante da passagem de transeuntes e visitantes. No entanto, essa preocupação durante o tempo virou uma vantagem tendo em vista que os visitantes acabam sendo um "fiscal" das questões ambientais e de trânsito.
AA	Houve benefícios no sentido de oportunizar a geração de renda para os moradores, através de serviços como alimentação e hospedagem. Outro benefício pontuado foi o sentimento de pertencimento gerado na comunidade, através do conhecimento da própria história de cada povoado, através da história de seu Estado. O morador também sente-se valorizado ao perceber os turistas passando por sua comunidade. Como ponto negativo é destacado que a passagem de turistas pelo caminho, gera um insegurança aos residentes.
BVR	Um benefício importante do caminho é a dinamização da economia, beneficiando proprietários rurais e principalmente povoados, exemplificando as iniciativas ocorridas em Caxambu, Radiolândia, Palestina e São Benedito, onde surgiram empreendedores junto com a implantação do caminho.

Na questão 3 os entrevistados comentam sobre impactos positivos e negativos gerados nos moradores. A geração de emprego e renda está presente nos depoimentos dos sujeitos investigados, além da possibilidade de ocasionar um sentimento de pertencimento dos moradores em relação ao seu lugar, através do conhecimento de sua história e do reconhecimento do local pelo olhar do turista. Como impactos negativos foram destacados a insegurança que a movimentação de pessoas pode gerar nos moradores.

Quadro 11: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 4.

	4. Quais medidas foram tomadas pra mitigar os impactos negativos causados nas comunidades?
JL	Foram feitas reuniões e rodas de conversas com moradores quanto a necessidade de melhoria e oportunidades, no entanto, na época pela carência de tempo, essas ações foram pontuais, e usou-se a estratégia de primeiro incluir e levar o movimento para o caminho para que houvesse e levantamento de necessidades quanto a demanda, para posteriormente acionar parceiros para levar capacitações aos colaboradores.
AA	Há uma relação com a polícia ambiental e rural, incluindo os bombeiros, para que haja uma certa atenção com as situações que possam ocorrer no caminho. Há medidas no sentido de melhorar a disponibilidade de rede de celular pelo caminho, contemplando assim os moradores. Busca-se também conscientizar o turista sobre a realidade de cada local, como fechar porteiros, evitar barulhos.
BVR	Com relação aos impactos negativos, as ações se deram em buscar uma aproximação com os moradores no sentido de fazer os moradores compreenderem o que era o CCC, além de uma conscientização sobre a possibilidade de gerar renda através do caminho.

Na questão 4 foram abordadas medidas que buscassem minimizar os impactos negativos que poderiam ser causados aos moradores. Há uma preocupação em fazer o morador compreender o que é o CCC e as TLC, possibilitando o entendimento de oportunidades que possam surgir com a passagem de turistas. Foram relatadas ações no sentido de melhorar a infraestrutura, especialmente de comunicação, prover mais segurança através de uma maior presença de órgãos estaduais de segurança, além de conscientizar os turistas a minimizar impactos de sua presença no caminho.

Quadro 12: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 5.

	5. Quais medidas foram tomadas pela Goiás Turismo para preparar os possíveis empreendedores que possam aparecer com o Caminho de Cora Coralina?
JL	Houve uma atenção direta com os primeiros pontos de apoio e colaboradores que tinham interesse em se conectar ao caminho como pontos de apoio, passando dicas e informações quanto as necessidades de caminhantes e ciclistas para essas pessoas.
AA	Houve um evento, da Goiás Turismo com a Secretária de Indústria e Comércio, chamado Caravana do Empreendedor, visitando as cidades do caminho, mas com um número maior de atividades nas cidades de Pirenópolis, Jaraguá e Goiás, com oficinas para os empreendedores, de marketing digital, aspectos financeiros, entre outras questões. Há também linhas de crédito especial para àqueles que buscam empreender no CCC. Existe uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para oferecer consultoria empresarial aos empreendedores.
	5. Quais medidas são tomadas pela Associação do Caminho de Cora Coralina para preparar os possíveis empreendedores que possam aparecer com o Caminho de Cora Coralina?
BVR	Foi feito contato com os possíveis empresários a fim de identificar aqueles que haviam vontade de empreender algo e outros que ofereciam serviços e poderiam ser parceiros. Fez-se visitas pontuais em algumas pessoas interessadas, buscando apresentar sugestões acerca de como estruturar o empreendimento para receber os turistas.

A questão 5, busca mostrar como foi o apoio por parte da Goiás Turismo e da ACCC aos moradores, que poderiam se interessar em se tornar empresários, e aos empresários existentes que trabalhariam com a trilha. A Goiás Turismo realizou um evento no intuito de oferecer oficinas com temas variados para esses empreendedores, além de parcerias com instituições voltadas para o pequeno e microempresário, como o SEBRAE, para consultorias empresariais e apoios técnicos.

Quadro 13: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 6.

	6. Qual o papel da Goiás Turismo na gestão da trilha?
--	--

JL	Durante a implantação do caminho, a Goiás Turismo foi responsável por executar o projeto, indo a campo, por exemplo, para conversar com moradores, sinalizar o traçado, perceber a melhor paisagem, escolher os locais onde seriam instaladas as placas de poesia, entre outras ações.
AA	A Goiás Turismo foi responsável por toda implantação do CCC. Atualmente a Goiás Turismo se coloca como articulador entre o Estado, as prefeituras, outros órgãos do Estado e a ACCC, prover condições para que haja essa articulação. O papel de gestão está na alçada da ACCC. A Goiás Turismo tem como papel também divulgar o CCC em feiras turísticas nacionais e internacionais.
	6. Qual o papel da Associação do Caminho de Cora Coralina na gestão da trilha?
BVR	Prioritariamente, atender a demanda dos associados a fim de compreender a realidade dos variados aspectos do caminho. Ser um interlocutor entre os empresários dos diferentes municípios do caminho, buscando uma melhor interação entre eles e um melhor alinhamento dos serviços prestados e produtos oferecidos. É papel da ACCC interagir com os residentes com o intuito de divulgar o caminho e as oportunidades

Na questão 6, busca-se entender o papel da Goiás Turismo e da ACCC na gestão do CCC. Para os entrevistados da Goiás Turismo, a agência estadual teve um papel relevante na implantação do caminho, sendo executora do projeto, realizando diversas ações necessárias a abertura do caminho e a passagem de turistas, como a sinalização, a criação de um guia turístico, a divulgação do caminho, entre outras. Ressalta-se que a Goiás Turismo deva ser uma articuladora entre os diferentes atores do turismo, servindo com uma interlocutora das demandas de cada grupo com instituições públicas e privadas. A ACCC busca atender primeiramente os associados, sendo um interlocutor entre moradores e empresários ao longo do caminho.

Quadro 14: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 7.

	7. O que falta para o caminho se consolidar como produto turístico no Estado de Goiás?
JL	Considera que o CCC está em sua fase inicial (2018-2021), sendo parte do processo a evolução do caminho. É necessário uma melhor governança no CCC, mais autônoma mas sem desconsiderar o poder público, envolvendo todos os atores participantes do turismo. Necessita um investimento público do Estado e prefeituras em relação a infraestrutura e promoção do caminho, buscando melhoras nos aspectos sociais e econômicos dos moradores. Tentar envolver os municípios, compreendendo as necessidades de cada um, gerando renda e sentimento de pertencimento. É necessário um monitoramento constante afim de gerar informações que possibilitem minimizar os aspectos negativos e entender a demanda turística.

AA	O CCC está consolidado, com muitas pessoas percorrendo o caminho. Considera a trilha um organismo orgânico, por isso sempre há o que fazer. Destaca que falta então buscar um melhor alinhamento entre ACCC, municípios, órgãos estaduais, moradores, para assim conseguir atender as expectativas tanto dos moradores quanto dos turistas.
BVR	É necessário fazer oficinas com as comunidades, possibilitando o surgimento de novos empreendedores no caminho e uma maior comunicação com elas. Qualificar os que fazem o receptivo no caminho, criando uma forma de identificar os empresários do caminho, através de uma camiseta ou algo do tipo. Visitar as propriedades com os voluntários para conhecer melhor os moradores, buscar uma aproximação no intuito de fazer um diagnóstico das potencialidades de cada propriedade, integrando moradores e voluntários no caminho. Envolver os guias de turismo dos municípios. É necessário a ACCC criar boletins informativos mensal ou bimensal, a fim de divulgar histórias do caminho, atrativos naturais, locais de interesse turístico, ações da ACCC.

A questão 7 busca compreender o que falta para o caminho se consolidar como um produto turístico no Estado. Para JL, é necessário que o CCC seja administrado “de baixo pra cima”, onde os moradores e empresários sejam protagonista das ações sem que o poder público seja desconsiderado de todo o processo decisório. Considera que há necessidade de investimentos públicos em infraestrutura e promoção do caminho.

Para AA, o caminho está consolidado baseando nos números de pessoas que o percorrem, faltando apenas um alinhamento na governança do caminho entre os diferentes atores. BVR, ressalta a importância de oficinas que busquem qualificar os empresários, ressalta a relevância do contato com os moradores e a integração entre estes e os voluntários, bem como os guias de turismo, pontua também a necessidade de uma maior divulgação das informações do caminho por parte da ACCC.

Quadro 15: Síntese das respostas dos entrevistados do primeiro grupo para a questão 8.

	8. Até o presente momento, qual sua avaliação do Caminho de Cora Coralina?
JL	Excelente, porém a pandemia do COVID-19 desacelerou a demanda do caminho, propiciando, por outro lado, um melhor entendimento da capacidade de carga do caminho e mais tempo para estruturar a trilha de um modo geral, especialmente nos aspectos de infraestrutura e envolvimento dos moradores. Falta ainda contemplar a demanda internacional, que vem aumentando nos últimos anos em Goiás com foco no turismo de natureza.
AA	Considera o CCC como muito positivo para as comunidades, impulsionando e gerando renda para os moradores. Propicia uma valorização e divulgação dos aspectos culturais, gastronômicos e naturais do Estado de Goiás.

BVR	Considera o projeto vitorioso, pois apesar de todas dificuldades encontradas na implantação, o caminho está sendo percorrido cada vez por um número maior de turistas. Um roteiro de sucesso, percebido através da repercussão nacional.
-----	--

A questão 8 objetiva apresentar uma avaliação do CCC por cada entrevistado. Os três entrevistados consideram o caminho como positivo, destacando a geração de emprego e renda para as comunidades, bem como a movimentação de turistas. Ademais, propicia a valorização daqueles que estão ao longo do caminho, divulgando os locais juntamente a sua história. JL aponta que deveria surgir então uma atenção com a demanda internacional potencial para o caminho, visão corroborada pelo quadro 3 apresentado anteriormente (p. 21).

GRUPO 2 - MORADORES/EMPRESÁRIOS

Quadro 16: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 1.

	1. Durante a criação do caminho, houve envolvimento com os moradores ao longo do trajeto?
JSC	Foi estagiário na Secretaria de Turismo da cidade de Goiás, onde teve contato com o projeto. Participou como apoio da Goiás Turismo na expedição de lançamento do caminho. Foi voluntário durante a sinalização da trilha. Considera que houve num primeiro momento um envolvimento entre a Goiás Turismo e alguns moradores ao longo do trajeto. Participou em uma dessas reuniões que ocorreu no Arraial do Ferreiro. Ressalta que o contato com os moradores atualmente é realizado pela ACCC.
FA	Não houve envolvimento com os moradores de um modo geral. O que houve foi um contato por intermédio da secretaria de Turismo do município de Goiás para incentivar empreendedores para participar do CCC. Era informado que o retorno proporcionado pelo CCC seria de médio a longo prazo.
FC	Não participou diretamente do período inicial do caminho. Houve uma reunião entre a prefeitura de Goiás e comunidade de Calcilândia.

A questão 1 buscou saber se houve envolvimento dos moradores com o CCC. JSC participou ativamente o processo de implantação, ora como estagiário da Secretaria de Turismo da cidade de Goiás, ora como voluntário. Desse modo, compreende que no momento anterior da implantação não eram todos moradores que tiveram um contato com o projeto, apenas àqueles que de algum modo estavam envolvidos com o turismo, na esfera pública ou privada.

Quadro 17: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 2.

	2. Quais benefícios e impactos negativos o caminho pode trazer para os moradores?
JSC	O benefício se resume a geração de renda para aqueles que se envolvem diretamente com o caminho, e conseguem oferecer produtos e serviços. Um impacto negativo apontado foi o fato de ter turistas, pessoas diferentes, caminhando pelos povoados e propriedades rurais, acontece dos turistas não estarem familiarizado com o modo de vida rural, podendo ter atitudes que podem não ser bem vista pelos moradores, influenciando inclusive na privacidade daqueles moradores por onde a trilha passa.
FA	Benefícios para os moradores de modo geral não, os benefícios foram somente para os que estavam envolvidos com o caminho. Não trouxe impactos negativos.
FC	Como ponto positivo é a divulgação do distrito de Calcilândia, antes do CCC poucos conheciam o local. Não havia movimentação de turistas antes do CCC. Não percebe ainda pontos negativos trazidos pelo CCC.

Na questão 2 foi possível perceber os impactos sentidos pelos moradores entrevistados. FC destaca a divulgação do distrito, fazendo Calcilândia ser conhecida em outros locais. JSC e FA consideram que houve benefícios somente para os que empreenderam e conseguiram gerar alguma renda com o caminho, não houve uma percepção de outros benefícios gerados. Os impactos negativos apontados foram em relação a movimentação de turistas ao longo da trilha, podendo ser um fator passível de criar um desconforto para os moradores, em especial para àquelas propriedades por onde o caminho passa.

Quadro 18: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 3.

	3. O seu empreendimento surgiu com o Caminho de Cora Coralina?
JSC	Sim. Todo o envolvimento com o CCC, a graduação em Turismo e o curso técnico de Guia de Turismo, proporcionou a criação de uma agência de turismo. Realizou a primeira expedição em março de 2019 com um grupo de cinco ciclistas de São Paulo.
FA	Sim. Possui outro empreendimento relacionado a venda de doce de leite, o oferecimento de serviços de alimentação e hospedagem foi só com a implantação do caminho.
FC	Não, pensou em criar a pousada para alugar para famílias aos fins de semana. Viu a oportunidade de atender os turistas e apoiar o caminho, passando a receber um fluxo considerável oriundo dos peregrinos que percorrem o caminho.

Na questão 3 é questionado se o empreendimento surgiu junto ao CCC. Os entrevistados relataram que seus empreendimentos surgiram com o caminho, exceto FC. Percebe-se que a trilha possibilita a criação de diferentes atividades econômicas do turismo, como alimentação, hospedagem, transporte, agência de turismo, guia de turismo, entre outras. A implantação da TLC possibilita que os moradores consigam se beneficiar economicamente do fenômeno turístico, sendo necessário que haja um preparo e um apoio a esse morador que busca empreender.

Quadro 19: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 4.

	4. Quais medidas foram tomadas pelo poder público para preparar os possíveis empreendedores que poderiam aparecer com o CCC?
JSC	O suporte que os empresários têm veio através da criação da ACCC, os associados são orientados pela diretoria executiva da ACCC, no sentido de melhorar os serviços prestados e as informações sobre o caminho. A Goiás Turismo realizou oficinas com a Caravana do Empreendedor mas não houve uma boa adesão por parte dos empresários.
FA	Não houve ação nenhuma do poder público, o que houve no momento inicial do caminho foi um apoio moral para os que buscavam empreender.
FC	Não viu uma ação concreta por parte do poder público, exceto o fato do caminho agora integrar a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso. Percebe ações por parte da ACCC no sentido de sinalização e manutenção da trilha.

Outra fonte de conhecimento, a questão 4, mostra as ações executadas por parte do poder público para apoiar os empresários do caminho. JSC, morador da cidade de Goiás, comenta sobre a oficina que ocorreu no evento Caravana do Empreendedor, mas relata uma baixa participação no evento. FA, morador do distrito de Calcilândia, não soube de ações voltadas a capacitação ou apoio ao empresário do distrito, relatando apenas um “apoio moral” no incentivo para o morador empreender no CCC.

Quadro 20: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 5.

	5. Como você avalia o impacto financeiro do caminho no seu empreendimento?
JSC	O retorno financeiro do CCC é bom mas não é constante, em média há duas expedições por semestre no caminho, além de alguns serviços de transporte para turistas entre as cidades do caminho e as capitais Goiânia e Brasília.
FA	Foi razoável, não foi pouco mas não foi muito. Existia uma expectativa que o caminho fosse bastante frequentado principalmente a médio prazo. Quando estava sendo sentido uma melhora no movimento, veio a pandemia do COVID-19.

FC	Estava sendo positivo, com a pandemia o fluxo diminuiu bastante.
----	--

Quadro 21: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 6.

	6. É possível que seu empreendimento se mantenha financeiramente somente com o retorno ocasionado pelo Caminho de Cora Coralina?
JSC	Não, por ser uma trilha recente, a demanda do CCC ainda não gera renda suficiente para sustentar a agência.
FA	Sim, tinha certeza que a médio e longo prazo, com o aumento do fluxo do número de turistas, no mínimo, sustentaria o negócio
FC	Fora da pandemia, acredita que consiga manter o empreendimento somente como fluxo do caminho, surpreendeu-se com a demanda existente.

As questões 5 e 6 possuem relação. Os entrevistados relatam qual o impacto financeiro do caminho para o negócio e se é possível ser mantido economicamente somente com a demanda turística do CCC. Há um retorno financeiro gerado pelos serviços prestados, porém para JSC e FA não é suficiente para que o empresário consiga se manter apenas com a renda gerada pelo CCC. FC pontua a possibilidade de manter seu empreendimento somente com o fluxo gerado pela trilha. Na visão dos entrevistados, um dos motivos pelo retorno financeiro estar abaixo da expectativa inicial é o caminho ser um produto recente, vislumbrando possibilidade de maior retorno a médio e longo prazo.

Quadro 22: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 7.

	7. O que falta para o CCC se consolidar como produto turístico no Estado de Goiás?
JSC	Está consolidado, principalmente entre as Trilhas de Longo Curso do país, com um número significativo de turistas percorrendo o caminho. Falta ainda uma melhor divulgação do caminho, além de buscar manter a trilha sinalizada e manejada.
FA	Enquanto estrutura de hospedagem está bom, há uma necessidade maior na divulgação do caminho tanto a nível estadual, nacional e internacional. Os turistas que passavam na pousada, conheciam bastante sobre outras trilhas existentes mas não possuíam muitas informações sobre o CCC.
FC	Falta mais pontos de apoio para os turistas que percorrem o caminho. Os turistas por vezes reclamam da falta de pontos de água e do desgaste do percurso. Poderia haver mais empreendimentos no caminho com boa estrutura. Falta divulgação.

A questão 7 busca entender na visão dos moradores/empresários se o CCC é um produto turístico consolidado. Os entrevistados consideram que o caminho está consolidado, contudo há uma necessidade de ações em alguns aspectos. É necessária maior divulgação do caminho, além de uma melhora na sinalização e manejo da trilha. Percebe-se no relato de FA que os turistas que percorrem o caminho o fazem sem muitas informações sobre como será o trajeto, qual sua história, infraestrutura, entre outras. FC considera que falta pontos de apoio para os turistas.

Quadro 23: Síntese das respostas dos entrevistados do segundo grupo para a questão 8.

	8. Até o presente momento, qual sua avaliação do Caminho de Cora Coralina?
JSC	Uma avaliação positiva, porém é necessário que o caminho seja descrito não só por sua beleza e atrativos mas também por outros lados. O CCC é uma trilha considerada difícil, necessitando um preparo para quem vai realiza-lo, caminha ou pedalando, é preciso divulgar as dificuldades do caminho para assim preparar melhor o turista que vai percorrê-lo.
FA	Uma avaliação maravilhosa, foi uma experiência única de vida lidar com turistas, é ótimo a convivência com eles, sendo um aprendizado para quem trabalha com o CCC. Acredita que a ACCC fortalecida vai impulsionar o fluxo na trilha no pós-pandemia. Cada turista que passa na pousada, é uma experiência nova, existe portanto o retorno financeiro mas há também o retorno social da convivência com os turistas.
FC	Está sendo positivo o crescimento do caminho, não há o que reclamar desse crescimento. Tornou-se uma divulgadora do caminho para àqueles que não conhecem o caminho.

Para cumprir os objetivos da pesquisa, na questão 8, os entrevistados avaliaram o CCC, fazendo uma avaliação positiva. FA relata como a convivência com os turistas proporcionam diferentes experiências, o que acaba agregando valor para os empreendedores que recebem e prestam serviços para os turistas. JSC considera ser necessário ter mais informações sobre o caminho, viabilizando aos turistas conhecimento acerca das dificuldades presentes na trilha que será percorrida. FC considera positivo o CCC, não vendo pontos negativos.

GRUPO 3 - TURISTAS

Quadro 24: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 1.

	1. Quais trechos do Caminho de Cora Coralina você percorreu?
EM	Fez o caminho completo uma vez pedalando com mais uma pessoa. Percorreu de bicicleta o trecho entre Corumbá e Pirenópolis em outro momento, e o trecho entre Calcilândia e Goiás algumas vezes.
TC	Acompanhado da parceira, saiu de Goiânia e seguiu sentido Anápolis, depois para Abadiânia, de lá seguiu para Corumbá de Goiás onde iniciou o caminho. Fez o CCC em 9 dias.
BT	Fez o caminho completo caminhando. Foram 14 dias pelo CCC, junto a mais um homem e duas mulheres, vindos de São Paulo e Rio Grande do Sul

A questão 1 busca saber como os turistas percorreram o caminho, de bicicleta ou caminhando, em quantos dias e na companhia de quantas pessoas. Os ciclistas dispuseram de uma quantidade de dias que possibilitaram desfrutar o caminho com mais flexibilidade no roteiro. Para o caminhante, 14 dias torna o percurso difícil, com pouco tempo para descansos, sendo necessário um preparo físico para fazê-lo.

Quadro 25: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 2.

	2. Qual foi sua motivação para percorrer o Caminho de Cora Coralina?
EM	Há tempos interessa-se por caminhos de cicloturismo, ouvia falar muito dos caminhos do sul e sudeste, percorreu partes da Estrada Real em Minas. Por ser goiana, principalmente, optou pelo CCC, além de buscar uma trilha nova, diferente dos caminhos renomados como, por exemplo, o Caminho da Fé. Quando fez o caminho completo residia em São Paulo (SP), escolher o CCC buscava conhecer ainda mais a história do seu estado natal.
TC	Conhecia a Estrada Real, o Caminho de Santiago de Compostela o Circuito Vale Europeu, teve oportunidade de viajar de bicicleta e optou pelo CCC. Outro motivador foi a distância de 300 km, possibilitando realizar o caminho num período mais curto.
BT	Gosta muito de desafios, a distância do caminho para quem faz caminhando necessita uma superação de si mesmo. É de Goiânia, viaja bastante e quando percebeu que havia estrutura no CCC optou por percorre-lo, viu a possibilidade de viajar por seu estado.

Na questão 2 os entrevistados relataram sobre suas motivações na escolha do CCC. Para EM e BT, o fato do caminho ser no estado natal, contribui para a escolha, favorecendo a visão de um público regional, de locais próximos ao caminho, que

possuem ligação com a história da trilha. TC viu a distância como um fator favorável para realizar o percurso, visto que devido ao seu trabalho não teria muitos dias disponíveis.

Quadro 26: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 3.

	3. Houve envolvimento com os moradores ao longo do trajeto?
EM	Houve. Considera o povo goiano bastante acolhedor. Em alguns locais, como em Calcilândia, ficaram mais dias para descansar e conhecer as pessoas. As pessoas queriam que ficasse, oferecendo lanche, almoço, pouso. Os convites eram aceitos e por vezes foi necessário modificar o roteiro.
TC	Houve uma relação bastante acolhedora, incluindo um almoço na casa de um morador, além de outros encontros com os moradores que ofereciam algum produto ou serviço
BT	O envolvimento se deu com as pessoas que trabalhavam diretamente com o CCC. É um caminho cansativo, o corpo necessita de descanso para seguir no outro dia, talvez por isso não houve envolvimento com outras pessoas.

Na questão 3 os entrevistados relatam o envolvimento com os moradores do percurso. Há o envolvimento profissional entre turista e fornecedor, mas existe o envolvimento casual, como no caso do almoço de TC. Aqueles moradores que trabalham diretamente com o caminho são os que mais se integram aos turistas e, pelos relatos, se mostram acolhedores e atenciosos com os visitantes. BT crê que a dificuldade do caminho para quem percorre a pé compromete esse envolvimento, destacando o contato com os moradores que de alguma forma trabalham com o CCC.

Quadro 27: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 4.

	4. Quais pontos negativos e positivos você destaca no Caminho de Cora Coralina?
EM	Considera como ponto positivo principal o acolhimento dos moradores e a culinária local. Se sentiu segura enquanto pedalava próximo aos carros, sentido respeitada enquanto ciclista. Em relação a trilha em si, formada em sua maioria por estradas vicinais de terra, pontuou como positivo, por sentir-se segura pedalando, inclusive de assalto; e negativo, pois isso torna o trajeto mais difícil. Outro ponto negativo é a infraestrutura em relação a locais para saque de dinheiro, assim como estabelecimentos que aceitassem cartão. Poderia haver mais opções de hospedagens ao longo do caminho. As cercas no caminho não são boas para ciclistas que carregam alforjes.
TC	Ponto positivo o contato com a natureza, as paisagens, o acolhimento dos moradores. Pontuou como negativo os poucos estabelecimentos que aceitam outras formas de pagamento que não só dinheiro.

BT	Ponto positivo é a forma de tratamento dos moradores, apresentam muito entusiasmo com o caminho. Hospedou-se em 11 locais diferentes, sentiu esse sentimento acolhedor em todos os locais, além de elogiar a culinária e a hospedagem em 10 locais. Outro ponto positivo é a sensação de segurança ao percorrer o caminho, mesmo com equipamentos de alto valor não há a impressão que acontecerá um roubo ou algo do tipo. Os atrativos do caminho são positivos, como o Salto de Corumbá, a Serra dos Pirineus, a estrada de ferro próximo a Jaraguá. Ponto negativo é que alguns locais necessitam de uma maior manutenção, roçagem na trilha em cerca de 10 km do caminho e melhorias na sinalização em cerca de 80 km. A trilha próximo a cruz do Chico Mineiro é um ponto dificultoso pela quantidade de cercas na trilha. Considerou, em partes, como ponto negativo o excesso de atenção dos moradores, em relação a querer conversar e mostrar os atrativos do local para os turistas. Os caminhantes que levam peso, ficam cansados e necessitam de descansar, sendo preciso que os moradores percebam a necessidade do descanso do caminhante. Sugere que os estabelecimentos se adaptem a necessidade dos visitantes, como servir o café mais cedo, no horário que muitos saem para caminhar.
----	---

A questão 4 traz os pontos positivos e negativos considerados por cada entrevistado. Os entrevistados pontuam o acolhimento dos moradores como algo positivo, bem como a questão de se sentir seguro ao percorrer o CCC. TC e BT pontuam como positivo as paisagens, os atrativos do caminho e o contato com a natureza. EM e TC pontuam como negativo a falta de meios de pagamento que não seja o dinheiro, inclusive locais para saque.

Nesse contexto, BT traz uma questão interessante ao pontuar como negativo, de certa forma, um excesso da atenção dos moradores em relação aos turistas, propondo atividades em momentos que deveriam ser de descanso. Pontua também a necessidade de uma manutenção em determinados trechos, seja na conservação da trilha ou da sinalização.

Quadro 28: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 5.

	5. Você foi com alguma empresa ou por conta própria? Por que escolheu ir assim?
EM	Por conta própria. Não cogitou a possibilidade de contratar uma empresa, preferiu desbravar o caminho e ter flexibilidade no roteiro.
TC	Por conta própria. Devido a informação que encontrou na internet de outras pessoas que percorreram o caminho, não viu a necessidade de contratar algum tipo de serviço. Utilizou o GPS para percorrer o caminho, sendo auxiliado pela sinalização rústica.
BT	Foi por empresa. Escolheu ir pela comodidade, facilidade, já conhecia a empresa de turismo através de outros passeios realizados.

A questão 5 propõe entender se os entrevistados foram por conta própria ou de alguma empresa, justificando a escolha. Os ciclistas preferiram ir por conta própria, com informações encontradas na internet. Ir sem um roteiro definido possibilita ao turista flexibilizar os locais onde irá passar mais ou menos tempo. BT contratou um pacote turístico com toda a programação definida, optou por essa escolha pela comodidade de não se preocupar em organizar serviços como hospedagem e alimentação.

Quadro 29: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 6.

	6. Na sua opinião o que falta para o caminho se consolidar como produto turístico no Estado de Goiás?
EM	Falta divulgação, no sentido de buscar mostrar uma imagem positiva do CCC, com seus pontos fortes como o acolhimento, segurança, beleza, a fim de mostrar ao público que existem outras opções boas de trilhas.
TC	Falta uma maior divulgação entre os atrativos naturais disponíveis no caminho, como por exemplo, os voos de parapente na Serra de Jaraguá e a Cachoeira do Abade, em Pirenópolis, ambos estão bem próximos da trilha. Assim como, os atrativos disponíveis na cidade, horário de funcionamento, entre outras informações.
BT	Percebe o caminho tendo somente um fluxo regional, com turistas de Brasília, Goiânia, Anápolis e cidades próximas. Considera o caminho com um grande potencial, porém insuficiente para se igualar ao fluxo de turistas de locais consolidados. Classifica o caminho como muito bom. Acredita que falta ações de marketing para divulgar a trilha.

Na questão 6, os entrevistados expuseram seu ponto de vista em relação ao caminho estar consolidado como um produto turístico. Ambos os entrevistados apontaram que a divulgação do caminho é um ponto crucial para que ele seja reconhecido entre àqueles que buscam o cicloturismo ou as longas caminhadas. Não somente a divulgação do caminho para turistas, mas informações relevantes como seus atrativos e horários de funcionamento e informações sobre os serviços disponíveis na trilha.

Quadro 30: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 7.

	7. Você faria o caminho novamente? Por que?

EM	Sim. Considerou uma loucura sair de São Paulo e vir fazer a trilha, sem guia de turismo ou algum tipo de suporte, não aconselha os turistas percorrerem o caminho sem guia de turismo. Fazer o caminho novamente proporcionaria desfrutar mais da trilha.
TC	Sim. Pelo mesmo sentido, de Corumbá para Goiás, considerando algo positivo a chegada na cidade de Goiás, por todo seu patrimônio e cultura, além de ter ônibus para Goiânia, enquanto Corumbá tem menos horários de ônibus.
BT	Faria sim. Gostaria de fazer novamente, podendo ser a pé ou até mesmo de carro, para rever alguns atrativos que durante a árdua caminhada e o tempo limitado, não foram possíveis de serem desfrutados com mais calma.

Questionados se fariam o caminho novamente, todos os entrevistados disseram que sim. EM e BT apontaram que percorrer a trilha outra vez proporcionaria desfrutar com mais calma os atrativos e a trilha em si. Numa TLC, as vezes deve-se escolher certos locais para se visitar, sendo complicado conhecer muitos atrativos ao longo do caminho, demandando tempo e disposição do turista.

Quadro 31: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 8.

	8. Você pretende fazer outra trilha de longo curso? Se sim, aonde?
EM	Sim. Em especial, a Estrada Real em Minas Gerais, mas deseja fazer todas trilhas possíveis.
TC	Sim. O Circuito Lagamar de Cicloturismo, em São Paulo, o Circuito Vale Europeu, a Transcarioca. E, principalmente, a Estrada Real em Minas Gerais.
BT	Pretende mas não tem previsão. Tinha planos de fazer a Estrada Real, acha que a próxima trilha será no Monte Roraima.

Buscando perceber se os entrevistados conheciam e pretendiam percorrer outra TLC, a questão 8 indaga quais seriam as trilhas. Os três entrevistados apontaram a Estrada Real de Minas Gerais como um trajeto desejado, talvez por ser um dos caminhos mais conhecidos no Brasil. A Transcarioca, na cidade do Rio de Janeiro, é apontada por TC como uma trilha a ser feita.

Quadro 32: Síntese das respostas dos entrevistados do terceiro grupo para a questão 9.

	9. Em média, qual foi seu gasto total para fazer o caminho?

EM	R\$ 2000,00. Dormiu em alguns locais em barraca e algumas hospedagens pelo caminho. Considerou de baixo custo as refeições pelo caminho, incluindo cidades turísticas como Pirenópolis.
TC	Em média de R\$ 1000,00, quase R\$ 100,00 por dia. Considera os preços no caminho acessíveis, sendo bem justo a qualidade apresentada.
BT	Pagou R\$ 2.916,00 no pacote, 15 diárias, com três refeições em alguns dias. Além do pacote gastou ainda R\$ 600,00. Investiu também em equipamentos de filmagens e fotografias, equipamentos de caminhada, como bota, mochila e outros itens.

A questão 9 pretende compreender o gasto médio de cada turista ao percorrer a trilha. Os ciclistas fazem o caminho em menos dias, com um custo menor. BT, que percorreu o caminho a pé, além de contratar uma agência de turismo, passou mais dias no caminho, apresentando também gastos com equipamentos utilizados no trajeto para registros audiovisuais e para a caminhada em si. Os resultados apresentados oportunizou conhecer os sujeitos que de alguma maneira se relacionam com o CCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito que analisar e estudar sobre o cerrado acerca das escolas geografia e turismo. Esse caminho muito influenciou nas escolhas teóricas e empíricas desta pesquisa, que objetivou compreender a relação entre turismo e território influenciada pela implantação da trilha de longo curso Caminho de Cora Coralina, no município de Goiás. Percebeu-se, desse modo, como os aspectos políticos, econômicos e culturais do território são influenciados pelo fenômeno turístico.

Ao mesmo tempo, buscou-se compreender quais relações são criadas e alteradas por uma trilha de longo curso, a relação do morador com o caminho, com o turista e com o poder público. Nesse contexto, considerando a revisão da literatura e do uso de materiais e métodos que proporcionaram a realização desta pesquisa, acredita-se que o objetivo geral e os objetivos específicos foram alcançados, não como resultados precisos e diretos, mas como uma contribuição para tantas incertezas sobre o tema pesquisado.

É nessa perspectiva que a partir da pesquisa bibliográfica foi possível perceber os conceitos de espaço, território, turismo e suas relações. Além de levantar documentos que possibilitassem compreender as políticas que propiciaram a criação do CCC. Diante disso, levantou-se dados estatísticos que oportunizaram conhecer as realidades dos municípios do caminho, em especial da cidade de Goiás. Mesmo diante de um tempo de pandemia, o trabalho de campo proporcionou uma imersão no CCC, não só pelo conhecer e pesquisar, mas pelas relações proporcionadas durante a pesquisa, com sujeitos, lugares e histórias. Assim, foi possível apresentar nesta dissertação o potencial e as potencialidades do caminho por meio de seus atrativos culturais e naturais e pelos moradores da região, considerados como hospitaleiros.

Olhar para os resultados finais deste trabalho é compreender que o CCC foi uma ação do poder público na busca do desenvolvimento turístico da Região Turística do Ouro e Cristais, no estado de Goiás. Que essas políticas de turismo têm como base o PNT, e o PRT na articulação entre federação, estados e municípios, além de estratégias como o Mapa do Turismo Brasileiro. Os resultados da dissertação mostram ainda que as trilhas de longo curso se colocam como uma opção para diversificar a oferta turística, de forma descentralizada, partindo em muitos casos da

própria comunidade. No CCC, o papel do poder público foi fundamental para seu planejamento e implantação, ação executada em conjunto com o MMA bem como voluntários, empresários e residentes.

Assim, pode ser compreendido que apesar da criação pela AGDR e implantação pela Goiás Turismo, o CCC está sendo gerido em boa parte pela ACCC, com a parceria da própria agência estadual e municípios. A Goiás Turismo tem o CCC em seu plano estratégico, contemplado pela ação de coordenar projetos turísticos estruturantes da agência, apoiando não só as ações da ACCC, mas também como um interlocutor entre os poderes público e privado.

Por sua vez, a associação possui cerca de 40 associados, grupo formado por pessoas físicas e jurídicas que contribuem de algum modo com o caminho. Ou seja, para que a atividade turística possa se desenvolver de forma satisfatória para residentes, é necessário que estes participem de todo o processo de gestão do CCC, atuando não só como empresários que prestam serviços, mas como agentes capazes de integrar as ações decisivas na trilha, sendo protagonistas no desenvolvimento do caminho.

Esta dissertação mostra que o caminho foi traçado considerando relatos antigos de viajantes e expedições como Auguste de Saint Hilaire e Johan Emanuel Pohl, Cunha Mattos, o Relatório Cruls, entre outros. A história de Goiás mostrada pelo caminho, relaciona-se muito a partir dos bandeirantes, no ciclo do ouro do Estado, com os povoamentos, construções como igrejas, casarões, entre outras. Nesse contexto, a pré-história de Goiás não é destacada no caminho como se os bandeirantes, expedicionários, fossem os primeiros a passar pelas trilhas, desconhecendo a história indígena que possibilitaram a entrada dos bandeirantes nos sertões de Goiás, seja pelos caminhos ou pela utilização de indígenas como escravos nas primeiras expedições.

A pesquisa buscou problematizar e pontuar sobre o fato da trilha levar o nome da poetisa Cora Coralina. Nessa perspectiva, o nome não se dá por ela ter trafegado ou percorrido o caminho, talvez até tenha passado por alguma estrada antiga, mas não foi esse motivo que angustiou o pesquisador. O que foi sublinhado é que o nome de Cora Coralina é reconhecido nacional e internacionalmente, sendo a própria

escolha do nome uma ação de marketing com a finalidade de despertar interesse do turista ao mesmo tempo que homenageia e preserva o nome de Cora Coralina.

Entendeu-se que as poesias postas pelo caminho propiciam reflexões àqueles que percorrem a trilha, embasando o CCC a ser uma trilha além de histórica, literária, sendo até o momento a única no país. Por outro lado, ressaltar o nome da poetisa pode, além de fazer com que ela seja reconhecida não por sua riqueza literária, esconder muito da história presente no caminho, como a dos indígenas, a invasão bandeirante, as expedições, e toda história que perpassa o trajeto. Porém, percebe-se que o nome do caminho desperta curiosidade e interesse nos viajantes, tendo uma enorme repercussão entre as TLC do Brasil.

Assim, foi possível afirmar na pesquisa que a Rede Brasileira de Trilhas, onde estão vinculadas a trilhas nacionais, vem divulgando em redes sociais o aumento na quantidade de TLC Brasil a fora. A proposta em Goiás é interligar a Chapada dos Veadeiros à cidade de Goiás, formando a trilha chamada Caminho dos Goyazes. Evidente que a implantação dessas trilhas necessita de um planejamento organizado e uma gestão participativa, buscando fazer com que as trilhas beneficiem principalmente os residentes ao longo dos trajetos, assim como os turistas que irão percorrer tais trilhas. Desse modo, espera-se que este estudo possa contribuir com as futuras reflexões sobre as TLC, com base na análise científica a partir de um olhar geográfico do turismo e das relações imbricadas nas TLC.

Corroborando com as ideias mencionadas, é possível afirmar que as TLC, sobretudo o CCC, contribuem para a conectividade de UCs por meio de corredores ecológicos. No CCC três parques estaduais e um parque municipal são interligados. O caminho possibilita a inserção de ações que visem restaurar o cerrado no trajeto, contribuindo com a conservação do bioma, beneficiando a comunidade e propiciando ao viajante caminhar ou pedalar na sombra, com uma maior presença de elementos da fauna e da flora.

Além disso, percorrer o caminho na presença de um Guia de Turismo possibilita uma interpretação cultural e ambiental do caminho, sendo necessária a presença de guias de turismo dos diversos municípios que compõem o Caminho de Cora Coralina, possibilitando diversificar a geração de oportunidades para os guias.

Apresentou-se, também, os elementos espaciais naturais e culturais do CCC registrados não só no trabalho de campo, mas na vivência de outros momentos do pesquisador com o ambiente pesquisado. Tais elementos foram fundamentais no processo de turistificação do CCC como atrativos capazes de enriquecer e ambientar o viajante à história e paisagem da região. É imprescindível ressaltar que no caminho existem patrimônios materiais e imateriais, culturais e naturais, alguns reconhecidos por políticas de preservação nacionais e internacionais, como a cidade de Goiás considerada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

Ciente que a história é sempre reconstruída, evidenciou-se a importância do cerrado, ressaltando o valor dos povos tradicionais dessa região bem como toda sua biodiversidade, especialmente da flora, mas também de sua geodiversidade por meio de seus aspectos geológicos relevantes cientificamente. Pode-se ainda observar que o cerrado é um atrativo valoroso para o caminho e sua preservação é fundamental para o CCC. Alguns impactos no cerrado, como a mineração e o desmatamento causado pela agropecuária, foram apontados no trabalho de campo, contribuindo para que futuras investigações sobre as TLC reconheça e considere tais impactos em suas pesquisas.

As TLC ocasionam um sentimento de pertencimento e de reconhecimento de sua própria história, em especial para aqueles que participam do planejamento e ações voltadas ao CCC e dos que o percorrem. Esse engajamento ativo colabora para valorização, neste caso, do cerrado e do patrimônio goiano, podendo ir além de uma simples atividade econômica resultante do turismo, favorecendo ações que busquem contribuir com os residentes e com o ambiente em que vivem.

O município de Goiás, recorte desta pesquisa, foi contextualizado em seus aspectos históricos e geográficos. O surgimento da cidade de Goiás e os arraiais que compuseram o ciclo do ouro no município são destacados no trabalho, partindo do olhar da pré-história de Goiás, onde há registros de ocupação humana desde 11.000 anos antes do presente, passando pela invasão dos bandeirantes em busca de riquezas, em especial de ouro, chegando ao reconhecimento de sua importância histórica, cultural e arquitetônica. A cidade de Goiás ganha importância no contexto do CCC, por ser a cidade onde Cora Coralina nasceu e por estar localizado o Museu

de Cora Coralina, além de ser um dos pontos de partida ou chegada do caminho, sendo quase obrigatório visitar e permanecer na cidade.

As entrevistas com pessoas que de algum modo vivenciaram o caminho, ou sua implantação, possibilitaram conhecer aspectos que fogem a percepção do pesquisador, expondo diferentes perspectivas. Percebeu-se a importância da política pública e do poder público na implantação do caminho, a partir do olhar daqueles que participaram do planejamento, implantação e gestão da trilha. Para o residente do município de Goiás, havia uma preocupação na geração de emprego e renda, porém havendo ações insuficientes voltadas a preparar os empreendimentos que pudessem surgir. Não houve ações que mitigassem os possíveis impactos negativos que poderiam ser gerados para o morador. De modo geral, há uma avaliação positiva do caminho por parte dos entrevistados do poder público e da ACCC.

Os moradores ao longo do caminho, exceto os que participaram diretamente do processo, foram apenas comunicados da existência do caminho, não havendo ações diretas que os inserissem. Relatou-se que foram poucas as ações voltadas a apoiar os empresários que desejassem empreender com o CCC. Foram pontuados pontos negativos e positivos. O caminho pode contribuir com os residentes, porém na visão dos entrevistados faltam melhor estrutura e divulgação da trilha. Os moradores entrevistados consideram o caminho como positivo, mesmo com os problemas apontados, havendo expectativas com o aumento da demanda turística a médio e longo prazo.

Os turistas entrevistados envolveram-se com os residentes, de forma profissional, através dos serviços oferecidos, e de modo casual em certas situações. O caminho estar localizado no estado natal de dois dos entrevistados colaborou na motivação para escolha da trilha. Os turistas apontaram a hospitalidade e acolhimento das pessoas pelo caminho como algo bastante positivo, assim como sensação de segurança ao percorrer o caminho. Um entrevistado pontuou o excesso de hospitalidade como um fator negativo, necessitando o residente perceber que o turista que percorre a trilha necessita de um descanso. Como ponto negativo, apontou-se a sinalização em alguns pontos e questões pontuais como não aceitar diferentes meios de pagamento e adaptar o horário das refeições aos turistas. Apontam a falta de

divulgação e ações de marketing como um fator que dificulta a consolidação do caminho enquanto produto turístico.

O Caminho de Cora Coralina pode ser considerado um produto que contribui para a geração de emprego e renda, mas que necessita de um maior aporte do poder público para que esse processo seja satisfatório para o morador. É necessária uma melhor estruturação do caminho, como a sinalização rústica com manutenção mais frequente, podendo haver outras sinalizações que a complementem; pontos de apoio especialmente para caminhantes, como bebedouros de água, bancos, sombra, etc.; melhor qualificação nos serviços oferecidos com ações por parte do poder público ou da ACCC. Para que o caminho possa se consolidar como um produto turístico capaz de receber uma demanda turística que possibilite o benefício econômico dos moradores, são necessárias ações que divulguem o caminho em âmbito nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: Governo de Goiás, 1979.

ALMADA, José Alexandre Berto. LUGAR TURÍSTICO E TERRITÓRIO USADO: contribuições teóricas ao estudo do Turismo a partir da Geografia de Milton Santos. **Revista InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 4, n. 15, p. 197-221, set./dez. 2018.

ALMEIDA, Maria Geralda de. O caminho de cora coralina: turismo literário ou marketing do turismo? **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais** ISSN 2238-3565 v.9, n.1, p.237-249, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/10083>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás**. Goiânia: Estado de Goiás, 1959.

ASSOCIAÇÃO DO CAMINHO DE CORA CORALINA (ACCC). Caminho de Cora Coralina, 2019. Disponível em: <https://www.caminhodecoracoralina.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TRILHA TRANSCARIOCA. **Trilha Transcarioca**, 2020. Disponível em: <https://trilhatranscarioca.com.br/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BAHL, Miguel; BALDISSERA, Luana Maria. Turistas e moradores locais: uma reflexão teórica dessa relação. *In*: VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 2012. Caxias do Sul. **Anais**, Caxias do Sul: UCS. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/09/01_26_16_Baldissera_Bahl.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

BARBO, Lenora de Castro; RIBEIRO, Rômulo José da Costa. **Os itinerários da rede de caminhos de vila boa de goiás no século XVIII**. Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Braga, Portugal: 2015. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14330.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

BARBOSA, Altair Salles. **Peregrinos do cerrado**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 5: 159-193, 1995.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 19. ed. Campinas: SP - Papyrus, 2010.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

BOAVENTURA, D. M. R. 2007. **Urbanização em Goiás no Século XVIII**. Tese de Doutorado. FAU – USP. São Paulo.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Silvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha (Coord). Brasília: EMBRATUR, 1994.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 12 de jun. 2020.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

_____. **Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

_____. Ministério do Turismo. **Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013**. Institui o Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=93>. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/5019-programa-de-regionalizacao-do-turismo-diretrizes>. Acesso em: 17 jun. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Conjunta Nº 407, de 19 de outubro de 2018**. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425>. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 75, de 26 de março de 2018**. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Conectividade de Paisagens, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018b
Disponível em:

http://www.lex.com.br/legis_27630257_PORTARIA_N_75_DE_26_DE_MARCO_DE_2018.aspx. Acesso em: 12 de jun. 2020.

_____. Ministério do Turismo. **Portaria nº 192, de 27 de dezembro de 2018**. Define o Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-192-de-27-de-dezembro-de-2018-57220860>. Acesso em: 26 jun. 2021.

_____. Ministério do Turismo. **Estudo da Demanda Turística Internacional Fichas Sínteses 2013-2017**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018d. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/Demanda_Turistica_Internacional-Fichas_Sinteses_2013-2017.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo (2018-2022) – Mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018e. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em 17 de jun. 2020.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapa.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020;

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 120, de 22 de março de 2021**. Reconhecer a Trilha Caminhos de Cora Coralina, situada no Estado de Goiás - GO, como integrante da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-22-de-marco-de-2021-309993531>. Acesso em: 06 jul. 2021.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Consulta por Bioma Cerrado**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 26 de set. 2013.

BRILHA, José. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica**. Braga: Palimage Editores, 2005.

CANEDO, Daniele. **“Cultura é o quê?”** - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. *In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador - BA. 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de goiás: patrimônio, festa e memórias**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Política pública patrimonial em Goiás-GO: o Programa Monumenta/BID (1995 a 2013) & a recuperação dos imóveis privados**. 2014. Tese

(Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, J. & BÓÇON, R. 2004. **Planejamento do traçado de uma trilha interpretativa através da caracterização florística**. Revista Floresta 34: 23-32, 2004.

COELHO, G. N. Goiás: a ocupação pela agropecuária. **História Revista**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2010. DOI: 10.5216/hr.v2i2.10687. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10687>. Acesso em: 8 abr. 2021.

CORRÊA, Carlos Cunha. **Serra da Saudade**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

COSTA, Fábio Rodrigues. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percurso - NEMO**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 63-79, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49581>. Acesso em: 26 mar. 2020.

COSTA, Rui; COSTA, Carlos. Avaliação de políticas públicas em turismo. IN: COSTA, Carlos; BRANDÃO, Felipa; COSTA, Rui; BRENDA, Zélia. **Turismo nos países Lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios**. Lisboa: Escolar Editora, 2014. P. 133-145.

CRUZ, Rita de C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CUNHA E MENEZES, Pedro da. **Transcarioca: todos os passos de um sonho**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. O Brasil no caminho das trilhas de longo curso. **O Eco**, (s. l.), 6 ago. 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/pedro-da-cunha-e-menezes/o-brasil-no-caminho-das-trilhas-de-longo-curso/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FALEIRO, F. F.; LOPES, L. M. Aspectos da mineração e impactos da exploração de quartzito em Pirenópolis-GO - DOI 10.5216/ag.v4i11.11968. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 3, p. 148-162, 23 dez. 2011.

FILHO, Jamilo José Thomé; MORAES, Juliana Maceira, PAULA, Thiago Luiz Feijó de. **Geoparque Pireneus (GO) – Proposta**. 2012. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/17153/1/pireneus.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; BICALHO, Dimas Magalhães; SOUSA, Rachel Moreira; SILVA, Rodrigo Cardoso da. Programa de Regionalização do

Turismo: análise comparativa dos indicadores turísticos nos estados brasileiros de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. **Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona. v. 23, n. 234, set. 2019. ISSN: 1578-0007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/aracne/aracne-234.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FRATUCCI, Aguinaldo C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Niterói: UFF, 2008. 308 f. tese (doutorado). Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p.87-96, nov. 2014.

GARÓFALO, Gilson de L.; PINHO, Terezinha F. de. **Políticas públicas: limites e possibilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOIÁS. **Decreto nº 4.830, de 15 de outubro de 1997**. Estabelece a área e os limites do Parque Estadual dos Pirineus. Goiânia, GO: Governo do Estado de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=2192#:~:text=1%C2%BA%20%2D%20O%20Parque%20Estadual%20dos,Goi%C3%A1s%2C%20protegendo%20s%C3%ADtios%20naturais%20de. Acesso em: 20 de jun. 2020.

_____. **Decreto nº 5.768, de 05 de junho de 2003**. Cria o Parque Estadual da Serra Dourada e dá outras providências. Goiânia, GO: Governo do Estado de Goiás, 2003. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2003/decreto_5768.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. **Decreto nº 7.424, de 11 de agosto de 2011**. Aprova o Regulamento da GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo. Goiânia, GO: Governo do Estado de Goiás, 2011. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2011/decreto_7424.htm#:~:text=1%C2%BA%20A%20Goi%C3%A1s%20Turismo%20%E2%80%93%20Ag%C3%A2ncia,financeira%20e%20patrimonial%2C%20jurisdicionada%20%C3%A0. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação. **Edital e Anexos da Tomada de Preços nº 003/2012/AGDR**. Goiânia, GO: Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, 2012. Disponível em: <https://www.desenvolvimento.go.gov.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/41-licita%C3%A7%C3%B5es/editais-e-avisos/2517-tomada-de-precos---2012-agdr.html>. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. Agência Goiana de Desenvolvimento Regional. **Plano Conceitual de Desenvolvimento Regional da Estrada Temática Caminho de Cora Coralina**. Brasília, DF: Piatti Rebello Arquitetos Associados, 2013.

_____. **Lei nº 18.445, de 23 de abril de 2014**. Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011. Goiânia, GO: Governo do Estado de Goiás, 2014. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2014/lei_18445.htm. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. **Lei nº 18.844, de 10 de junho de 2015**. Altera a denominação e delimita a área do Parque Estadual da Serra de Jaraguá e dá outras providências. Goiânia, GO: Governo do Estado de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=13294. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Goiás Turismo. **Boletim de Dados do Turismo em Goiás 2018**. Goiás: Observatório do Turismo do Estado de Goiás, 2018. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br/observat%C3%B3rio-de-turismo-de-goi%C3%A1s/boletim-de-dados/2-institucional/1149-boletim-de-dados-do-turismo-ano-2018.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. Assessoria de Comunicação Goiás Turismo. Expedição de Mountain Bike abre o Caminho de Cora em abril. **Governo de Goiás**, 02 mar. 2018b. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/index.php/servico/112761-expedicao-de-mountain-bike-abre-o-caminho-de-cora-em-abril>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Goiás Turismo. **Boletim de Dados do Turismo em Goiás 2019**. Goiás: Observatório do Turismo do Estado de Goiás, 2019a. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br/files/BL2019.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

_____. Goiás Turismo. **Plano Estratégico Goiás Turismo (2019-2022)**. Goiás: Goiás Turismo, 2019b. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br/files/PlanodaGoiasTurismo1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Programa de pós-graduação em história das sociedades agrárias. Universidade Federal de Goiás.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminho e fronteiras**. Rio de Janeiro: Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

ICMBIO. Souza, T. V. S. B.; Simões, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira** - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/contribuicoes_economicas_turismo_2018.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

IPHAN. **Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis**. Site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/72>. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. **Manual de Sinalização de Trilhas**. ICMBio: Brasília, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/manual_de_sinalizacao_de_trilhas_ICMBio_2018.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

IPHAN. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/72>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ISSA, Y. S. M. M.; DENCKER, A. F. M. **Processos de Turistificação**: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. *In*: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Anais [...]. Caxias do Sul: UCS, 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

JAFARI, Jafar; RITCHIE, J. R. Brent. **Toward a framework for tourism education**: problems and prospects. *Annals of Tourism Research*. Menomonie, 1981, v. 8, n. 1, p. 13-34.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Ana Clévia Guerreiro (Coord.). **Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

LHOMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2 ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre. São Paulo, 2002, n. 19, p. 95-112. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

MELO, Danúbia. Trilhas de Longo Curso conectam paisagens do Brasil. **ICMBio**, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9532-trilhas-de-longo-curso-conectam-paisagens-do-brasil-2>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MELO, Natália Rodrigues de. A aplicação da análise SWOT no planejamento turístico de uma localidade: o caso de Araxá, MG. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.164-176, ago. 2011. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/546/276>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MENDONÇA, D. P.; PIZZOLÍTTO, N.; SANTOS, J. C. V. Parque Natural Municipal da Estrada Imperial: potencialidades para o ecoturismo. **Revista Territorial**. v. 8, n. 1, p. 14-28, 25 maio 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/10473>. Acesso em 21 jun. 2020.

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russell A.; MITTERMEIER, Cristina G.; FONSECA, Gustavo A. B. da; KENT, Jennifer. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. *Nature*, 403: 853-858, 2000. Disponível em: http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/18446/Biodiversity_hotspots_for_conservation_priorit.pdf. Acesso em: 26 de set. 2019.

MUSEU CASA DE CORA CORALINA. **Linha do Tempo de Cora Coralina**. 2019. Disponível em: <http://www.museucoracoralina.com.br/site/casa-linha-do-tempo/>. Acesso em: 07 de out. 2019.

MUSEU DAS CAVALHADAS DE SÃO FRANCISCO. **O museu histórico das cavalhadas de São Francisco – GO**. 2009. Disponível em: <http://museudascavalhadasdesaofrancisco.blogspot.com/2009/06/o-museu-historico-das-cavalhadas-de-sao.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

NATIONAL PARK SERVICE (NPS). **About Us**. 2020. Disponível em: <https://www.nps.gov/aboutus/index.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

_____. **National Trails System Act Legislation**. 2019. Disponível em: <https://www.nps.gov/subjects/nationaltrailssystem/national-trails-system-act-legislation.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE GOIÁS. **Pesquisa de perfil e satisfação dos caminhantes do Caminho de Cora Coralina – 2018**. Goiás Turismo: Observatório do Turismo de Goiás, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. Madrid, 2001.

_____. **Documentos básicos de la OMT**: Volumen I. 5. ed. Madrid: OMT, 2016. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417537>. Acesso em: 09 jul. 2020.

_____. **Sobre OMT**. Organização Mundial do Turismo, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/acerca-de-la-omt>. Acesso em: 09 jul. 2020.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

PAKMAN, E. T. **Sobre as definições de turismo da OMT**: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. In: XI SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 2014, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: UECE, 2014. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. A APLICABILIDADE DAS AEROFOTOGRAFIAS AMADORAS EM ESTUDOS GEOGRÁFICOS DO TURISMO. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. (Organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. P. 13-29.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINTELA, A. C. O topônimo “Goyaz”. **Signótica**, v. 15, n. 2, p. 153-172, 25 set. 2003. DOI: <https://doi.org/10.5216/sig.v15i2.16216>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/16216>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas: Papirus, 1995.

RIO DE JANEIRO. **Decreto n° 43.272 de 6 de junho de 2017**. Reconhece e denomina a Trilha Transcarioca, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Prefeitura do Rio de Janeiro [2017]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4328%20/43272/decreto-n-43272-2017-reconhece-e-denomina-a-trilha-transcarioca-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 de jun. 2020.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (ed.). **Cerrado**: ambiente e flora. Brasília, Embrapa Cerrados, 1998. p.87-166.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Análise Social**, Lisboa, n. 211, p. 430-456, jun. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2021.

SANTOS, Márcio. **As estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica a geografia a uma geografia crítica. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Jean Carlos Vieira; MEDEIROS, Wilton de Araújo; DRUCIAKI, Vinicius Polzin. **Turismo e pedestrianismo**: reflexões acerca da Via Algarviana/Portugal. Turismo e Sociedade, [S.l.], v. 10, n. 1, abr. 2017. ISSN 1983-5442. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/48122>>. Acesso em: 15 jun. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/tes.v10i1.48122>.

SANTOS, J. C. V. **Região e destino turístico**: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo: All Print Editora, 2013.

SANTOS, J. C. V. **Vidas Oleiras**: uma viagem pela tradição e arte. São Paulo: All Print Editora, 2021.

SARTI, Antonio Carlos; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. Espaço, paisagem, lugar, território e região – a organização do espaço turístico. *In*: BENI, Mário Carlos (org.). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Bernardo Issa de. **Trilhos de longo percurso**: interfaces com a gestão das unidades de conservação no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, 2018.

SOUZA, Deivid. Circuito integra meio ambiente, cultura e história. **O Popular**, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/circuito-integra-meio-ambiente-cultura-e-hist%C3%B3ria-1.1963861>. Acesso em 20 jun. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TELLES, D. H. Q.; GÂNDARA, J. M. Aspectos de infraestrutura e serviços como indicadores da turistificação na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil). **El Periplo Sustentable**. México: Universidad Autónoma del Estado de México, julio/diciembre 2011, núm. 21. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4046898.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

TOVAR, Z.; CARVALHO, P. Percursos pedestres e turismo de passeio em Portugal. **Revista Turismo & Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 305-322, outubro de 2011.

UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

VASCONCELLOS, J. M. O. **Avaliação da visitação pública e da eficiência de diferentes tipos de trilhas interpretativas no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato – PR**. Curitiba. 1998. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO CAMINHO DE CORA CORALINA (ACCC)

1. Como foi sua participação na construção do Caminho de Cora Coralina?
2. Durante a criação do caminho, houve envolvimento dos moradores ao longo do trajeto?
3. Quais benefícios e impactos negativos o caminho trazem para os moradores?
4. Quais medidas foram tomadas pra mitigar os impactos negativos causados nas comunidades?
5. Quais medidas são tomadas pela Associação do Caminho de Cora Coralina para preparar os possíveis empreendedores que possam aparecer com o Caminho de Cora Coralina?
6. Qual o papel da Associação do Caminho de Cora Coralina na gestão da trilha?
7. O que falta para o caminho se consolidar como produto turístico no Estado de Goiás?
8. Até o presente momento, qual sua avaliação do Caminho de Cora Coralina?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
REPRESENTANTES DA GOIÁS TURISMO

1. Como foi sua participação na construção do Caminho de Cora Coralina?
2. Durante a criação do caminho, houve envolvimento dos moradores ao longo do trajeto?
3. Quais benefícios e impactos negativos o caminho trazem para os moradores?
4. Quais medidas foram tomadas pra mitigar os impactos negativos causados nas comunidades?
5. Quais medidas foram tomadas pela Goiás Turismo para preparar os possíveis empreendedores que possam aparecer com o Caminho de Cora Coralina?
6. Qual o papel da Goiás Turismo na gestão da trilha?
7. O que falta para o caminho se consolidar como produto turístico no Estado de Goiás?
8. Até o presente momento, qual sua avaliação do Caminho de Cora Coralina?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

MORADORES/EMPRESÁRIOS ENVOLVIDOS COM O CAMINHO DE CORA CORALINA

1. Durante a criação do caminho, houve envolvimento com os moradores ao longo do trajeto?
2. Quais benefícios e impactos negativos o caminho pode trazer para os moradores?
3. O seu empreendimento surgiu com o Caminho de Cora Coralina?
4. Quais medidas foram tomadas pelo poder público para preparar os possíveis empreendedores que poderiam aparecer com o CCC?
5. Como você avalia o impacto financeiro do caminho no seu empreendimento?
6. É possível que seu empreendimento se mantenha financeiramente somente com o retorno ocasionado pelo Caminho de Cora Coralina?
7. O que falta para o CCC se consolidar como produto turístico no Estado de Goiás?
8. Até o presente momento, qual sua avaliação do Caminho de Cora Coralina?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

TURISTAS QUE PERCORRERAM O CAMINHO DE CORA CORALINA

1. Quais trechos do Caminho de Cora Coralina você percorreu?
2. Qual foi sua motivação para percorrer o Caminho de Cora Coralina?
3. Houve envolvimento com os moradores ao longo do trajeto?
4. Quais pontos negativos e positivos você destaca no Caminho de Cora Coralina?
5. Você foi com alguma empresa ou por conta própria? Por que escolheu ir assim?
6. Na sua opinião o que falta para o caminho se consolidar como produto turístico no Estado de Goiás?
7. Você faria o caminho novamente? Por que?
8. Você pretende fazer outra trilha de longo curso? Se sim, aonde?
9. Em média, qual foi seu gasto total para fazer o caminho?